

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

**MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ: UMA ANÁLISE  
DE PERSPECTIVAS EDUCATIVAS NO ÂMBITO DO TRABALHO, DA ARTE E  
DA SAÚDE**

SILVANA MENDES LIMA

ORIENTADOR: CARLOS MINAYO GOMEZ

Tese defendida em 21 de outubro de 2002.

## **Dedicatória**

À Paulo Cesar Pontes Fraga, companheiro e cúmplice nesta e noutras tentativas de poder  
viver o que advém e ser tudo.

À filha Amanda Mendes Fraga que, com seus despropósitos me ensina: “perder o nada é  
um empobrecimento”.

À Denise Farias da Fonseca, aliança que provoca e faz da atividade do pensar tarefa  
eminentemente criadora.

## **Epígrafe**

“É no ínfimo que eu vejo a exuberância”

Manoel de Barros.

## Agradecimentos

Agradecer, forma especial de retribuir a tantos gestos de força, carinho e presença, compartilhados com pessoas, muito especiais, que tornaram viável traçar as linhas desta tese:

À Carlos Minayo Gómez, que orientou este percurso, privilegiando e provocando o embate de idéias, acirrando diferenças de forma terna. Nessa trajetória, como diz um poeta, nossas antíteses congraçaram.

À Jorge Valadares, com quem tive o imenso prazer de conhecer e conviver no encontro com uma de suas in(disciplinas) e, às avessas, inspirou-me na confecção desse trabalho ensinando, feito um poeta, que o inconexo aclara loucuras. A incoerência tornou-se, a partir de então, matéria-prima a ser incorporada na tese.

À Esther Arantes, presença carinhosa e marcante na minha formação acadêmica por quem nutro grande admiração. Uma admiração alimentada da constatação diária de um trabalho realizado com grande maestria quando faz da temática de crianças e jovens periféricos uma política de existência, por isso de resistência.

À Margarida, que em meio a tantos afazeres, inventou um jeito nobre de revisar ortograficamente parte da escrita desta tese. Revisão que serviu de pretexto para fortalecer, ainda mais, nossa amizade.

À Denise Farias da Fonseca e Maria Luiza, talhadoras do pensamento. Figuras generosas com quem tenho o prazer de partilhar, diariamente, o exercício de uma forma de pensar que ao acatar o disforme, o precário, a desrazão como matéria de problematização, inventa novos e inusitados modos de ser, viver e sentir o mundo.

À equipe do Centro Universitário Celso Lisboa, Aglaée de Queiroz Carvalho, Regina dos Santos Dias, Regina Hall e Sônia Regina pela torcida mais que desejante e a cumplicidade ímpar.

À Ivonete Maria da Conceição, pela forma dedicada e carinhosa com que sempre se empenhou nas tarefas da casa, libertando um tempo, sem o qual não teria me permitido a confecção desta tese.

Aos meus pais e a delicadeza que porta um dos seus ensinamentos: escolher sempre o caminho do coração. Caminho ético que busco tornar prática efetiva cuja serventia favorece, em muito, a expansão de outros modos de vida.

Aos familiares, irmãos, sobrinhos, sogros pela força e apoio constantes.

Aos amigos, espalhados por diferentes regiões do país, com quem partilhei algumas das questões aqui evidenciadas. São tantos (o que inviabiliza cita-los), mas que formaram um bloco de estímulos encorajadores no sentido de seguir esse trajeto/escrita.

As crianças e jovens que participaram desta pesquisa e me acolheram de forma afetuosa, atualizando em mim a crença, partilhada, também, por Guattari, um dos pensadores que atravessou esse estudo, de que há uma espécie de democracia da vida cotidiana que convém sempre inventar.

Ao CNPQ pela bolsa de estudo que me propiciou dedicação ao trabalho de tese.

## **Resumo**

Esta tese analisa os processos de produção de subjetividade engendrados nas ações educativas dirigidas a jovens pertencentes às zonas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, tendo como campo de inspiração os trabalhos desenvolvidos por uma importante Organização Não-Governamental. Trata-se de uma experiência profissionalizante voltada à formação artístico-cultural que conjuga elementos advindos da música, do teatro e do circo. Buscamos compreender, a partir da composição saúde, trabalho e arte, os diferentes sentidos expressos na condição de aprendiz, tomando por empréstimo a acepção grega de um aprendiz experimentador de si. Tal acepção lança o jovem para além das significações dominantes, tornando o aprendizado um leque de possibilidades a ser continuamente inventado.

Nesse percurso, damos visibilidade a uma experiência que enfrenta e cria alternativas aos embates vividos por uma juventude periférica frente aos modos de vida vigentes. Modos que tendem a se apropriar e a formatar, sobremaneira, o corpo e a condição de aprendiz. Esses embates e formatações, em nosso estudo, oscilam e materializam pólos, não excludentes, da Arte enquanto produto para o mercado e da Arte com processo de transformação dos modos de vida.

Na ultrapassagem desses dilemas, encontramos uma multiplicidade de vínculos, variações e peculiaridades estabelecidas por jovens num trabalho que sofre a intercessão da arte: espaço de convivência, de profissionalização, de socialização, do exercício do lúdico, da expansão de habilidades artísticas, entre outros.

Neste sentido, concluímos que a experiência tomada como um dispositivo de análise configura uma espécie de laboratório social de experimentações singulares que ao entrelaçarem saúde, trabalho e arte produzem práticas sociais inovadoras, tornando-se referência para outras ações governamentais ou não-governamentais que têm como foco jovens aprendizes.

**PALAVRAS-CHAVE:** subjetividade, juventude, trabalho, arte, saúde

## **Abstract**

This paper analyzes the processes involving subjectivity production engendered in educational actions directed to youngsters from Rio de Janeiro peripheral areas. It has been inspired by works developed by an important NGO: a professional qualification experimental activity directed to artistic-cultural education including elements from the spheres of music, theater and circus. We were determined to understand the several meanings expressed in the learners' condition from a perspective that composes health, work and art, having borrowed the Greek concept of self-experience learner. This notion sets youngsters beyond prevalent meanings and envisions learners as individuals full of possibilities that can be continuously invented.

From such perspective, we were able to detect experiences that face and create alternatives to conflicts undergone by peripheral youth, confronted by prevailing ways of life that tend, above all, to take hold of and format learners' bodies and conditions. According to our study, these conflicts and formats oscillate and make up non-excluding poles of Art, either as a market product or as a way-of-life transformation process.

Having overcome those dilemmas, we came across a great number of connections, variations and peculiarities established by youngsters in a work liable to art intersections: space to share life experiences, professional growth, socializing, exercising playful activities, artistic skills development and others.

So, we have concluded that experience taken as an analysis devise is a valuable kind of social laboratory of singular experiments, which, by matching health, work and art, produce innovating social practices and become reference to other governmental or non-governmental actions focused on young learners.

**Key words:** subjectivity, youth, educational actions, work, health.

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

A busca de um plano de consistência para a pesquisa.....	01
A ONG e seus aprendizes.....	04
Coletando os dados.....	07
Analisando os dados.....	08
Analisando minhas implicações com o aprendiz e seus agenciamentos.....	11
Sobre os capítulos.....	17
Notas.....	22

### CAPÍTULO I

O sentido da experiência aprendiz e sua composição com o campo da saúde.....	24
O sentido da experiência aprendiz e sua articulação com o campo do trabalho.....	29
A invenção da experiência aprendiz no Brasil Colônia, Império e República.....	34
Administração do corpo aprendiz e gestão da vida.....	40
O aprendiz na Era Vargas: futuro cidadão trabalhador.....	46
Os aprendizes tornam-se “Filhos do governo”.....	48
Do ensino profissionalizante aos programas alternativos de orientação para o trabalho.....	52
O aprendiz e os novos sentidos na tríade saúde, trabalho e juventude.....	55
Notas.....	59

### CAPÍTULO II

Os aprendizes e a tríade saúde, trabalho e cidadania.....	63
Os aprendizes ocupam as ruas.....	64
O aprendiz e a busca por profissionalização.....	72
Os aprendizes de guerra.....	78
O corpo aprendiz sob os cuidados de uma nova filantropia.....	88
O aprendiz e a interferência da arte.....	96
Notas.....	100

### CAPÍTULO III

Os aprendizes e a tríade saúde, trabalho e arte.....	104
Dilemas e embates do aprendiz experimentador de si.....	107
O aprendiz experimentador de si: entre linhas contínuas e descontínuas.....	116
O aprendiz e a ótica do consumo sob perspectivas diferenciadas.....	119
O aprendiz experimentador de si – a vida pedindo passagem.....	132
Modos transversais de ser um eterno aprendiz.....	140
Notas.....	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
Notas.....	153

BIBLIOGRAFIA.....	154
-------------------	-----

ANEXO.....	161
------------	-----



## Apresentação

*“Tornar-se outra coisa que escritor quando se escreve é fugir às posições dominantes: é com essa transformação na vida que a obra vingará enquanto luta que engajará outras vidas nessa experimentação. Por isso o escritor é sempre minoritário, como coloca Deleuze. É o bastardo, o negro, a mulher que escreve – não porque se seja ou se imite, mas porque pela escritura nos tornamos (negro, bastardo etc.)”.*

*(Caiafa, 2000:78)*

### *A busca de um plano de consistência para a pesquisa*

Tornar-se outro, eis o desafio. No caso da temática exposta nesta tese, tornar-se um aprendiz que enseja criar ressonâncias, contágios, mutações. Mas de que aprendiz se trata? Como acompanhar as linhas que constituíram um corpo aprendiz quando se pretende dar visibilidade a uma “matéria-prima tão impalpável quanto incontornável a que chamamos de subjetividade”?

Assim sendo, tornar-se aprendiz e fazer consistir uma pesquisa em meio a território alheio implicou a possibilidade de fundar uma parceria de ação compartilhando uma espécie de eixo comum, qual seja: o desejo de construir saídas para os impasses gerados no cotidiano brasileiro e a problemática do trabalho juvenil. Nesse percurso, buscou-se traçar uma espécie de cartografia<sup>1</sup> dos processos de subjetivação em jogo quando focamos a condição de aprendiz na contemporaneidade.

Com esse desejo aproximo-me das experiências desenvolvidas por uma ONG nascida na linha da promoção da cidadania de sujeitos sociais emergentes, com uma orientação voltada para o trabalho na área artística e cultural com jovens.

A organização eleita como campo de análise reunia todas as qualidades e elementos que atravessam a problemática de interesse deste estudo, principalmente quanto aos embates próprios à tríade saúde, trabalho e arte. A linha que tece o desenvolvimento das atividades empreendidas pauta-se na crença de que o resgate da arte e da cultura é a melhor estratégia para a criação de novas formas de ser, sentir e viver as relações familiares, de inserção e integração à escola, de formas de engajamento junto à comunidade e de expansão da própria vida, como definem seus coordenadores.

Essa crença, da qual também partilhamos, ou seja, da arte enquanto transformação dos modos de vida, parece ter proporcionado, como um de seus efeitos, uma maior atenção no que se refere à capacitação e profissionalização dos jovens envolvidos no projeto, bem como no que diz respeito aos sentidos e valores que esses aprendizes conseguem criar a partir do convívio diário com essa experiência em particular.

Neste sentido, começam os cruzamentos entre os interesses apresentados pela coordenação social da ONG e a proposta de pesquisa explicitada nesta tese de doutorado. Tomando como referência a idéia de que os modos de subjetivação são construídos – são produzidos por diversos tipos de práticas – e acreditando que, particularmente, a perspectiva artístico-cultural da ONG em questão vem produzindo práticas bastante singulares no que alude à relação entre jovens e trabalho, escolho este projeto cultural como dispositivo<sup>2</sup> de análise.

Vale ressaltar que minha intenção não se constituía em pesquisar e analisar a organização, eleita para fins deste estudo, mas seus aprendizes e as relações que estabeleciam, nos projetos, com as questões da saúde e do trabalho a partir dos elementos advindos da arte e da cultura.

Por isso, a noção de dispositivo tornou-se fundamental, posto que nos acessou, por meio da composição juventude, saúde, trabalho e arte, as linhas de transformação dos modos de subjetivação aprendiz e as instituições<sup>3</sup> que tais linhas atualizam.

A escolha de uma abordagem participativa alinhava-se, na ocasião da pesquisa, ao momento institucional da ONG e à disposição, por parte de seus integrantes, de incluir pessoas que pudessem contribuir para problematizar a prática vivida pelo grupo. A natureza cultural de suas linhas de atuação, e a forma como as realizam, faz com que o trabalho tenha uma marca mais espontânea e intuitiva, como a própria instituição definia. Sentiam a necessidade de elaboração dessa prática, com o intuito de promover uma melhor articulação entre pensamento e ação.

A forma de vinculação do trabalho de campo foi discutida com a coordenadoria social da ONG. De ambas as partes entendemos, na ocasião, que essa pesquisa seria um aposta no fortalecimento de formas de cooperação entre a Academia e os

trabalhos desenvolvidos, cujos resultados viriam a ser partilhados com todos os integrantes da instituição.

Quanto à restituição, que se refere a dar visibilidade aos processos pertinentes ao trabalho de pesquisa a partir da análise dos resultados, junto aos participantes, pretendia-se divulgá-los em dois diferentes níveis: elaborar um relatório que abordasse o tema de forma descritiva e teórica; apresentação oral aos coordenadores e jovens acrescentando recursos expressivos e plásticos que tornassem a divulgação dos resultados acessível a todos os participantes.

Finalizada a pesquisa, em decorrência de outros agendamentos e compromissos demandados pela organização, a apresentação oral ficou inviabilizada, apesar das inúmeras tentativas de marcar outras possíveis datas.

Posto isso, a restituição restringiu-se à entrega de um relatório em que foram condensadas, na íntegra, as questões a serem debatidas com os jovens e demais coordenadores dos diversos trabalhos desenvolvidos. Esta era uma forma não apenas de cumprir parte dos procedimentos concernentes ao trabalho de investigação, intervenção e análise, como de retribuir a abertura concedida pela instituição à pesquisa. Somava-se, ainda, ao desejo de que o material colhido e sua análise pudessem contribuir para problematizar as práticas instauradas por jovens aprendizes no cotidiano do trabalho.

Os temas expostos no corpo do relatório apontaram o porquê do interesse pelo tema saúde, trabalho e juventude e da escolha de uma instituição que trabalha na perspectiva da arte e da cultura. Arte compreendida como campo criador, produtora, para o aprendiz, de uma existência estética.

Foram, também, retratadas percepções a respeito das diferentes maneiras de sentir, ser e viver construídas na relação organização/aprendiz, assim como os enfrentamentos próprios de cada modo. Por último, fez-se uma análise da relação entre os diversos modos elencados, nomeados de acordo com as atividades que desenvolviam: bandas musicais, trupe de arte/saúde, trupe circense.

Nesta análise, esboçou-se como uma das propostas de ação/intervenção que os diferentes modos postos em funcionamento construíssem um espaço de revezamento entre eles no sentido de enfrentar coletivamente desafios que, naquela ocasião, vinham sendo encarados separadamente. Um espaço que

objetivasse conjugar e traçar suas diferenças, priorizando, nessa mistura, o que cada modo tem a dizer e a contribuir para que seus projetos possam comprometer-se, de fato, com a transformação de modos de vida.

Distribuíram-se cópias dos temas condensados num único texto aos diferentes coordenadores e jovens que compõem os projetos, no ensejo de que pudesse ser viabilizado um espaço de reflexão, debate e estratégias de intervenção, concernente ao conteúdo exposto no material analisado. No entanto, não se obteve nenhuma resposta, atitude a qual lamentei profundamente, por entender que a discussão apontada no relatório merecia ser criticada por aqueles que compuseram, efetivamente, o trabalho de pesquisa.

De qualquer modo, apesar deste desfecho, fica a sensação de um compromisso que buscou tecer aquilo que foi possível inventar quando se deseja promover coletivamente a criação de formas alternativas de tratar as questões suscitadas durante um trabalho de pesquisa. Junto a esse desejo, a opção e a liberdade de não revelar o nome da ONG, já que a tomamos como um dispositivo, ou seja, um artifício que permitiu acessar a análise do funcionamento dos diferentes modos contemporâneos de subjetivar que, ao entrelaçarem saúde, trabalho e arte, moldam diversos tipos de corpos, entre os quais se destaca o corpo do jovem aprendiz.

### *A ONG e seus aprendizes*

Trata-se de uma ONG com nove anos de existência, que comporta uma experiência de grande vulto, com repercussão nacional e internacional. Atua em duas áreas geográficas diferenciadas do Rio de Janeiro – zonas norte e sul – e tem como preocupação essencial retirar jovens do tráfico de drogas, do subemprego e da prostituição a partir de um investimento de formação artística e cultural de seus aprendizes.

Os trabalhos são desenvolvidos numa variedade de oficinas de música, teatro, grafite, dança, circo e capoeira. Além disso, outros serviços são oferecidos diretamente ou em convênio com outras instituições, entre eles: bolsas de estudos para aperfeiçoamento artístico-profissional; acompanhamento do desempenho

escolar; formação de lideranças por meio de cursos que capacitam jovens a serem empreendedores sociais; atividades recreativas que abrangem crianças em idade pré-escolar.

Uma das marcas originais desse trabalho refere-se ao fato de que suas atividades são coordenadas, quase que na sua totalidade, por jovens. Eles são responsáveis por setores da estrutura institucional e organizacional, coordenam diversos programas, ministram palestras, *workshops*, promovem e participam de eventos sociais e culturais.

Nessas oficinas destacam-se: as bandas de música que integram uma variedade de ritmos e sons (*reggae, funk, samba*) e, ainda, performances que abrangem dança, capoeira, circo; a trupe de arte/saúde por meio de esquetes teatrais que conjugam o circo, a dança e a música, promove espetáculos informativos sobre temas relacionados à saúde, e, por último, a trupe de circo, trazendo como eixo central elementos da arte circense, acompanhada de outras atividades formativas.

Atualmente, a instituição comporta, também, na sua estrutura organizacional, uma produtora que promove eventos artísticos e culturais em favelas e áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro e uma cooperativa para comercialização de produtos de sua grife. Parte de seus instrumentos musicais de percussão vem sendo produzida, artesanalmente, em uma pequena oficina que congrega, ainda de forma incipiente, jovens interessados nesse ofício.

Tanto na zona sul como na zona norte, seus aprendizes são, majoritariamente, negros, de baixa renda, com lacunas na seqüência de escolaridade, inúmeras reprovações, alto índice de evasão escolar, inserção em trabalhos de baixa remuneração. As famílias apresentam-se fragilizadas no que diz respeito à falta total ou parcial de apoios materiais e de solidariedades que possuem uma relação de estreiteza com vulnerabilidades de ordem econômico-ocupacional e de rendimentos.

Em uma das áreas em que a ONG se situa, no caso a zona norte, deparamo-nos com a total ausência de instituições públicas de natureza sociocultural e de lazer. Como agravante dessa ausência de equipamentos públicos, constata-se a presença maciça do tráfico de drogas e, conseqüentemente, do aparato repressor policial,

alterando os níveis de sociabilidade e acirrando o fenômeno da segregação e violência, especialmente com relação aos jovens.

Apesar da precariedade desse solo, fértil em vulnerabilidades de todas as ordens, é extraordinária a capacidade desses aprendizes de extrair dessas mazelas socioeconômico-culturais matérias expressivas. Matérias que são metamorfoseadas em performances de uma estética rara, deixando nos lugares por onde passam suas trupes e bandas, traços singulares de um trabalho arduamente constituído e que comporta afazeres diferenciados.

Assim, a trupe de arte/saúde transmite, com muita descontração e alegria, temas que buscam sensibilizar jovens e adultos a estabelecer diálogos com a saúde e a cultura. Nesses esquetes cabem discussões em relação aos cuidados com o corpo, priorizando o aspecto preventivo, mas dentro de uma perspectiva que problematiza o encontro entre cultura, referenciada na tradição afro-brasileira e as questões relativas à saúde. Ao se confrontarem com as concepções dominantes de saúde, dão visibilidade aos preconceitos e às diferenças daí derivadas.

As bandas musicais primam por suas performances rítmicas, sonoras, e especialmente, corporais. Nessa mescla cabe samba, *reggae*, *rap*, pontos de religiões afro-brasileiras, capoeira, circo, seus espetáculos e canções trazem as marcas de uma juventude guetificada e excluída, compondo um trabalho artístico de extrema originalidade.

Quanto à trupe de circo, ao brilho da arte circense alia-se um sentido eminentemente formativo, de mudança de atitude entre os participantes, fomentando vínculos de solidariedade no desenvolvimento de suas atividades diárias.

No trabalho realizado pelas bandas e trupes, os aprendizes insistem em pontuar suas origens sociais, de modo a denunciar a indiferença a que são comumente relegados. Pontuação de combate e resistência à terrível política de invisibilidade que busca, por todos os meios, promover a obscuridade de suas existências.

### *Coletando os dados*

Durante o percurso de seis meses estabeleceu-se um contato intenso com o dia-a-dia institucional. Inicialmente, pretendia-se realizar o trabalho de pesquisa reunindo jovens por afinidade de projetos executados, visando, com essa estratégia, trabalhar com cada um desses grupos em particular, para, posteriormente, reagrupá-los tendo como referência as diretrizes gerais da ONG.

Porém, os esforços para agrupar os jovens em uma atividade diferente das atividades em que trabalham não obtiveram sucesso, e logo se percebeu – a partir do contato com eles e do relato de alguns coordenadores – que essa tarefa parecia impossível.

No sentido de evitar um funcionamento avesso a esse cotidiano vivido pelo jovem, decidiu-se mudar de estratégia partindo, então, para entrevistas individuais e/ou coletivas, distribuídas da seguinte forma: entrevistas com os coordenadores dos projetos, com educadores (instrutores de oficinas), com pessoas da coordenação geral, com os trabalhos em grupo realizados pelas trupes de circo e de arte/saúde.

Incluíram-se entrevistas semi-estruturadas individuais e em grupos com coordenadores, educadores, técnicos e os jovens aprendizes que compõem a ONG, a partir de um roteiro de tópicos relativos à filosofia que norteia suas ações socioculturais: relação educador/aprendiz, profissionalização, capacitação dos coordenadores, dificuldades encontradas, mudanças percebidas na população atendida.

Com relação aos aprendizes, investigaram-se, nas entrevistas, temas centrais como: motivos de inserção no programa, atividades artístico-culturais que desenvolvem, profissionalização, relação com a escola e a família, mudanças percebidas. Foram entrevistadas 30 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 6 coordenadores; 2 educadores; 2 técnicos do Serviço Social; 20 aprendizes.

Além das entrevistas, na intenção de entrar em contato com algumas condições coletivas dessa experiência aprendiz – tanto na sua divergência dos modelos hegemônicos de subjetivação como nas formas de reprodução de maneiras de viver em acordo com esse modelo –, introduziu-se um dispositivo/artifício com o

qual se procurou trabalhar cada jovem e seu modo de inserção no processo de coletivização da instituição.

Apresentou-se um conjunto de personagens (vide em anexo) em situação de trabalho pedindo aos jovens que escolhessem dois desses personagens: um que melhor expressasse sua participação no projeto em que estivesse inserido e outro que melhor referisse sua vinculação no conjunto da instituição.

Recorremos a esse conjunto de personagens utilizando-os como uma técnica expressiva auxiliar, sendo, em seguida, somados e entrecruzados com o material recolhido nas entrevistas e observações diárias. Neste sentido, a leitura de tais personagens pautou-se na compreensão sobre como os aprendizes fundam modos de funcionamentos próprios e de que forma investem nos trabalhos por eles realizados. Assim, extraímos, de cada personagem escolhido, o quanto eles invocam de possíveis funções e papéis desempenhados, cotidianamente, nas atividades em que se encontram inclusos.

No convívio com os diferentes trabalhos realizados pelos aprendizes, coordenadores, educadores e técnicos destacaram-se três modos distintos de funcionamento, ainda que coexistentes – dominantes ou não, conforme os tipos de enfrentamento necessários nomeados, neste estudo, como bandas musicais, trupe arte/saúde e trupe circense. Eles ressaltam as diversas maneiras de pensar, agir e criar aquilo que os próprios jovens reforçando ou negando denominam ser a instituição da qual participam e que constroem e a condição de aprendiz diariamente inventada nesse encontro.

### ***Analizando os dados***

Tomando como referência a idéia de que os modos de subjetivação são construídos, a perspectiva aqui apresentada parte do princípio de que toda análise se esboça a partir do território onde cada prática emerge e de como ela se desenvolve a ponto de se tornar instituída, institucionalizada e, portanto, produtora de modos de existência. Logo, essa e qualquer análise, além de provisória, é local e somente pode ser considerada mediante ferramentas teórico-práticas que lhe dão sentido.



Tornar a análise uma ferramenta de cunho teórico-prático é a tentativa de buscar um plano conceitual que entre em ressonância com as experimentações instauradas, no caso deste estudo, no encontro entre os aprendizes e a ONG, dando visibilidade ao modo como repassam, recriam e consomem sentidos e valores a partir da interferência da perspectiva artístico-cultural que orienta o trabalho.

Buscou-se, antes de tudo, arregimentar pensadores que concebem a própria atividade do pensar como experimentação. Nesse caso, a idéia de experimentação serve de elo entre o pensamento como atividade criadora e a arte enquanto concepção ética e estética, porque implicada na invenção de novas maneiras de sentir, existir e agir que altere a perspectiva de trabalho tornada dominante para uma juventude periférica.

Interessada na concepção do pensamento enquanto experimentação, mais do que numa análise descritiva e fenomênica das questões suscitadas durante o trabalho de pesquisa, elejo primeiramente Foucault e a singularidade de um historiador do presente. Pensamento que atualiza uma idéia de existência sendo trabalhada na perspectiva estética, segundo o autor, já encontrável nos gregos. Estética da existência como problematização de si ou uma prática de si num terreno ético.

Com o método foucaultiano, acesso à atualização das formas de fabricação social e histórica da subjetividade aprendiz, as quais buscaram aprisionar a condição de aprendiz a uma configuração de vida medíocre, investindo na direção e produção de um ser impotente e submisso.

A partir de então, há o encontro com Nietzsche e sua crítica a essa forma-homem atual, esculpida historicamente e da qual é urgente livrar-se. De mãos dadas com o filósofo encontro, nesse pensador e sua potência crítica, um questionamento essencial para o aprendiz: “Como liberar as forças aprisionadas sob a carcaça da forma-homem?” A partir dessa questão-problema, importa tomar o aprendiz como um experimentador de si e possibilita-se conceber a subjetividade como incessantemente inventada, modificada, posto que inacabada.

Para compreender a subjetividade humana como algo inacabado, sigo com Deleuze e Guattari, visto que o caminho trilhado por esses pensadores fez,

igualmente, da atividade do pensar uma atividade criadora a partir de um paradigma ético e estético.

A tentativa, presente em ambos os pensadores, de fazer passar as ciências humanas e as ciências sociais do âmbito do paradigma científico para um paradigma estético consistiu, para este estudo, em uma ferramenta primorosa. Referenciar o aprendiz, para além de uma análise científico, mas, primordialmente, através da ética e da estética, conjugava com o propósito e a aposta de pensar o aprendiz como um experimentador de si, porque estar na condição de aprendiz não é outra coisa senão produzir sentidos que coloquem em xeque as verdades dadas pelas significações dominantes.

Produzir novos sentidos resistindo às significações dominantes é uma maneira de lutar contra as forças reativas que vêm se esboçando na contemporaneidade quando se pretende tematizar a tríade aprendiz, trabalho e saúde, tríade que traz intrínseca a urgência de pensar a relação dada entre subjetividade e capitalismo:

“(...) essa preponderância dos fatores subjetivos na lógica capitalística, e sobretudo para o modo pelo qual as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no coração da subjetividade humana, não só na sua memória, na sua inteligência, mas também na sua sensibilidade, nos seus afetos, nos seus fantasmas inconscientes (...)” (Pelbart, 2000: 5)

Se, por um lado, o capitalismo tardio tomou, de fato, “de assalto a subjetividade para investi-la numa escala nunca vista”, por outro se compreende a emergência de reinventá-la cotidianamente, questão cara ao aprendiz que experimenta o mundo numa perspectiva diferente, como mundo originário, sempre novo, fazendo de sua existência um exercício estético a se contrapor a um projeto de vida moral. Moral que neste estudo ganha contornos nítidos nas formas de trabalho e vida impostas, historicamente, a jovens aprendizes.

Este arcabouço instrumental/conceitual serviu de lente no exercício de leitura das entrevistas individuais e/ou coletivas realizadas com os jovens. Entrevistas, combinadas com o material expressivo que apontava tanto a visão do aprendiz quanto sua inserção nos pequenos grupos e atividades do qual participava, como na sua forma de vinculação ao conjunto de trabalhos desempenhados pela ONG.

Acrescem-se, ainda, as observações alcançadas nos encontros diários com o cotidiano institucional e com a natureza das atividades artístico-culturais.

Embora tivéssemos como perspectiva inicial uma pesquisa/intervenção, nossa intenção ficou inconclusa em função, como expomos anteriormente, da não-restituição, por parte da organização e de seus aprendizes, do material que lhes enviamos. Tratou-se, então, de uma pesquisa que trouxe como abordagem a observação participante exercitada através de lentes portadoras de uma visão ética e estética, tentando acessar as distintas maneiras de inserção do aprendiz nos trabalhos que realizam, assim como acompanhar os enfrentamentos e desafios na constituição da tríade trabalho, saúde e arte.

Assim sendo, buscou-se compreender o que esses diferentes modos de objetivar seus afazeres artísticos, culturais e formas de convivência produzem, reproduzem e que diferenças eles criam. Diferenças pensadas enquanto singularidades ou, nos termos deste estudo, produtoras de saúde.

### *Analizando minhas implicações com o aprendiz e seus agenciamentos*

No afã de dar ênfase aos processos de produção de subjetividade que irromperam modos de ser, sentir e viver as múltiplas feições concernentes à condição de aprendiz recorro, primeiramente, ao trabalho, de longa data, que desenvolvo como psicóloga, com crianças e jovens das áreas periféricas que vivem em situação de pobreza.

Entre os inúmeros encontros e experiências que venho tecendo com esse grupo, uma preocupação insiste em rondar mentes e corpos de crianças e jovens de forma quase que unânime: ter uma ocupação<sup>4</sup>.

O mais espantoso é que esse “ter que arranjar uma ocupação” que eles parecem, desde sempre, portar encontra terreno fértil nas instituições em que transitam. Assim, nos abrigos, escolas e projetos dos quais participei, deparei-me com uma gama de técnicos, professores, administradores, familiares que conjugavam a idéia de um destino quase inexorável para crianças e jovens empobrecidos, ou seja, como primeiro e, talvez, único projeto de vida inserir-se em qualquer atividade laborativa.

Essa idéia, de algum modo dominante, naturalizada no senso comum e nas práticas institucionais, reduz a infância e juventude pobre à perspectiva laboral. Embora, historicamente, tal perspectiva tenha causado a indignação de grupos, de pessoas, de importantes movimentos sociais e políticos, pouco alterou a orientação hegemônica em termos de projetos a médio e longo prazo que consistam, de fato, em trazer outras respostas à seguinte questão: por que para crianças e jovens pertencentes aos segmentos populares a terapêutica apresentada é sempre o labor? Que espécie de saúde se promove tendo como única terapêutica o labor?

De posse dessa primeira questão-problema, procurei acompanhar e analisar alguns traços tecidos historicamente no encontro entre a problemática do trabalho e os jovens aprendizes a partir da especificidade brasileira, dando ênfase às diferentes perspectivas de saúde daí derivadas.

Nesse desvio histórico, necessitou-se operar uma inversão de natureza temporal na forma de conceber o ato de historiar e compreender que “não é o passado que engendra o presente, senão que o passado está composto de uma série de potencialidades que o presente ativa, que o presente ilumina, que o presente deflagra” (Baremlitt, 1996: 41/43). Uma história do presente, tal qual propõe Foucault, que implica, também, uma outra inversão no caminho trilhado pela filosofia tradicional ou pela psicologia daquilo que nomeiam como a questão do sujeito e da intersubjetividade.

Neste estudo, a subjetividade é concebida como produção, sendo composta de diversos elementos, seja de natureza interna e/ou externa (afetivos, familiares, do corpo, da mídia, da linguagem, do desejo, entre outros). Essa heterogeneidade de elementos, em constante processualidade, faz da subjetividade uma instância múltipla indissociável de práticas sociais concretas (Caiafa, 2000).

Analisando os modos de subjetivação dominantes, inerentes ao campo da saúde e do trabalho, pude constatar a partir de tal composição a produção de linhas portadoras de uma visão normativa de saúde, nomeadas neste estudo de contínuas ou duras. Essa visão, situada dentro dos parâmetros de equilíbrio e conformidade ao meio, encontrou nas práticas de saúde e trabalho um dispositivo normatizador, que se plasmou na existência de crianças e jovens dos segmentos populares ou

tidos como desviantes reduzindo a multiplicidade de sentidos própria à dimensão e invenção de ser um “eterno aprendiz”.

Embora as linhas contínuas ganhem maior visibilidade, insisto na busca de outros traçados a partir dos quais trabalho e juventude possam escapar a níveis de intervenção normativos, produtores de uma perspectiva de saúde que não reduza a condição de aprendiz a uma feição meramente laborativa. Finalmente, encontro esboços dessas linhas no Brasil, particularmente nas décadas de 70, 80 e 90, as quais nomeio de linhas descontínuas ou flexíveis.

Associo essas linhas descontínuas ou flexíveis a uma nova forma de inventar e produzir saúde, isto porque elas trazem uma outra mentalidade associada a uma nova vontade que altera os modos de pensar, sentir, viver e tratar o processo por meio do qual o jovem torna-se um aprendiz no Brasil.

Tais linhas trazem uma nova configuração na tríade trabalho, saúde e aprendiz quando, especialmente na década de 70, tentam compor geração de renda e dar ênfase no desenvolvimento de um processo educativo junto aos jovens, fora de um espaço de reclusão. Posteriormente, na década de 80, são linhas que produzem rupturas com as práticas especializadas das instituições e combatem a política de isolamento, negligência e reclusão. E, finalmente, na década de 90, são linhas que tentam escapar a um campo restrito de oposições expressas nas dicotomias trabalho x vadiagem, trabalho x educação, para a trilogia educação, trabalho e cidadania, por meio da qual se vislumbra uma vontade de mudar a atitude frente ao par saúde e trabalho, como canta Gabriel o Pensador:<sup>5</sup>

“Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente.  
A gente muda o mundo na mudança da mente.  
E quando a mente muda a gente anda pra frente.  
E quando a gente manda, ninguém manda na gente.  
Na mudança de atitude não há mal que não se mude, nem doença sem cura.  
Na mudança de postura a gente fica mais seguro.  
Na mudança do presente, a gente molda o futuro”.

Na tríade educação, trabalho e cidadania, a composição de uma perspectiva de saúde que não se reduz à ausência de doença. Saúde, como canta o Pensador, está na mudança da mente, na mudança de atitude, na mudança de postura, na mudança

do presente. Saúde como um conceito vulgar, algo alheio ao campo do saber objetivo e que estaria ao alcance de todos (Canguilhem, 1990).

Nesta forma de pensar, a saúde não é propriedade de especialistas e, muito embora não possa prescindir desses saberes, ela deve incorporar como dimensão a experiência do corpo e suas referências de dor e prazer a partir do ponto de vista de quem as vive.

O corpo, nessa acepção de saúde, resulta sempre de um campo de forças, dando-lhe um caráter de embate e necessidade de ultrapassamento. Esse caráter de embate é similar à perspectiva de saúde como um campo de luta, situada fora dos parâmetros de equilíbrio e conformidade ao meio, tal qual aborda Canguilhem (1990). Nessa perspectiva, o caos, o desequilíbrio, o adoecer não são concebidos como defeitos, mas efeitos possíveis que emergem dos encontros dos corpos com as “infidelidades do meio”, usando a expressão do autor. O caos e suas linhas descontínuas como fazendo parte da vida, uma maneira de conceber e estar no mundo, uma das expressões em que a vida se manifesta.

A produção da saúde consiste, então, em considerar os componentes sociais, afetivos, econômicos que atravessam a condição e o corpo aprendiz, dada a intenção de suscitar uma saúde enquanto potência de interferir no mundo, ou, como aponta Canguilhem, capaz de inventar novas normas que abalem os traços e marcas, historicamente impressos no corpo aprendiz e a sua relação com o trabalho em seu caráter coercitivo, tutelar e excludente. Marcas estas produtoras de sentidos impeditivos que conspiraram contra um modo diverso de conceber uma condição que possibilitasse ao aprendiz a transformação de si.

O que percebo é que especialmente na década de 90 uma boa parcela das organizações não- governamentais (ONGs) toma para si a tarefa de trabalhar com crianças e jovens dos segmentos populares e periféricos da cidade do Rio de Janeiro.

Dando ênfase à composição educação e trabalho, a partir de uma perspectiva que irá privilegiar a questão da cidadania, multiplicam-se, nesse período, programas cujas práticas voltam-se para a construção de projetos próprios de vida que instaurem para o aprendiz uma outra maneira de estabelecer vínculos com uma sociedade que comumente o exclui.

Embora, para essas intervenções, o tema da profissionalização atravesse, de forma cada vez mais enfática seus projetos, conseguem num primeiro momento abordá-la primando, antes, pelo processo de formação do aprendiz, a qual exalta, especialmente, a criação de uma experimentação estética. Tal experimentação que passa a ser conduzida por uma inquietação em relação às formas até então acionadas na tríade educação, trabalho e juventude. Buscam-se nas intervenções junto ao aprendiz práticas mais interativas em que ele participe ativamente daquilo que o afeta, de modo a confeccionar um plano de consistência para vidas que herdaram um processo histórico de vulnerabilidades de todas as ordens.

Tais vulnerabilidades são agravadas, atualmente, por políticas governamentais que trazem, ainda, como traço contínuo, iniciativas voluntaristas e emergenciais, distantes de um projeto a médio e longo prazo para a juventude; pela intensificação da precarização nas relações de trabalho; pelo recrutamento e captura, especialmente de jovens, para a rede do crime organizado e o tráfico de drogas, cujo mercado de trabalho apresenta-se consolidado internacionalmente.

Nesse cenário, acirrado pela banalização da violência, por relações de servidão que ultrapassam as de sujeição, instauradas mais recentemente nos processos de trabalho e, ainda, pela destituição crescente das relações de sociabilidade, cresce o desejo de aproximar-me daqueles que fazem de seus trabalhos, junto aos jovens, um campo de experimentação e de enfrentamento, de modo a suscitar intervenções que possam forjar mudanças efetivas na vida do grupo em questão, e que nesta pesquisa elejo as experiências desenvolvidas pelas ONGs.

Chama a atenção a heterogeneidade de projetos voltados para jovens no campo das ONGs e a crescente conexão com a arte que considerável parte desses programas passa a portar. Trata-se de intervenções em que os processos culturais e artísticos ganham relevo, particularmente entre os jovens. A relação entre aprendiz e trabalho, para essas intervenções, sofre, a partir de então, a interferência da arte.

Interesso-me em compreender como as experiências voltadas para a juventude e o trabalho incorporam a perspectiva da arte. E mais, como vivem os embates entre as linhas contínuas e descontínuas que se instauram atualmente no encontro do

jovem aprendiz com a temática do trabalho, a partir de um novo paradigma ético e estético.

Nesse paradigma, o investimento na formação artística e cultural de jovens implica uma aposta na crença de que a arte, enquanto potência de transformação dos modos de vida, é capaz de criar novas formas de pensar, sentir e viver o trabalho, rompendo e questionando valores tornados dominantes. Arte e Cultura como ferramentas capazes de contrapor-se aos processos de subjetivação em curso no capitalismo, cuja dinâmica funciona, em escala crescente, no domínio do produtivo:

“Nem sempre foi assim. Até algumas décadas atrás, a vida era uma coisa, o trabalho outra. Claro que uma disciplinarização do corpo nas diversas esferas da vida servia também às exigências da produção, mas eram esferas distintas (...) Nas últimas décadas as fronteiras entre essas esferas se esfumam (...) Por um lado, a vida ela mesma torna-se inteiramente trabalho, numa subsunção assustadora: leva-se trabalho para casa, tudo é trabalho. Por outro lado, o trabalho torna-se vital (claro que a referência aqui são certos setores de ponta, mas que indicam tendências), acionando dimensões da vida antes reservadas ao domínio exclusivo da arte ou da vida onírica privada” (Pelbart, 2000: 37).

Mas, se é verdade que o capital se apropria em escala nunca vista da composição vida e trabalho, instituindo um modo próprio de subjetivar o trabalho na contemporaneidade, a “subjetividade é ela mesma um capital de que cada um dispõe, virtualmente, com conseqüências políticas a determinar” (Pelbart, 2000: 37).

Isso significa afirmar que esse modo de subjetivar o trabalho característico do nosso tempo não existe de maneira uniforme nem total. Ele existe junto com uma série de outras maneiras de viver, de pensar que, embora muitas vezes não apareçam ou apareçam como desviantes, são formas de resistir, transformar e alterar esses modos dominantes. Essas transformações se consolidam a partir das alianças pessoais, sociais, políticas construídas na tríade jovem, trabalho e arte.

No caso do estudo em questão buscou-se analisar, a partir do contato com uma ONG, em que medida seus aprendizes criam formas de resistir a esse modo dominante, ou em que aspectos sentem-se mais contaminados por ele quando



exercitam, especialmente, questões relativas a saúde, trabalho e juventude através das ferramentas advindas da arte e da cultura.

### ***Sobre os capítulos***

Os diferentes modos de viver e conceber o jovem e sua condição de aprendiz não se encontram separados de conjunturas econômicas, políticas e culturais diversas, o que evidencia a impossibilidade de abordá-los de forma universal e invariante.

Embora estudos de ordens distintas busquem uma especificidade dos jovens e da juventude apontando seus ritos de saída e entrada, por meio de etapas que possam garantir papéis próprios à vida adulta, reconhecem a natureza fugidia do “objeto” jovem (Levi & Schimitt, 1996).

Mais do que apontar uma especificidade do jovem ou da sua condição de aprendiz a partir de uma conotação etária ou, ainda, referida aos segmentos das classes populares, acepções circunscritas, de forma dominante, à sociedade industrial, buscamos explorar, na primeira parte deste estudo, as múltiplas facetas que se encontram em jogo na experiência aprendiz.

Neste percurso, retomamos os gregos e suas formas de confeccionar práticas que compreendiam a experiência aprendiz a partir das relações estabelecidas com a política, a pedagogia e as inúmeras funções daí apreendidas: de crítica, de luta, curativa, terapêutica, entre outras.

Esse caráter múltiplo de conceber a condição de aprendiz, fundada nas práticas que os gregos denominaram “ocupar-se de si”, traz concomitantemente a força de pensar o aprendiz para além de significações ou representações prévias. Assim, o aprendiz será abordado como um ser precário, na medida em que não possui respostas ou atitudes já formadas para reagir a determinadas situações: um aprendiz lançado em experimentações por meio das quais irá experimentar o que o torna aprendiz. Nesse lançamento o aprendiz abre mão de fórmulas prontas, fazendo valer um aprendizado vivo, no qual as soluções serão efeitos desse aprendizado, nunca as causas.

Tomando o aprendiz em seu sentido inacabado, provisório e indeterminado, situamos a condição de aprendiz adotando lentes que buscam como campo de

problematização a composição saúde e trabalho, a qual será tomada como um exercício com que o aprendiz irá se defrontar, posto que é na ordem do encontro que o aprendizado se inicia. São confrontos que fazem do aprendiz um experimentador de si.

Por meio dessas lentes, localizamos algumas linhas que esquadriharam o sentido da experiência aprendiz a um conjunto de normas, prescrevendo uma moral inseparável de uma cultura do assujeitamento da qual o corpo aprendiz torna-se alvo. Ao mesmo tempo, encontramos linhas que combatem a normatização da experiência aprendiz fazendo valer novos modos de subjetivação que se farão presentes no par saúde e trabalho.

Essas considerações serão tecidas a partir de um breve percurso historiográfico, enfocando os processos por meio dos quais o trabalho deixa de ser, para o aprendiz, uma das dimensões em que a vida se manifesta, tomando, posteriormente, feições coercitivas comprometidas com uma perspectiva de saúde que tenta reduzir o campo de possíveis do aprendiz e a multiplicidade de sentidos que lhe era inerente.

Em seguida, discutimos a invenção da experiência aprendiz no Brasil desde a Colônia até os dias atuais, rastreando sua especificidade, trazendo os processos de subjetivação produzidos no campo do trabalho e a confecção de experiências pautadas em bases, eminentemente, colonizadoras e escravistas.

Com relação ao campo do trabalho, adiam-se, em certa medida, as formas de enquadramento das condições capitalistas de produção, tal qual operada nas sociedades européias. Um dos fatores que concorreram a esse adiamento consistiu na forte referência à escravidão vigente e a dificuldade de compelir uma população livre a trabalhar.

Apenas no final do século XIX, junto às mutações operadas no capitalismo e à incorporação de novas formas de gerir a vida e o trabalho, assistiu-se à conjugação de campos, até então concebidos separadamente.

Essa indissociabilidade entre saúde e trabalho será tratada à luz do que Foucault conceitualizou como biopoder. Trata-se do desenvolvimento de um poder político para criar, administrar e controlar as populações. Com esse referencial traçamos as formas instauradas na gestão e administração da vida do aprendiz, dando

ênfase aos processos de higienização que lhes são correlatos e às diversas configurações, desde então, rascunhadas na composição saúde e trabalho, e inspiradas, entre outros aspectos, no movimento médico higienista (movimento propagador de práticas que incidem sobre o corpo aprendiz nas dimensões morais, econômicas, sociais e educacionais, conjugadas a preconceitos racistas e religiosos).

Nessa direção, apresentamos o aprendiz na Era Vargas e o investimento em torná-lo um futuro cidadão trabalhador. Em seguida, abrimos, brevemente, uma das páginas da história das políticas públicas voltadas para a institucionalização da juventude pobre no Brasil e que tornaram seus aprendizes “filhos do governo”.

Fecha o primeiro capítulo um pouco das questões que tratam do ensino profissionalizante, trazendo como contraponto os programas alternativos de orientação para o trabalho que surgem, especialmente, nas décadas de 70 e 80, quando houve conquistas significativas no que se refere à infância e à juventude pobres do país, engendradas, especialmente, por setores da sociedade civil organizada e que apontam, ainda que de modo frágil, linhas descontínuas no par saúde e trabalho.

No segundo capítulo, retomamos as linhas descontínuas que, durante as décadas de 70 e 80, descentraram a temática do trabalho em sua versão triste e asséptica. Concentramos, então, nossa análise na tríade educação, trabalho e cidadania, pondo em cena os trabalhos realizados com os aprendizes das calçadas que retomam, desde a década de 70, as ruas da cidade como *locus* privilegiado onde passam a construir suas existências.

A importância de centrarmos nossa análise nas ações empreendidas, notadamente, nas décadas de 80 e 90 com os aprendizes das ruas se dá por compreendermos que suas intervenções introduziram um exercício singular de uma cidadania a ser produzida, trazendo, por conseguinte, formas inusitadas de conceber a relação entre corpo aprendiz, saúde e trabalho, as quais combatem e expõem as condições desiguais que alicerçam a vida desses aprendizes.

Neste aspecto, busca-se abandonar concepções morais expressas na responsabilização das famílias e sua situação de pobreza como determinantes pelos desatinos de suas crianças e jovens, assim como movimentos e organizações

da sociedade civil exigem providências diante do descaso e dos abusos perpetrados contra o que ficou designado, nesse período, como meninos de rua.

Embora essas intervenções primem por uma atuação na dinâmica de sociabilidade desses aprendizes, no que se refere ao campo do trabalho, multiplicam-se, paralelamente, iniciativas de capacitação para o trabalho e que passam a demandar, de forma cada vez mais premente, profissionalização.

A necessidade de profissionalização será problematizada trazendo as condições de vida contemporâneas, promovidas no campo do trabalho e a especificidade conjuntural brasileira, na sua articulação com as mudanças engendradas no contexto da sociedade pós-industrial, em que as esferas produtivas, anteriormente separadas de outros setores da vida, sejam eles, domésticos, de trabalho, de lazer, se pulverizam e interpenetram no tecido social tornando nebulosas suas fronteiras. Com a atenuação dessas fronteiras, é como se as formas e os modos de vida, geridos pelo capitalismo no seu estágio atual, não mais se diferenciassem, abolindo, sobremaneira, tudo o que lhes parecia exterior.

No caso do aprendiz experimentador de si, essa abolição da exterioridade tornar-se-á problemática na medida em que dilui seu campo de experimentação, já que o projeto dominante consiste não apenas em reduzir sua existência à lógica do mercado e do consumo, mas, do mesmo modo, eliminar aqueles que não se encaixam nos moldes pós-capitalistas em curso.

Em se tratando de jovens periféricos, os processos de exclusão e eliminação que lhes são imputados encontram terreno fértil, igualmente, num mercado que os têm tornado aprendizes de guerra. A presença maciça da empresa do narcotráfico, incrustada nos territórios em que residem, não pode ser ignorada. Portanto, dedicamos uma breve análise aos modos de funcionamento acionados por uma empresa, ilícita, que conjuga, nas suas formas peculiares de trabalho, mecanismos próprios às sociedades de soberania, disciplinares e de controle.

Estendemos tal análise aos atuais regimes de trabalho, mantidas as devidas distinções, a qual parece trazer a constatação que a vida, mesma, transformou-se em uma grande empresa, norteadas por um eixo comum que reduz a todos a eternos consumidores. Esse eixo que traz seus desdobramentos nas formas de vida

vigentes, fazendo do aprendiz o “consumidor ideal, de bens e serviços, de entretenimentos, de política, de informação, o ciberzumbi” (Pelbart, 2000: 23).

Diante dos aprendizes das ruas, dos aprendizes que anseiam por profissionalização e daqueles transformados em aprendizes de guerra, buscamos traçar os embates presentes nos modos de subjetivação dominantes com os quais se deparam cotidianamente. A partir de então, urge refletir sobre as formas de resistências a serem criadas que enfrentem essa subtração contemporânea da exterioridade, ou seja, das forças do fora que alimenta e da qual depende a experiência aprendiz.

Essa exterioridade encontra na arte matéria de experimentação de outros possíveis, entendida a arte, nesse caso, como processo de criação e transformação das formas de vida. Passamos, então, a tratar a invenção desses processos criativos a partir de um solo específico, a saber, uma ONG que estivesse trabalhando sob uma orientação de formação artístico-cultural.

Nessa aproximação, nosso intuito consistiu em tomar a ONG como um laboratório social de experimentações que, ao comporem juventude, trabalho e saúde, a partir da interferência da arte, pudesse nos acessar aos sentidos e valores tecidos em suas linhas contínuas e descontínuas de subjetivar o trabalho e a perspectiva de saúde daí emanada.

Porém, antes de nos determos na experiência propriamente dita, eleita para fins deste estudo, encerramos o segundo capítulo historicizando a trajetória das ONGs no Brasil e suas mudanças nas formas de inserção, participação e gestão na esfera pública. Analisamos a condição e o corpo aprendiz, quando sob os cuidados de uma nova filantropia, centrando-nos, prioritariamente, nas transformações ocorridas a partir da década de 90, quando ocorre um alargamento da especificação das ONGs, concomitantemente a um processo de fragmentação e especialização nas formas empreendidas, desde então, por essas organizações para tratar questões de natureza social.

Esses processos de intervenção e ação junto a crianças e jovens serão apresentados avaliando como vem se conformando essa nova filantropia em termos de criação, efetiva, de vínculos e valores que sirvam de sustentação e, do

mesmo modo, de um campo de experimentação inovador para um grupo de aprendizes freqüentemente, excluídos das formas vigentes de organização social. No terceiro e último capítulo, analisamos os encontros e embates que os aprendizes que constituíram nossa pesquisa estabelecem com a tríade saúde, trabalho e arte. Centrando-nos nas inquietações geradas entre o aprendiz e os campos da saúde e do trabalho, a partir da interferência da arte, trazemos os componentes morais, éticos e estéticos, traduzindo a constituição de linhas contínuas e/ou descontínuas acionadas.

Acompanhando essas linhas, e seus modos de funcionamento, destacamos, de um lado, aquelas que contribuem para tornar suas experimentações artísticas e culturais um plano de sustentação gerador de outras formas de vida, posto que tomam a arte em seu aspecto dissidente e criador; de outro, as linhas que capturam a subjetividade aprendiz esvaziando e subtraindo os diferentes domínios que comportam sua existência (tempo, lazer, relações familiares, entre outros). São linhas alimentadas por uma perspectiva que “apenas reforça uma normatividade da criatividade de que a estética da mercadoria é um testemunho cotidiano” (Pelbart, 2000: 35).

### ***Notas:***

<sup>1</sup> Em nosso estudo, o sentido do termo “cartografia” refere-se a desenhos de paisagens psicossociais e seus movimentos de transformação. Desse modo, a cartografia “acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”. Sentido extraído do livro *Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo* de Suely Rolnik (São Paulo: Estação Liberdade, 1989).

<sup>2</sup> A noção de dispositivo refere-se a “uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos, atualiza virtualidades”, conjugando “elementos e forças (multiplicidades, singularidades, intensidades) heterogêneos que ignoram os limites formalmente constituídos das entidades molares”, produzindo “realidades alternativas e revolucionárias que transformam o horizonte do considerado Real” (Baremblytt, 1996).

<sup>3</sup> O conceito de instituição, referendado na análise institucional, “deixa de ser sinônimo de estabelecimento, ou de técnica, para ser algo não-localizável, como forma que produz e reproduz as relações sociais, ou forma geral das relações sociais que são instrumentalizadas pelos estabelecimentos e ou técnicas podendo ser uma escola, bem como família, casamento, sistemas de lei etc.”. (Uziel & Miranda, 1995). Sob essa perspectiva, compreendemos igualmente os campos do trabalho, da saúde e da arte como instituições que, neste estudo, foram postas em análise.

<sup>4</sup> O uso da expressão ‘ter uma ocupação’, no lugar da palavra ‘trabalho’, implica uma apropriação da distinção proposta por Arendt (1995) entre labor e trabalho. A autora aponta, retomando a Antiguidade Clássica, o desprezo que os gregos nutriam pelo labor, haja vista que qualquer atividade que não fosse política era considerada subserviente. Sob essa perspectiva, identificavam trabalho com escravidão, já que trabalhar implicava, sempre, encontrar-se em uma condição servil. Ao contrário, na Era Moderna, glorificou-se o trabalho como fonte de todos os valores, operando distinções, entre as quais: trabalho produtivo e improdutivo, trabalho qualificado e não-qualificado, trabalho manual e intelectual. Queremos ressaltar, desse modo, que as expressões “laborar” e/ou “ter uma ocupação”, usadas nessa tese, atualizam a acepção grega de servilidade, já que “é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência; motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele” (Arendt, 1995).

<sup>5</sup> Esta canção, intitulada “Até quando?”, é de autoria de Gabriel o Pensador, Tiago Mocotó e Itaal Shur, e encontra-se no CD *Seja você mesmo Mas não seja sempre o mesmo* (Sony Music, Rio de Janeiro, 2000).

## Capítulo I

### *O sentido da experiência aprendiz e sua composição com o campo da saúde*

Os processos históricos que engendraram a experiência aprendiz procedem da constituição de corporações ou agremiações que têm sua origem no mundo greco-romano. Eram formadas e orientadas por um sentimento associativo que agregava pessoas com interesses comuns e não se restringiam, apenas, à organização e à formação dos diversos ofícios, estendendo-se a agremiações de natureza política, étnica, religiosa ou mesmo por laços de amizade e vizinhança.

Nessas agremiações, os interesses aparecem associados a inúmeras práticas, cujo princípio encontra-se nas formulações sobre o tema da hermenêutica de si. Trata-se de práticas que os gregos nomeavam como “ocupar-se de si” – em latim, “cuidar de si mesmo” –, consideradas, concomitantemente, como “um dever e como uma técnica, uma obrigação fundamental e um conjunto de procedimentos cuidadosamente elaborados” (Foucault, 1997).

Essa preocupação essencial expressa na necessidade de “ocupar-se de si” atravessa a Antiguidade Clássica e extrapola a idéia de um simples momento de preparação para a vida, tornando-se, mesmo, uma forma de vida que toma as mais diversas feições na sua articulação com a política, com a pedagogia e com o conhecimento de si.

Instaura-se, desse modo, uma política de existência que tem como traço o exercício do cuidar de si referendado no estabelecimento de um amplo leque de relações consigo mesmo, por vezes “concebidas a partir do modelo jurídico-político: ser soberano de si mesmo, exercer sobre si mesmo um domínio perfeito, ser plenamente independente” e, por outras vezes, “representadas a partir do modelo do gozo possessivo: gozar de si, ter prazer consigo mesmo, encontrar em si toda a sua volúpia” (Foucault, 1997).

Embora seja na sua articulação com a pedagogia que a preocupação consigo passa a abranger uma maior complexidade, outros aspectos passam a se afirmar no lugar do papel estritamente pedagógico de dar uma formação, já que “ocupar-se de si”



não se restringe apenas aos mais jovens, estendendo-se a todas as fases da vida. Esses aspectos abrangem funções importantes, quais sejam: a de crítica, considerada a tarefa do desaprender, eliminando as falsas opiniões recebidas da massa ou dos maus mestres; a de luta, vista freqüentemente a partir de duas metáforas: a do atleta e a necessidade de preparar-se para aqueles movimentos necessários à luta; e a da guerra, criando uma disposição na alma para um combate permanente com o inimigo; por último, a função curativa e terapêutica, mais próxima do modelo médico, e suas práticas de cuidar, curar, purgar as paixões da alma e as doenças do corpo.

Essa cultura de “ocupar-se de si” tem, predominantemente, uma função curativa e terapêutica, sustentada por uma multiplicidade de práticas e relações sociais (familiares, de amizade, de proteção) que implicam, sempre, a necessidade da ajuda de um outro. Aqui encontramos os mestres, diretores, conselheiros privados, todos dedicados a exercer a direção da alma por meio de um conjunto de técnicas (da escuta, da escrita, de voltar-se para si), com o propósito de vincular a verdade ao sujeito. No entanto, nessa ascese da verdade não se trata ainda de:

“(...) descobrir uma verdade no sujeito, nem de fazer da alma o lugar em que reside a verdade, por um parentesco de essência ou por um direito de origem; não se trata tampouco de fazer da alma o objeto de um discurso verdadeiro. Trata-se, ao contrário, de armar o sujeito de uma verdade que não conhecia e que não residia nele; trata-se de fazer dessa verdade apreendida, memorizada, progressivamente aplicada, um quase-sujeito que reina soberano em nós mesmos” (Foucault, 1997).

A complexidade da experiência aprendiz e o modo pelo qual os gregos se dedicavam às práticas do cuidado de si fundam um modelo de subjetividade que exercita e enfrenta esse campo de indeterminação, próprio das forças do fora criando novas e múltiplas maneiras de construir uma existência estética que, pautada na experimentação, nutre seu campo de possíveis.

Servindo-nos dos antigos gregos e da maneira como incorporavam a experiência do corpo e suas referências de dor, prazer, cura, essencial à prática do cuidado de si, notamos a presença simultânea de algumas linhas que, ora divergentes, ora

convergentes, ora paralelas, problematizaram a relação entre saúde e doença no corpo e na alma, formando as bases da noção de saúde que triunfou no Ocidente.

No modo de pensar tornado dominante, a noção de saúde encontra-se fundamentada na idéia de equilíbrio e adaptação ao meio, porque abalizada em modelos vindos de uma exterioridade reguladora, cuja lógica é a da conservação dos corpos, dos lugares fixos e da crença de uma natureza constante e ordenável (Fuganti, 1991).

Tal ordenação dos corpos tem como efeito a ruptura entre alma e corpo, desejo e pensamento. Isso porque se faz necessário recalcar a profundidade (os corpos) e organizar uma superfície (os acontecimentos) submetida à ordem dos modelos. Portanto, essa noção de saúde supõe um mundo ordenável, onde as variações, os desequilíbrios são vividos como caos.

Paralelamente a esse modo normativo de conceber a saúde, identifica-se uma outra linha de pensamento inaugurada por Nietzsche (1987), na sua crítica à fabricação desse amor ao mundo das formas e lugares fixos. Segundo o filósofo, embora esse mundo seja fictício, a vontade que deseja a ficção inventa um outro desejo, o de amor verdadeiro. A vontade aliada à ficção cria um efeito real nos corpos que deve ser ultrapassado, já que justamente tal ficção torna o homem doente.

Para uma perspectiva ética, no sentido nietzschiano, faz-se, então, necessário produzir a aliança entre alma e corpo, desejo e pensamento, tendo como desafio outros modos de apreensão do real. É preciso livrar-se da forma-homem produzida nessa modelagem, processada historicamente, e, desse modo, liberar a vida.

Mas, se retomamos as noções de saúde e doença, trazendo as forças que, por um lado, inventaram modos de viver e pensar orientados por uma moral do dever ser, em que a vida, o desejo e o pensamento são ordenados de fora e, por outro, conjuraram “todo o corte, toda a hierarquia e a eminência da alma sobre o corpo”, é porque nesse embate vão se estabelecendo traços, códigos, domínios e verdades que aperfeiçoam, mudam e conservam um corpo social (Fuganti, 1991).

Se as conjunções dessas forças configuraram verdades que orientaram e formaram concepções sobre o que significa, em termos dominantes, a saúde do corpo e da alma, a própria noção de verdade deve ser problematizada.

Para a filosofia clássica, enquanto filosofia grega, medieval ou até mesmo moderna, a idéia de verdade é, sempre, pensada como algo que paira no horizonte do pensamento e se constitui como meta a ser alcançada pelo pensador. Nessa perspectiva, a verdade é concebida como verdade dada. Assim temos as idéias inatas, em Descartes, sendo pensadas como idéias verdadeiras, restando ao pensador refleti-las. Em Platão, as idéias são pensadas como verdadeiras e, por isso, podem ser lembradas. Tanto num caso como no outro, o pensamento possui uma afinidade formal com a verdade, querendo alcançar, materialmente, a própria verdade.

Nietzsche estabelece uma crítica a essa concepção de verdade clássica, a partir da afirmação de que a verdade é um caso de produção, não de aquisição, ou seja, a verdade como algo que se produz. Nesses termos, cada época, cada momento traz a emergência de uma verdade. Ao colocar a verdade como um caso de produção, o elemento do pensamento não é mais a verdade, porque a verdade, enquanto produção, advém, sempre, num *a posteriori*. Então, o filósofo irá assentar como elemento do pensamento a noção de sentido. O sentido é anterior à verdade, de modo que a descoberta de um determinado sentido implica a produção de uma determinada verdade.

Em se tratando da experiência aprendiz, ela tornou-se, também, refém de sentidos e crenças de que um corpo saudável e equilibrado é aquele que obedece às ordens dietéticas definidas pela alma racional, é um corpo moderado.

Mas, paralelamente a essa aceção dominante de saúde, encontramos linhas que a concebem como efeito da aliança entre corpo e alma, o que pressupõe espíritos libertos de toda moral, espíritos doadores de vida e de novos sentidos para esta, que se encontram bem acima das mesquinhas leis humanas. Essa concepção de saúde é retomada, de forma veemente, por Nietzsche, quando aponta o homem como um grande experimentador de si mesmo.

É a partir desse legado que ensejamos tratar o tema do aprendiz, a saber, como um experimentador de si mesmo que visa, fundamentalmente, produzir sentidos, já

que, na postura do aprendiz, não há mundo naturalmente objetivado. Aprender é a arte fundamental, é ignorar os sentidos comuns dados pela civilização. Arte que deriva, sempre, de uma experimentação.

Sobre esse aspecto, os gregos, de modo bastante original, produziram condições de existência, referendadas nas múltiplas relações que estabeleciam com a pedagogia, com a política, com a *pólis*, que viabilizavam novas configurações e sentidos para o corpo aprendiz. As práticas de cuidado de si, situadas a partir do contexto grego, encontram-se muito distantes das práticas tradicionais que vingaram no Ocidente.

Sabemos que a Modernidade, com sua visão quanto às noções presentes na relação entre saúde e doença, não sustentou a forma singular como era tratada essa relação pelos gregos, posto que:

“(...) as disciplinas que emergiram a partir do século XVIII – tais como descrevem-nas Foucault e Canguilhem – e que tratam da saúde do corpo e da alma comportam uma sordidez e um cinismo nunca vistos até então na história do homem” (Fuganti,1991: 41).

Sordidez, porque, segundo Fuganti, o processo de modelização do corpo pode apelar a formas mais brandas, dispensando outros métodos e meios historicamente empregados que, por meio da violência física direta, marcaram a constituição da forma-homem atual (Nietzsche, 1987).

Essa tecnologia de domesticação do corpo, tal qual evidenciada na relação entre saúde e corpo, desejo e pensamento, ganha visibilidade quando esboçamos um outro tipo de relação, a saber, aquela que conjuga trabalho e corpo. Se o trabalho, na Antiguidade, não comungava do mesmo sentido que lhe atribuímos há pouco mais de um século, não tendo um valor especial naquele modo de vida, vemos que sua conformação sofreu transformações, as mais diversas, em diferentes períodos e lugares, e deve ser compreendido à luz das múltiplas forças que compuseram a fabricação histórica e social da subjetividade.

*O sentido da experiência aprendiz e sua articulação com o campo do trabalho*

Os estudos que evidenciam o lugar e a condição do aprendiz, na Antiguidade, aludem a um período dedicado ao aprendizado de boas maneiras, transmitido de uma geração a outra a partir da participação familiar das crianças e jovens na vida dos adultos. Tal aprendizado se daria pelo exercício do serviço doméstico, da inserção nos ofícios, do conhecimento das letras e das línguas. Após a idade de sete ou nove anos, as crianças eram enviadas para outras famílias, e esse convívio era a forma de aprendizado que as iniciava na vida, já que:

“(...) a criança aprendia pela prática e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida com a qual se confundia aquela” (Ariès, 1978: 228).

Essa prática que confundia o serviço doméstico com a aprendizagem era comum em todas as condições sociais e sobreviveu – apesar dos moralistas e reformistas ligados à Igreja, às leis ou ao Estado – até o século XVII, sendo, paulatinamente, substituída por uma aprendizagem mais especializada e teórica, através do surgimento da escola.

O sentido dado ao serviço doméstico era alheio à noção de subalternidade ou degradação que viria a ser associado mais tarde, notadamente no século XIX, quando o intenso processo de polarização da vida social atingirá, de modo marcante, a família e a profissão, fazendo desaparecer as antigas formas de sociabilidade.

A noção de servidor que partilha da vida familiar adquirindo conhecimentos e experiência prática para iniciar-se na vida remonta, guardadas as proporções, às atividades servis estabelecidas na Grécia e sua antiga distinção existente entre labor e trabalho. Era uma distinção produtora de condições de existência díspares – entre o escravo e o operário, o escravo e o artífice –, orientadas pelo desprezo que os gregos nutriam pelas atividades que serviam apenas à subsistência, especialmente a partir do desenvolvimento das cidades-Estados gregas. Porém, tal

desprezo deve ser compreendido articulado ao modo como os antigos raciocinavam, na medida em que:

“(…) laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade” (Arendt, 1995: 94).

Portanto, àqueles que “atendem com o corpo às necessidades da vida” resta-lhes uma condição servil. Esse desdém pelo labor é conseqüência, em parte, da supremacia e do valor que a atividade política adquire na *pólis* grega e que faz as ocupações não-políticas oscilarem entre o servilismo, quando o que está em jogo é a mera sobrevivência, e a possibilidade de uma certa mobilidade, como no caso dos artífices e operários, cuja atividade permitia-lhes uma maior independência pessoal.

É importante notar que o trabalho se apresentava, apenas, como uma das dimensões dos modos de vida que se conformava ou resistia às práticas sociais vigentes, inventando, alterando, afirmando a diversidade de condições estabelecidas na relação entre o corpo aprendiz e o trabalho. Mas a Era Moderna tratará de inverter, de modo decisivo, essa perspectiva, quando promove o trabalho como fonte de todos os valores.

É no século XI, em instituições nomeadas na Idade Média como corporações de ofícios, que encontramos já bem estabelecida a figura do aprendiz. Ser um aprendiz significava a experiência do principiante, e sua formação não se restringia ao ensino das artes e ofícios, mas voltava-se também para o fortalecimento físico e o sentimento corporativo que privilegiava a transmissão da experiência de uma pessoa para outra pessoa.

Com o fim da república romana, as associações e sua complexa rede de relações sociais, de um modo geral organizadas sob a forma de *collegium*, passaram a ser apropriadas para fins políticos. Muitas delas, no período do Alto Império Romano caracterizado por um despotismo extremo, perderam seus direitos associativos;

outras foram transformadas em organismos estatais, ou ainda, como ocorreu com a classe de artesãos, ficaram fadadas a um ofício hereditário.

No Império Romano, o caráter hereditário dos ofícios encontrava-se baseado na escravidão. Com a diminuição do efetivo de escravos, aumentou vertiginosamente a classe dos libertos, ex-escravos que haviam conseguido alforria e que passaram a constituir uma classe intermediária, a dos artesãos, compondo o seguinte quadro:

“(…) os que trabalhavam num mesmo ofício reuniam-se em sociedades cuja importância foi crescendo, a ponto de ser reconhecida pelo Estado, que lhes outorgava o direito de corporação (*corpus habere*) reconhecendo-lhes capacidade jurídica. Porém, em lugar de implantar uma economia baseada no trabalho livre, empregou o Império Romano meio completamente diverso com a obrigação e sujeição das profissões” (Simões de Paula, 1965).

As corporações de ofícios, com os limites e as leis que as instituíram, sobreviveram na Europa até o século XVIII, tornando-se entraves com as novas condições econômicas e sociais geradas pelo industrialismo e pelo capitalismo que demandam crescentes necessidades de consumo e de ampliação dos mercados.

Esse processo de ampliação dos mercados e as conseqüentes exigências demandadas pelas transformações de natureza social e econômica em curso, desde a Idade Média, exigiam a instauração de relações de trabalho referendadas na liberdade de empreender, de circular, de produzir, de trocar, que se confrontaram com as formas tradicionais de organização do trabalho. Essas relações de trabalho caracterizaram-se por duas modalidades: o trabalho regulado e o trabalho forçado (Castel, 1998).

O caráter coercitivo estava presente no trabalho reservado àqueles que exerciam as artes mecânicas, os ofícios, o trabalho manual, o trabalhado da terra. Embora o aspecto coercitivo contrarie, em certa medida, o estabelecimento de uma mão-de-obra livre, ele promove, concomitantemente, um ordenamento social que abrange tanto os que se incluem no sistema de ofícios como os que estão fora de tal sistema.

Os que se enquadram no idioma corporativista ganham uma condição de ser, que significa o acesso a uma existência revestida de um certo *status* social, mas nem por isso escapam do modo coercitivo impresso em suas regulamentações. Aos que não puderam conservar ou mesmo conquistar um lugar na ordem social, considerando as condições de trabalho vigentes, resta-lhes o trabalho forçado. Em ambas as modalidades instituem, no campo do trabalho, o paradigma da coerção ou da obrigação, já que fora do sistema de ofícios o que existe, de fato, é:

“(…) muito menos trabalho livre do que trabalho forçado. Para uma organização do trabalho globalmente dominada pelo paradigma da obrigação, há os privilegiados da coerção, e estes são as pessoas dos ofícios. A maior parte dos outros trabalhadores manuais pertence à esfera de sistemas de obrigações mais duras e que não são providos de nenhum privilégio” (Castel, 1998: 175).

Os que “nada têm e nada são” ficam sujeitos à esfera da polícia dos pobres que, além de ocupar-se da disciplina dos costumes, da conservação da saúde e da assistência, proclama, para si, reordenar e regulamentar a vida laboral. Nesse reordenamento, o papel da polícia, para os excluídos do sistema de ofícios, será o de obrigá-los a trabalhar.

Diante de relações de trabalho norteadas pelo princípio da obrigação, a condição de aprendiz torna-se, também, cativa das intempéries e dos abalos que caracterizaram o longo processo de formação de uma “condição de ser”, tendo o trabalho, aí, um lugar central.

Algumas iniciativas, principalmente na Inglaterra, ilustram a construção do que se traduz como um *código coercitivo de trabalho* quando, por exemplo:

“(…) o Estatuto dos Artesãos reitera a obrigação do trabalho para os súditos do reino com idade de 12 a 60 anos; fixa em sete anos o tempo mínimo de aprendizagem dos ofícios artesanais, mesmo para os mais simples; proíbe os jovens do meio rural de ir aprender nas cidades; os ofícios artesanais são reservados aos filhos de artesãos; e os artesãos rurais não podem ter aprendizes” (Castel, 1998:177).

Desencadeiam-se, nas sociedades pré-industriais norteadas pelo paradigma comum da obrigação de trabalhar, vários meios de tratar a questão do trabalho dos



pobres, os quais diferem segundo os tipos de população: válidos, inválidos, indigentes, vagabundos; segundo a forma de assisti-los: depósitos de mendicância, oficinas de caridade, hospitais gerais; segundo o lugar: a plebe das cidades ou do meio rural; segundo as atividades desenvolvidas: domésticos e serviçais, arrombadores, carregadores de fardos e de água, biscateiros, operários agrícolas, fiandeiras, rendeiras, trabalhadores sazonais e o proletariado das manufaturas, dos arsenais, das minas, das forjas. Enfim, essa gama de atividades funda uma heterogeneidade de situações ou condições de vida, ou melhor, sobrevida (Castel, 1998).

Porém, tal heterogeneidade não escapa às formas de trabalho proposto e imposto, já que esse par se complementa e caracteriza, quase exclusivamente, o exercício da coerção na sua forma mais bruta àqueles fadados às formas de sujeição dominantes inscritas na relação entre corpo e trabalho.

O trabalho quando articulado à experiência aprendiz e o sentido formativo que lhe era inerente, ao deixar de se configurar como uma das dimensões da vida, é subtraído de suas múltiplas facetas, ou seja, de aprendizagem, de formação, de partilha, do sentimento associativo, do fortalecimento físico, da convivência social e comunitária, entre outras.

Com o sentido dominante, pautado na coerção, o aprendiz terá, como campo de enfrentamento, que escapar às formas degradadas de existência geradas no encontro de seu corpo com a instituição “trabalho” que, historicamente, tende a vigorar.

No Brasil, o processo estabelecido entre trabalho e corpo aprendiz ganha feições específicas, norteadas, de um modo geral, por intervenções tutelares e excludentes, o que pretendemos rascunhar na sua conjugação com a saúde.

### *A invenção da experiência aprendiz no Brasil Colônia, Império e República*

Diferentemente do que ocorreu com a experiência do sentido aprendiz, herdada da Idade Média e tecida pela história européia, instituir a aprendizagem de artes e ofícios entre os índios da Terra Brasilis consistiu, entre outras ações, na destituição de suas formas sociais de produção, tarefa complexa para “rapazes que tinham presente na imaginação a vida da selva, onde, com a pequena agricultura, o trabalho necessário para o sustento da vida era apenas o da caça e pesca” (Iglesias, 1965).

Assim, os primeiros investimentos da Companhia Jesuítica consistiam em transformar crianças e jovens aborígenes, os aprendizes mais propensos à sedimentação da doutrina cristã, elegendo-os como uma espécie de “cera virgem”, na qual exerceriam seu modo de governar um povo que, segundo o olhar do colonizador, não era regido por leis, reis e se apresentava isento de fé (Arantes, 1995).

Torna-se, então, fundamental, aos mestres jesuítas, imbuídos da crença em dotar os índios de qualidades cristãs, recorrer a procedimentos diversos, seja de natureza pedagógica, espiritual, seja na prescrição de modelos de vida. Nas casas e colégios construídos naquele período, todo o trabalho, inicialmente, configurava uma política de instrução dos padres destinada à educação das crianças e jovens indígenas, e dos órfãos vindos de Lisboa, ministrando-se lições de teologia, curso de artes, escola de ler, contar e escrever, falar português, entre outras atividades (Chambouleyron, 1999).

O processo de conversão encontrava grande resistência nos gentios adultos, além da dificuldade de ordenar e reunir, em torno da doutrina cristã, a diversidade de etnias existentes nas terras do Brasil e suas diferentes aldeias.

Constituiu-se, desse modo, um poder central, tal qual se constituiu na Europa, cuja aliança entre a Igreja e o Estado se deu, primeiramente, por meio do governador geral do Brasil, Mem de Sá, que obrigava os índios, de diferentes etnias a juntar-se em uma única aldeia. Essa prática estendeu-se, na época, ao governo Tomé de Souza (1550), com doações de terras autorizadas pelo rei Dom João II para a

construção de casas e colégios demandados pela Companhia Jesuítica (Arantes, 1995).

Mas é a partir, principalmente, da difícil questão da fé que crianças e jovens tornam-se alvo privilegiado de uma pedagogia eclesiástica, por meio de seu “agulhão divino”, usando uma expressão de Priore (1992), que consistia em resignar-se diante da verdade de um Deus soberano, instaurando uma medicina da alma. Mais tarde, tal resignação se estenderia à obediência às leis e ao Estado.

Paralelamente ao processo de colonização do índio, farão parte do cenário nacional os povos vindos da África. Com a intensificação do tráfico negreiro no século XVI, assistimos à continuidade do projeto colonial de escravidão. O negro, retirado à força de sua terra natal, torna-se força de trabalho privilegiada do modo de produção escravista. O trato para com a criança negra pautava-se em seu ingresso no trabalho escravo. As relações entre senhor e escravo traziam, como preceito natural, o fato de que o negro, mera mercadoria do sistema escravista, era considerado propriedade do senhor e tratado como peça colocada à venda e valorada conforme sua aptidão para o trabalho.

No caso dos negros, assistimos ao exercício da brutalidade em sua forma mais crua. Uma pedagogia escravista que instituiu uma medicina da culpa de caráter preventivo, que utilizava, como remédio, os açoites, as prisões e a pena de morte. Remédio ministrado em doses, similar ao procedimento de um médico, como escrevia o jesuíta Jorge Benci:

“(…) os açoites são medicina da culpa; e se os merecerem os escravos em maior número do que de ordinário se lhes devem dar, dêem-se-lhes por partes, isto é trinta ou quarenta hoje, outros tantos, daqui a dois dias, daqui a outros dois dias outros tantos; e assim dando-se-lhes por partes, e divididos, poderão receber todo aquele número, que se o recebem por junto e em um dia, chegariam a ponto ou de desfalecer dessangrados, ou de acabar a vida...” (Benci, apud Ribeiro e Moreira Neto, 1992).

Mesmo com a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, a situação do escravo em nada se diferenciava em termos de uma possível autonomia com relação ao seu senhor. A maioria, para a criança escrava,

dava-se antes mesmo daquela prevista no Código filipino, que vigorou até o século XIX e que fixava 12 anos para as meninas e 14 anos para os meninos.

A condição de escravo apontava para uma terceira maioridade, além da civil e religiosa, que aparece atrelada ao início de uma atividade produtiva, já que, segundo a Lei do Ventre Livre, os senhores seriam obrigados a criar e tratar os filhos dos escravos nascidos ingênuos até a idade de oito anos. Atingida essa idade, o senhor teria duas opções: receber uma indenização do Estado pelo tratamento prestado à criança escrava ou usar os serviços do filho da escrava até que ele completasse 21 anos (Mattoso, 1992).

Vemos que a Lei do Ventre Livre não significou uma mudança substancial do sistema escravista, tanto que, conforme o historiador Conrad (1978), as crianças negras viveram em estado de escravidão até a libertação em 13 de maio de 1888.

Traçar as circunstâncias em que crianças e jovens tornaram-se aprendizes, a partir desse acontecimento histórico que foi a conquista do Brasil, possibilita trazer à tona os processos de subjetivação em curso. Nesses processos, vemos que a expansão do cristianismo, aliada à busca da expansão material, fez da condição de aprendiz uma experiência de base, eminentemente, excludente e dizimadora.

Para tanto, instituiu-se o exercício de uma medicina da alma que, conjugada a uma medicina da culpa, promoveu práticas de enclausuramento, por meio da criação de instituições que separavam mães e filhos, homens e mulheres, e de assujeitamento, a partir, predominantemente, de uma pedagogia do trabalho e da restrição da cultura e religiosidade dos povos aborígenes e africanos, tornando-os fiéis ou escravos.

Os métodos para atingir a regeneração das almas utilizavam castigos corporais e ameaças, próprios da disciplina eclesiástica. Modos de ser, pensar e sentir inscritos no corpo de crianças e jovens tornava-os, desde tenra idade, aprendizes das leis de Deus, do Estado e, no caso da infância e juventude negra do trabalho forçado, intrínseco ao sistema escravista.

Em se tratando da criança negra, mais especificamente, ela deve trabalhar para existir socialmente, ficando suprimida a condição de ser criança, já que nem mesmo a tenra idade garantia o adiamento de sua condição escrava.

Para além de uma medicina da alma e da culpa, verifica-se que, em todo o período colonial, as intervenções na arte de curar, que de forma ainda frágil, poderíamos indicar como inerente ao campo da saúde, são tematizadas por meio de uma perspectiva de combate à doença e à morte, mais do que a de cultivar um bem:

“É como se a vida e a saúde fossem pensadas como sinônimas, por um raciocínio não explicitado, e se afigurasse como impensável o projeto de aumentar a saúde da população como condição de conseguir o seu desenvolvimento. O que aparece é, sobretudo, o medo de que uma doença acarrete sua devastação. Medo que se expressa, por exemplo, na maneira como sobretudo as pestes durante todo esse período são consideradas como as verdadeiras doenças e contra as quais é organizado um dispositivo político-médico de combate. Como situação esporádica, provisória e de exceção, as pestes atacam a segurança e a estabilidade da sociedade, diminuem e debilitam as populações e impedem o comércio (Machado, 1978: 56).

Cabia às Câmaras Municipais, de modo fragmentário, promover ações que zelassem pela saúde, tendo como alvo atacar o binômio sujeira e doença. Para tanto, encarregavam-se da limpeza da cidade, fiscalizando o comércio de alimentos, os portos, estando o exercício da profissão médica restrito a funções específicas ligadas à administração colonial. Toda a estratégia político-econômica desse período pautava-se no controle comercial e militar da Colônia, dada a necessidade de defender a riqueza e a expansão territorial.

Quanto aos termos da relação entre saúde e trabalho, eles aparecem, nesse período e até o final do século XIX, como domínios diferenciados. O modo dominante de trabalho era a escravidão, e fora deste uma população livre e pobre não havia passado pela escola do trabalho, até porque se submeter à forma cativa, disciplinada e regular, intrínseca ao sistema escravista, significava para os livres “a forma mais aviltada de existência”. (Kowarick, 1987).

No que concerne à atenção e à recuperação do estado de saúde dos habitantes da Colônia, a preocupação dirige-se, primeiramente, aos soldados, em função da necessidade de garantir a defesa e segurança do Brasil contra as ameaças externas (invasão dos ingleses e espanhóis) e internas (revoltosos e conspiradores locais). Para a população livre e pobre verifica-se uma assistência dirigida à miséria,

traduzida em ações caritativas voltadas para crianças e jovens abandonados, indigentes e prisioneiros, e exercidas por instituições religiosas, leigas e eclesiásticas de natureza privada, inexistindo, por parte da administração pública, a iniciativa de construção de hospitais (Machado, 1978).

Essa maneira de intervir no estado de saúde da população com medidas de natureza predominantemente caritativa torna evidente a relação estabelecida entre saúde e doença. Nessa relação, a saúde é concebida como combate ao mal, mais do que na perspectiva de ampliar ou cultivar um bem. Como forma de ilustrar essa concepção de saúde dominante no período colonial, Machado analisa as ações que combatem a lepra nos séculos XVII e XVIII no Rio de Janeiro:

“Em primeiro lugar, o privilégio do doente como objeto do combate – o corpo de cada doente é sede da doença (que pode gerar-se na própria pessoa que a tem), idéia que limita a ação à retirada do leproso do convívio dos não-leprosos; ação que ocorre sobre um fato e não sobre uma possibilidade, que ocorre depois que a doença e o doente existem e não antes que os dois apareçam disseminando a destruição. Em segundo lugar, o objetivo do combate é antes de tudo restaurar um estado inicial da vida, considerando bom, e não agir para transformar a vida da cidade e da população. O objetivo é retirar o agente de destruição para trazer de volta o que havia antes. É criar um espaço onde este agente encontre paz e não ofereça perigo, onde ele possa viver e morrer” (Machado, 1978: 82).

Essa forma de intervenção, característica da medicina presente na época colonial, sofre profundas mutações nas sociedades ocidentais e que, no Brasil, serão incorporadas apenas no final do século XIX. Elas correspondem ao desenvolvimento de um poder político que, sob a forma de Estado, irá investir nos modos de vida, posto que portam uma percepção de saúde como algo a ser incentivado. Um poder sobre a vida, que Foucault denomina “biopoder”, intensificado na Europa do século XVII, a partir de dois pólos:

“Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: **anátomo-política do corpo**

**humano.** O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: **uma bio-política da população**” (Foucault, 1999: 131).

A partir da conexão entre esses dois pólos, ou seja, disciplinar o corpo e regular as populações, é que, de forma paulatina, os campos da saúde e do trabalho deixarão, definitivamente, de ser concebidos como domínios diferenciados. Pólos imprescindíveis para o incremento do capitalismo aliaram-se “à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”, a partir de múltiplas formas e procedimentos (Foucault, 1999: 132).

Interessa-nos examinar como se acoplam saúde e trabalho, concentrando-se no período do Império e, em seguida, na República, uma anátomo-política do corpo aprendiz e os procedimentos e formas de controlar e regular a população infanto-juvenil. Importa marcar as forças em ação nos campos da saúde e do trabalho que atuaram ora segregando, ora hierarquizando, avalizando relações de dominação e efeitos de hegemonia entre ambos.

### ***Administração do corpo aprendiz e gestão da vida***

Desde o século XVII crescia o contingente de crianças expostas nas ruas, o que se tornava um problema para as autoridades da época, exigindo a criação de mecanismos de recolhimento dos enjeitados. Durante o período colonial e imperial, o encargo quanto à criação de crianças abandonadas cabia às Câmaras que, por sua vez, custeavam as Irmandades para desempenharem as funções assistencialistas que demandavam os menores desvalidos.

Uma instituição trazida para o Brasil no século XIII foi a Roda dos Expostos. Destinava-se a salvar crianças abandonadas, deixadas nas igrejas e ruas, visando, num primeiro momento, recolher filhos de uniões consideradas ilícitas. Esse

sistema gerou muitas polêmicas, dado o seu caráter de anonimato, posto que ocultava a identidade da pessoa que abandonava a criança.

As reações eram as mais diversas, como as que condenavam as mães por abandonarem seus filhos ou as que justificavam o crescente número de abandono em função de sua existência, e, ainda, aquelas que lhe atribuíam grande importância, na medida em que preservava a vida das crianças.

Várias Casas dos Expostos foram construídas com o intuito de manter meninos e meninas até a idade de sete anos, sendo em seguida encaminhados:

“(...) a famílias adotivas ou ao Arsenal de Marinha, no caso dos meninos, e ao Recolhimento das Órfãs, no caso das meninas. Em quaisquer das situações, as crianças deveriam trabalhar gratuitamente durante sete anos em troca de teto e alimentação. Dos 14 anos em diante, poderiam empregar-se, percebendo salários” (Lima & Venâncio, 1992: 67).

Apesar das inúmeras críticas dirigidas às Rodas dos Expostos, considerando-as depósitos de ociosos, instituições para sustentar parasitas e gerar mordomias empregatícias, as propostas e soluções ofertadas aos abandonados reduziam-se à criação de orfanatos-escolas rurais, fazendas-escola, com uma aprendizagem voltada para o trabalho agrícola e artesanal.

Diversamente das sociedades européias, o caráter coercitivo do trabalho no Brasil encontra-se alicerçado na escravidão, tendo, por isso, que encontrar caminhos próprios para solucionar o problema do trabalho e consolidar o mercado de mão-de-obra livre no país. Nos países europeus, o longo processo de expropriação camponesa e, concomitantemente, dos artesãos é que transformou o trabalho em força de trabalho, produzindo uma grande massa de desenraizados. Na Colônia, quem passa a impulsionar o processo produtivo é o escravo, por isso:

“(...) o ponto central era que as relações de produção baseadas no trabalho livre só poderiam ter se desenvolvido se ocorressem transformações no modo senhorial-escravista de dominação, cujas raízes culturais e políticas caracterizam-se pela intolerância, em face da própria condição de liberdade de todos aqueles que não eram escravos, nem senhores: mesmo livres, eles deviam lealdade e obediência aos potentados, e os parâmetros de subalternidade que



norteavam essas relações estavam ancorados no espectro do cativoiro” (Kowarick, 1987: 46).

Para a mentalidade senhorial dominante, os pobres livres, que viviam à margem dos processos produtivos vigentes, eram considerados indolentes, vadios e imprestáveis para o trabalho. Portanto, toda a pedagogia da época para os filhos dessa gente pobre, livre e marginal teria como traço contínuo o trabalho, encaminhando-os para as lavouras, patronatos agrícolas e, posteriormente, para as indústrias, fazendo com que a história de crianças e jovens no país não se diferenciasse daquela dos adultos.

A expansão urbano-industrial, no início da República, acarreta profundas transformações nas principais cidades brasileiras. Era grande o contingente de crianças e jovens que, com o fim do escravismo, perambulava pelas ruas perturbando a ordem pública, envolvidos em atividades lícitas e ilícitas, inclusos em ocupações informais, cometendo furtos e roubos, estando a criminalidade infantil, nesse período, associada ao crime de vadiagem (Cabral dos Santos, 1999).

O embate nessa questão, nos centros urbanos, num período dicotomizado entre o mundo do trabalho e o da vadiagem, oscilava entre a ação policial, com a prisão dos menores, e o encaminhamento para as oficinas, fábricas e colônias agrícolas.

Nas fábricas e oficinas onde trabalhavam na condição de aprendizes e não recebiam salários, com a justificativa de que o exercício de uma função promovia a oportunidade de habilitá-los profissionalmente, compreendiam os empresários que estariam ajudando os desamparados. Aos vadios e vagabundos, não absorvidos pelas atividades produtivas, era destinado o trabalho essencialmente agrícola. Cria-se, em 1902, a primeira instituição pública para recolhimento dessas crianças e jovens, a Colônia Correccional, com uma política do confinamento, da repressão e do uso abusivo da mão-de-obra desse grupo.

Com o crescimento das atividades fabris, assistimos à inserção maciça da mão-de-obra infanto-juvenil nas atividades laborativas das fábricas e das lavouras, o que nos remete ao início do trabalho urbano no Brasil.

Um outro contingente de trabalhadores, que data desse período, é formado por um número expressivo de mão-de-obra estrangeira, cuja história de resistência à

exploração no trabalho tem sua maior fonte de expressão e inspiração nos anarquistas, aliada a outras correntes políticas.

A imprensa operária anarquista retratava a vida laboral de crianças e jovens, denunciando as condições de maus-tratos a que estavam sujeitos, com a aplicação de surras e espancamentos por parte de seus contramestres, assim como as formas que inventavam para resistir, como as brincadeiras ocorridas no interior das fábricas e suas insubordinações, inclusive, a outros operários (Rago, 1985).

Esse momento histórico traz uma descontinuidade com relação às questões postas pelo trabalho, especialmente aquele praticado por crianças e jovens. Nesse período, marcado por grandes mobilizações, denúncias, paralisações e greves engendradas pelo movimento operário tornava evidente que o trabalho, contrariando o discurso dominante, não era fator de superação da pobreza. Pela primeira vez na história do país, a temática relativa ao mundo do trabalho passa a incluir questões que abarcam os direitos de quem trabalha, e a educação dos pequenos passa a compor o quadro de reivindicações dos trabalhadores.

Apesar dessa frágil descontinuidade com relação ao tema “trabalho” e sua inscrição no campo dos direitos, a retórica e as práticas dominantes, especialmente no início da República, coadunam-se com a necessidade de incitar nos homens o gosto pelo trabalho, de modo a estabelecer uma melhor organização do mundo do trabalho, assim como controlar socialmente os trabalhadores.

Aqui, a conjugação saúde e trabalho contará com os pressupostos da higiene, por meio de ações promovidas por autoridades político-administrativas (médicos, juristas, parlamentares, governantes). Tratava-se, em curto prazo, de combater a ociosidade dos adultos para, em seguida ou concomitantemente, dedicar-se aos cuidados na educação de crianças e jovens. Os remédios utilizados não trouxeram grandes novidades para uma população infanto-juvenil em situação de pobreza:

“(…) as mudanças sucessivas nos métodos de internação para crianças e jovens, deslocando-se dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar as soluções efetivas” (Passetti, 1999: 348).

No Brasil, o processo de escolarização e a valorização da vida privada, novidades que fundaram o sentimento da infância na Europa, ocorreram muito tardiamente, apenas no final do século XIX. Ele nasce com a implantação da República, tendo nas concepções higienistas um dos seus principais aliados. Uma legislação específica sobre a criança se estabelece somente nas primeiras décadas do século XX, tornando-a objeto de iniciativas públicas.

A higiene era concebida como uma síntese de diversos saberes e de uma certa crença, compartilhada por diferentes ciências, na existência de relações naturais/leis que associam os fenômenos patológicos humanos com o meio ambiente. Assim, a adoção de medidas higiênicas volta-se para o controle dos fatores sociais, iniciando o chamado processo de medicalização da sociedade:

“(…) é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não mais ter fronteira; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado” (Machado, 1978: 156).

Esse processo de medicalização da sociedade encontra, na prática clínica e na higiene, os aspectos fundamentais da reconstituição da medicina, forjando um novo tipo de intervenção, basicamente preventivo, situando “as causas da doença não no próprio corpo doente, mas naquilo que o cerca, em sua circunvizinhança, no meio ambiente” (Machado, 1978: 248).

A partir da adoção dos saberes higienistas, as práticas de proteção e cuidados vão implicar o acionamento de um arsenal de intervenções diferenciadas que serão balizadas em função da histórica cisão entre ricos e pobres, em que se verifica que:

“(…) na extremidade mais pobre do corpo social, o que é denunciado é a irracionalidade da administração dos hospícios, o pouco benefício que o Estado retira da criação de uma população que só excepcionalmente chega a uma idade em que pode reembolsar os gastos que provocou. Trata-se nesse caso de uma ausência de economia social. Na extremidade mais rica, a crítica se dirige à organização do corpo com vistas a um uso estritamente perdulário, através do refinamento de procedimentos que fazem dele um puro princípio do prazer. Temos, neste caso, a ausência de uma economia do corpo” (Donzelot, 1980: 18).

Como analisa o autor, tudo o que diz respeito à conservação de crianças e jovens, a partir do século XVIII, emana de relações de forças estabelecidas entre produção da riqueza e tratamento do corpo, desdobradas em outros binômios – registro médico e registro social, riqueza e Estado, corpo e alma –, estando os campos do trabalho e da saúde mediados por esses pólos. Tais relações de forças inventam distinções sobre novas bases.

Considerando a extremidade mais rica do corpo social, ativa-se todo um aparato técnico-pedagógico com medidas de proteção e conservação inspiradas na puericultura e sua arte de cultivar crianças. As práticas da puericultura são incluídas na especialidade médico-pediátrica, composta, esta, por uma série de procedimentos de acompanhamento e proteção à infância (pré-fecundação, vida intra-uterina e extra-uterina) destinada a melhorar a geração de crianças. Esses procedimentos contribuem para ampliar os mecanismos de tutela do saber médico-científico, passando este a definir formas de ser e viver e promovendo uma clausura de outra ordem.

Traça-se, desse modo, um cordão sanitário que visa, e traz como fio condutor, afastar crianças e jovens pertencentes às classes mais abastadas daquelas que compõem a população pobre, sejam eles “pobres dignos ou viciosos”. Estes são incluídos no que passou a ser denominada como classes perigosas.

Para os filhos das classes perigosas, identificadas e nomeadas, nesse período, como infelizes e deserdadas, estava reservada uma intervenção assistencial, mantendo-se basicamente as mesmas práticas asilares, acrescidas, agora, do encaminhamento para o ensino profissional (Rizzini, 1995).

Dentro dessa lógica, articulavam suas preocupações com a idéia de degeneração social e moral da família, propondo, entre outras medidas, o ensino de artes e

ofícios às crianças e jovens abandonados, órfãos e desvalidos, já que todo trabalho manual portava, no Brasil, um certo desprestígio social, posto que trazia consigo a marca da servidão. Segundo Celso Succkow da Fonseca, os primeiros aprendizes de um ofício foram os índios e os escravos. Arantes, ao abordar sobre a aprendizagem de um ofício nos períodos colonial e imperial e ainda no início do período republicano, afirma que:

“(…) teve lugar tanto nos orfanatos e asilos como também nos arsenais da Marinha e Exército, além das casas de Educandos Artífices que se criaram em várias províncias do Brasil. Gradativamente, o ensino de artes e ofícios vai se firmando enquanto tal, separando-se da proteção e correção à infância desvalida, embora para esta ainda se reclame, até os dias atuais, o ensino profissionalizante” (Arantes, 1995: 204).

Como podemos notar, quando apreciamos a conexão entre saúde e trabalho do ponto de vista dos processos históricos traçados no país, o aprendiz enquanto um experimentador de si, tomando de empréstimo o sentido nietzschiano que essa expressão comporta, ficou reduzido a contornos bem nítidos.

Nesses contornos, linhas polares e dicotômicas ditaram modelos unívocos que, ao reduzirem o leque de possíveis – trabalho e vadiagem –, abreviaram, também, suas terapêuticas - disciplina e internação. Objetivou-se para o aprendiz uma saúde asséptica, abortando tudo o que poderia advir em direção às formas plurais de experimentação dos modos de vida. Essa assepsia era promovida por uma profilaxia que atuou sobre as virtualidades, higienizando e disciplinando o corpo aprendiz.

A saúde, no modo de subjetivação dominante, mais uma vez aparece compromissada com formas de gerir a vida de crianças e jovens pobres tornando-os corpos aptos, úteis e adaptados ao mundo do trabalho. Essa direção será exacerbada nas ações governamentais ocorridas, principalmente, no período de duas ditaduras: Estado Novo, de 1937 a 1945 e o Regime militar, de 1964 a 1984, com seus ideais de nacionalismo, ordem e progresso.

### *O aprendiz na Era Vargas: futuro cidadão trabalhador*

A prática do trabalho enquanto recurso regenerativo se estende à Era Vargas, mantendo o mesmo caráter disciplinador, que afastaria crianças e jovens do vício, da vagabundagem e da ociosidade. Embora a origem da formulação de uma política social no Brasil tenha surgido na Primeira República, há um consenso de que no primeiro período do governo Vargas opera-se uma mudança no caráter dado à política social, em que se fortalece a idéia do Estado como seu principal agente implementador (Fonseca, 1993).

A concretização de uma política marcada por um Estado administrativamente centralizado e corporativo, e norteadada pelos princípios de eugenia e de valorização do trabalho, terá como efeito, nas práticas sociais dirigidas a crianças e jovens, a ênfase na produção de um futuro cidadão/trabalhador, marcada por um ideal mais amplo de nacionalismo. Desse modo, “proteger a criança, defender seus direitos, significava, por extensão, resguardar a própria nação” (Fonseca, 1993).

Preservar a nação, considerando a aura republicana de ordem e progresso, implicava um combate à delinqüência infanto-juvenil, cuja solução passa por um esforço de contenção e repressão de crianças e jovens pobres, reduzindo problemas de natureza social a uma questão de manutenção da ordem pública.

Junto às preocupações nacionalistas e seus propósitos na formação de um homem novo, a perspectiva eugênica atravessa o pensamento social, com reflexos nas propostas políticas e em alguns serviços de saúde implantados durante a década de 30 que, se em termos de discurso social apresentava-se como sendo “oposto a um racismo extremo, o tempo todo se preocupou com a formação da raça brasileira” (Fonseca, 1993).

Um desses serviços que ganhou corpo na estrutura administrativa do Estado foi o Laboratório de Biologia Infantil, criado em julho de 1936, encontrando-se subordinado ao Ministério da Justiça. O laboratório objetivava a realização de estudos médicos e antropológicos nos menores abandonados e delinqüentes recolhidos, em depósitos, por ordem do Juizado de Menores. Tais estudos procuravam apurar as causas físicas e mentais da criminalidade infanto-juvenil,

por meio de exames somáticos e psíquicos, os quais eram considerados imprescindíveis, na medida em que definiam o encaminhamento dado a cada criança ou jovem em particular. Muitos deles passavam a ser empregados em serviços de rua, vendendo jornais, balas, loterias, e nas feiras livres (Fonseca, 1993).

Vale assinalar que, nos resultados apresentados pelo juiz de menores em 1941, de um grupo de mil crianças examinadas, 50% delas foram diagnosticadas como débeis mentais. O laboratório era caracterizado como uma das instituições que refletia o pensamento eugênico, reduzindo problemas de ordem social ao biológico. Sob esse aspecto, a criminalidade e a delinqüência serão interpretadas como doenças de natureza hereditária, em que uma das formas de intervir era o afastamento de crianças e jovens de seu ambiente familiar.

Com relação às crianças e aos jovens abandonados, verifica-se uma preocupação em reconhecê-los como delinqüentes em potencial, perigosos, o que justificava não somente práticas de proteção, pela prevenção, leia-se “punição”, mas também de regeneração e tratamento, o qual se reduzia, basicamente, a dois tipos de ação: internação ou inserção em algum tipo de atividade laboral baseada em ocupações precarizadas.

Na Era Vargas, criam-se institutos voltados para o ensino profissional que, em matéria de educação, passa a ser consagrado, na Constituição de 1937, como o primeiro dever do Estado. Entre os órgãos, do setor público, responsáveis pela condução do sistema nacional dirigido ao trabalho e à educação para os ditos menores, destaca-se o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), criado em 1941.

A política pública para a infância passa a ser orientada pelo SAM que, vinculado ao Ministério da Justiça, terá suas práticas endereçadas à manutenção da ordem social, preservando-se o poder do juiz de arbitrar e encaminhar menores, que deveriam ficar submetidos ao regime disciplinar e educativo dos internatos. Essa política de enclausuramento de crianças e jovens persistiu, como veremos adiante, mesmo com a extinção do SAM, no ano de 1963.

### *Os aprendizes tornam-se “Filhos do governo”*

*“Até por volta de 16 anos, sempre que alguém me perguntava sobre quem eram meus pais, invariavelmente eu respondia: o Governo. É óbvio que eu não tinha clareza suficiente para entender quem era esse meu pai nem o que ele fazia, mas isso ficou mais fácil quando tive de entender quem era então minha mãe: a Febem. Sempre que um funcionário ou um outro menino me negavam alguma coisa ou tentavam impedir-me de entrar em algum lugar, eu sempre protestava: isto não é seu, é do Governo; da mesma forma que uma criança diria: isto é do meu pai. Depois de adulto, já afeito às leituras e à poesia, passei a responder a mesma pergunta de uma outra forma: meu pai é Deus e minha mãe, a Terra. Um dia Deus se entristeceu com os sofrimentos dos homens, suas lágrimas fertilizaram a terra e eu nasci.”*

*Roberto da Silva*

Esse texto, mais do que o depoimento de um sentenciado, reflete um período da política de assistência à infância e à juventude pobres deste país, voltada para a prática de institucionalização da vida social. Em plena ditadura militar, em dezembro de 1964, no mesmo ano em que os militares tomaram o poder, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

Essa instituição, embora tenha sido criada para substituir a mentalidade repressora que era atribuída ao Serviço de Atenção ao Menor (SAM), tornou-se, em termos de sua atuação prática,

“(…) setorializada com função compensatória, supletiva e reparadora da falência de políticas sociais”, contribuindo para atualizar o caráter repressor que pretendia combater, já que privilegiava como campo de ação a internação e a centralização tecnocrática” (Ribeiro, 1987).

O sistema de bem-estar trazia, como princípio, a destituição do pátrio poder, sentenciando crianças e jovens como abandonados e colocando-os sob a responsabilidade do Estado. Nesse período, configurou-se uma estratégia repressivo-assistencialista orientada pela doutrina de segurança nacional e caracterizada como um instrumento de controle social (Faleiros, 1995).

Com relação à problemática da assistência às crianças e aos jovens destacou-se a adoção da doutrina da situação irregular, culminando na reformulação do Código de Menores de 1927. O novo Código de Menores, promulgado em outubro de



1979, se inscreve, na prática, como um instrumento de criminalização da pobreza, na medida em que:

“(...) crianças e jovens eram passíveis, num momento ou outro, de serem sentenciados como ‘irregulares’ e enviados às instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que cessasse a situação de irregularidade. A lógica era aparentemente simples: se a família não pode ou falha no cuidado e proteção ao menor, o Estado toma para si esta função” (Arantes, 1995: 211).

Mesmo com os discursos que mantinham a tônica de que às crianças e aos jovens abandonados/internados deveriam ser oferecidas oportunidades de trabalho, ofertas entendidas como dispositivo de prevenção dos desviantes, observa-se que a política oficial, até a década de 80, não lidava com o “menor” trabalhador e sim com o “infrator” e o “carente”, em uma abordagem própria à perspectiva da doutrina de segurança nacional.

Percebe-se que, em muitos projetos desenvolvidos por instituições fechadas destinadas, fundamentalmente, aos jovens infratores, as atividades de cunho profissionalizante ofertadas acabavam sendo usadas, inclusive, como medidas de punição, dado o caráter repressor de uma doutrina afirmada sob a égide da ditadura.

Nota-se, então, uma cisão na política de atenção ao menor trabalhador, por um lado, e ao infrator, por outro. Tal cisão é nítida quando analisamos sobre que modelo foi implementada a obrigatoriedade do ensino profissional no Brasil e o quanto este, de fato, ao se constituir como um aprendizado de caráter técnico, buscou livrar-se da marca de um ensino profissional voltado aos “desprovidos ou desgraçados” (Bochetti, 1997).

É no governo Vargas que o ensino profissional, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, ganha o estatuto de ensino secundário. Neste mesmo ano, cria-se o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - Senai, cuja atribuição era ministrar um aprendizado para os jovens da indústria, mas que já se encontravam trabalhando em oficinas e fábricas. O Senai, em expansão naquele período, paulatinamente vai se firmando como um dos estabelecimentos que compõem o

sistema de formação profissional – nomeado sistema “S” –, composto, também, pelo Sesi, Senac/Sesc, Senar e Senat/Sest (Bochetti, 1997).

No entanto, o sistema de capacitação que passou a ser desenvolvido pelo sistema “S” não abarca aqueles jovens que se encontram, em sua maioria, excluídos do ensino fundamental e, por isso mesmo, não respondem aos requisitos mínimos de escolaridade exigidos, o que acaba alijando-os de tal sistema.

Tal qual apontamos anteriormente, atualiza-se a cisão que discrimina e diferencia aqueles a quem se destina uma aprendizagem voltada ao ensino de ocupações laborais precarizadas daqueles que receberão uma formação técnico-profissional.

Sob o recrudescimento de um governo autoritário e do binômio desenvolvimento e segurança nacional, o aprendiz, segundo o modelo vigente, teria que ser transformado em cidadão útil à sociedade. Esse modelo traz, como perspectiva de saúde, uma política de prevenção destinada unicamente a “(...) separar o menor marginalizado e ter nesta medida a defesa da moralidade pública, ameaçada por causas externas, seja no âmbito familiar em estado de desequilíbrio ou na rua, lugar do vício” (Mendonça, 2000: 111).

Os aprendizes, excluídos do modo de produção e, ainda, não correspondendo ao modelo de desenvolvimento empreendido pelo regime passam a ser vistos na condição de marginais, ou seja, em situação de perigo ou perigoso.

Num regime orientado pelo princípio da ordem e do progresso, assistimos a uma entropia social e subjetiva sem precedentes que fez reduzir, censurar, encarcerar e violar as formas de viver a familiaridade, a política, a criatividade, a coletividade, a saúde, o trabalho, suscitando a homogeneização de um social cada vez mais codificado.

Vimos que o projeto higienista atuou sobre as virtualidades do corpo aprendiz, dando-lhes contornos precisos firmados por ideais como: o nacionalismo, a constituição da raça, a ordem e o progresso. Esses contornos, avaliando o par saúde e trabalho, foram reconduzidos a uma unidade significativa que, ao buscar salvar e curar o aprendiz, expurgou seus devires, ou seja, aquilo que ele poderia ser.

Sob essa perspectiva, as verdades que nortearam os modos de subjetivação dominantes expressos nas noções de saúde e trabalho geraram um corpo aprendiz

comedido, servil, higiênico e, além do mais, perigoso. Porém, tais processos de subjetivação devem ser compreendidos como produções historicamente datadas e, por isso, não estão definitivamente dados. Para além desses contornos, outras virtualidades desconhecidas de um devir aprendiz não foram e nem estão para sempre abortadas, o que significaria, em termos contemporâneos, dizer:

“(...) que quando o poder toma de assalto a vida, a resistência invoca o poder da vida, bem como de suas múltiplas forças. E na esteira dessa constatação impõe-se a pergunta: como liberar as forças aprisionadas sob a carcaça da forma-homem? É uma guerra total, cruel, brutal e sofisticada ao mesmo tempo, não menos violenta, talvez, do que aquela que deu origem a essa forma que se quer hoje remover, e cujo campo de batalha não é outro senão o próprio corpo do homem, desde os seus genes até os seus gestos, suas percepções, seus afetos” (Pelbart, 2000: 06).

Assim, retomando a perspectiva nietzschiana, para o aprendiz a arte fundamental é aprender sendo que tal aprendizagem implica ignorar os sentidos comuns dados pela civilização. Nada está determinado de antemão, desde que nos perguntemos que linhas desfazem contornos tão precisos, como refazer suas margens e a partir de que procedimentos ou dispositivos.

Cabe, questionar, ainda, como destituir modelos referendados por uma lógica binária proclamada por uma perspectiva de saúde que traz subjacente, como terapêutica, o trabalho dentro de uma condição servil? Perspectiva esta impelida a “ter que optar sempre seja por um precipício abissal, seja pelo suave paraíso asséptico de uma estranha saúde” (Pelbart, 1993: 27).

Se às crianças e aos jovens pobres foi destinada, quase predominantemente, uma perspectiva de saúde ancorada numa terapêutica do trabalho, de que modo deve-se fazer derivar linhas descontínuas que possam invocar efetivas alterações nas formas de olhar e tratar o processo por meio do qual crianças e jovens tornam-se aprendizes no Brasil?

A partir da década de 70 e no decorrer dos anos 80, encontramos linhas que apontam descontinuidades na história das iniciativas voltadas para a tríade saúde, trabalho e juventude, no país. Naquele contexto, argumentou-se mais veementemente a favor da vida de jovens que acumulam uma condição histórica

circunscrita à realidade do trabalho precoce e precarizado, do abandono e da negligência.

### ***Do ensino profissionalizante aos programas alternativos de orientação para o trabalho***

O cenário urbano da década de 70 guarda similaridades com aquele descrito no início do período republicano, dada a presença maciça de crianças e jovens nos centros urbanos, apropriando-se das ruas como locais de luta pela sobrevivência, tornando o espaço público o lócus de produção e geração de renda. É como se os vadios, desordeiros e pivetes da década de 20 e 30 retornassem às ruas da cidade, sendo igualmente identificados nos registros policiais e diários de notícias como menores, pivetes, trombadinhas, sempre passíveis de punições e interferências do aparato jurídico-legal do Estado.

Foi nessa década que surgiram, no país, programas alternativos para meninos e meninas de rua, cujas justificativas voltavam-se para os seguintes fatores: a constatação de um grande contingente de crianças de rua; o aumento de delitos e uso de substâncias tóxicas envolvendo crianças e adolescentes; a identificação de falhas na socialização de um segmento específico da população juvenil por parte da família, escola e comunidade; a ineficiência da política oficial de ressocialização pautada na “institucionalização-repressiva” (Santos, 1997).

A tônica da política oficial baseava-se na profissionalização dos internos, segundo uma perspectiva nomeada socioterapêutica. As ditas ações terapêuticas objetivavam uma ressocialização de crianças e jovens, isolando-os do convívio social e oferecendo-lhes uma educação profissional em espaços institucionais reclusos.

Um traço contínuo, característico dessas intervenções, desde o Império e início da República, era a prática de internamento, distinguindo-se apenas sua justificativa, ora com ênfase na correção de comportamentos, ora na educação para a integração social. (Passetti, 1999).

O caráter alternativo dos programas de orientação para o trabalho que surgem na década de 70, se compreendido em relação aos preceitos da histórica política

oficial para a infância e juventude, presente nesse período, traz como inusitado a tentativa de compatibilizar atividades geradoras de renda e o desenvolvimento de um processo educativo fora de um espaço de reclusão.

Embora ainda frágeis, essas alternativas confrontam-se com a política de controle social vigente e sua orientação profissionalizante, e passam, na década de 80, época em que o país atravessa uma intensa crise social, política e econômica, a ser alvo de críticas. Nessas críticas, apontava-se a fragilidade desses projetos, em função da falta de apoios institucionais e de objetivos insuficientemente articulados de metas sociais mais amplas, produzindo práticas, muitas vezes, caritativas, de denúncias e emergenciais.

Abandonavam-se, desse modo, outras esferas de significação social como a casa, a família e a escola (Ribeiro, 1987).

Abordar outras esferas de significação social consistia em ultrapassar as utopias da família, da casa e do trabalho, superando a visão emergencial que resulta na continuidade de privilegiar, unicamente, como caminho para a socialização de crianças e jovens, o trabalho.

Tratava-se de um primeiro e tênue traço de descontinuidade na forma de abordar a instituição “trabalho” e sua relação com o aprendiz.

Tornava-se, então, fundamental reinventar o espaço da infância e da adolescência, a partir de novos valores capazes de criar rupturas com as práticas especializadas das instituições, denunciando suas políticas de isolamento, reclusão, internamento, ações que traduziam a perspectiva de saúde normativa dominante, em suas linhas contínuas e duras. Contrária a essas forças e por meio de alianças sociais e políticas, formava-se uma intensa mobilização da sociedade na construção de uma mentalidade mais coletiva (Ribeiro, 1987).

Tais alianças, intensificadas nos vários setores da sociedade organizada (associações, sindicatos, ONGs e partidos políticos), culminaram em uma profunda mobilização nacional compromissada com a situação de exclusão de crianças e jovens.

No plano jurídico, ocorreram mudanças na legislação relativa à população infanto-juvenil, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/90) e sua doutrina de proteção integral. Com relação à

profissionalização de adolescentes e jovens, são introduzidas, no texto legal, alterações quanto ao caráter educativo do trabalho nas quais “as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (art. 68, parágrafo 1º).

Porém, transcorrida mais de uma década de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, inúmeras reflexões apontam que muitos desses programas de orientação para o trabalho apresentaram pouco impacto na quebra do ciclo da pobreza, embora tenham servido de anteparo quando salvaram algumas vidas retirando-as de uma situação de indigência e morte. No entanto, surgiram projetos que conseguiram exercitar a dimensão educativa proposta pelo ECA e baseada na necessidade de criação de uma ética da solidariedade e na exigência “de direitos sociais, duramente conquistados e em franca via de precarização” (Santos, 1997: 16).

Para Santos, a criação de estratégias de regulamentação do trabalho educativo que ressaltam o direito do adolescente à profissionalização, mais do que ao trabalho, extrapola o campo jurídico e implica, também, a luta contra a precarização nas relações de trabalho e a adoção de novas formas de geração de emprego e renda, dada a agudização do quadro atual de vulnerabilidade social e da necessidade de priorizar como público-alvo crianças e jovens em situação de pobreza.

Essa luta encontra-se enredada na necessidade de políticas públicas que traduzam alternativas para a infância e a juventude pobres deste país. Essas alternativas foram protagonizadas pelos movimentos sociais, ao longo da década de 80, quando acirram o questionamento sobre o papel do Estado e defendem que seu poder de decisão deveria ser partilhado com a sociedade, paradigma presente na Constituição de 1988 (Faleiros, 1995).

É sobre esse solo árido de lutas e reivindicações que o país entra na década de 90, expandindo seus organismos de defesa de direitos, os movimentos de denúncia, leis e uma atuação crescente das ONGs nos diversos projetos e programas direcionados à população infanto-juvenil.

### *O aprendiz e os novos sentidos na tríade saúde, trabalho e juventude*

Vemos, durante toda a década de 80, uma recomposição das práticas sociais em diferentes níveis, do ponto de vista tanto da macropolítica, com as mudanças operadas no plano jurídico e na construção de políticas mais incisivas de inserção de crianças e jovens em novas formas de sociabilidade e de trabalho, quanto da micropolítica, com questões relativas à maneira de perceber o mundo, a uma nova relação com o corpo, com a saúde, com o trabalho, com o tempo, ou seja, com os modos de vida e de ser em sociedade (Guattari, 1992).

A importância de dar visibilidade às micro e macrodimensões deve-se ao fato de que a recomposição das práticas sociais não pode estar restrita apenas à formulação e à promoção de programas de ação estatal, regional ou no plano das forças políticas representativas, posto que, mesmo considerando a importância dessas iniciativas, paralelamente, deve-se atentar para os níveis microinstitucionais, familiares e existenciais. Isso porque a condição de aprendiz, na sociedade industrial, traz como um dos seus componentes e sentidos dominantes a idéia de que especialmente a juventude é uma etapa de preparação para o mercado produtivo.

Porém, esse investimento no corpo aprendiz conectado à esfera produtiva, no capitalismo tardio, tem se ancorado, cada vez mais, em sua função subjetiva como estratégia para propagar-se e eternizar-se, dada a sua pretensão ao universal. A subjetividade ocupa, desse modo, um lugar central enquanto instância promotora de formas de vida que não podem ser desatreladas do modo de produção dominante.

Por isso, Guattari afirma que, no sistema capitalista, o sujeito possui uma natureza industrial, fabricada e modelada no social. Tal modelagem está a serviço de um certo tipo de engrenagem e encontra-se composta por sistemas de coerção sutis que atuam na percepção, linguagem, relações interpessoais e que tendem a capturar tudo aquilo que escapa a sua política de codificação (Guattari, 1992).

No entanto, a aposta na possibilidade de escape a essa ordem niveladora, modelar e totalizante envolve mobilizar forças desejantes (crenças, convicções, representações, vontades), que constituem a subjetividade humana, as quais são

imanescentes à produção e tendem a criar o imprevisível, o novo. É como se “a esperteza micropolítica do capitalismo pudesse ser utilizada contra ele em alguns momentos”, atualizando processos de subjetivação distintos, originais, singulares, que se constituem em linhas de fuga (Caiafa, 2000: 61).

Nesse estudo, a que jovens nos referimos e quais as condições para sustentar componentes de subjetivação, com sentidos e valores diferentes dos que foram – e ainda são – modelados pelo par saúde e trabalho?

Vimos que, em diferentes etapas históricas, os enunciados jurídicos, psicológicos e culturais dirigidos a crianças e jovens pobres brasileiros traziam, como justificativa e, conseqüentemente, como terapêutica institucionalizada uma subordinação a modalidades de trabalho servis, forjando ações disciplinadoras, profiláticas, de prevenção do desvio e produtoras de uma condição de aprendiz nascida sob o signo do enclausuramento, do assujeitamento, da exclusão e da tutela.

Essas linhas contínuas adquirem o estatuto de verdade, sendo norteadas por uma concepção de saúde que primou em ordenar e adaptar o corpo e a vida de tantos jovens, fixando-os ao trabalho e suas práticas laborais e, ainda, destituindo muitos dos seus desejos e afazeres.

Para além dessas linhas contínuas geradoras de uma terapêutica enredada com a busca da normalidade, foram sendo traçadas linhas de fuga, ou seja, linhas descontínuas, produtoras de algumas rupturas com relação aos processos de subjetivação dominantes.

Linhas esboçadas com maior ênfase, a partir da década de 70, por meio de ações que buscavam direções alternativas de orientação para o trabalho. Linhas portadoras de uma grande sedução ético-estética que se confrontaram com outras linhas, cuja natureza contínua atualiza, permanentemente, a história de nossa política oficial de internamento, correção de comportamentos, isolamento e encarceramento.

Em nosso estudo, associamos as linhas, que nomeamos de flexíveis ou descontínuas, a uma nova forma de inventar e produzir saúde. É uma invenção que acolhe todo um campo de vulnerabilidades, ou seja, jovens tornados pobres, analfabetos, que estão à margem, não mais como se eles fossem os portadores de



uma espécie de doença social, mas como efeito de uma situação política, econômica, social e subjetiva que lhes retira um tempo próprio, destinado a outros jovens, de projetos de vida, a partir de outros parâmetros e valores, nos quais caibam tempo e espaço para o lazer, os estudos, a formação, o cuidado de si ou mesmo a possibilidade de problematizar esse destino inexorável a qualquer forma de labor.

Nessas linhas flexíveis, há, uma perspectiva de saúde inscrita no terreno ético-estético que, ao forjar mudanças na maneira de perceber o mundo, inventa novas relações com o corpo, o tempo, os processos técnicos, a coletividade, tecendo práticas vizinhas e paralelas, cujos sentidos são condutores de uma estética “que não seja a do banal e de uma ética que não seja a da rentabilidade”, traçando caminhos inéditos e, por isso, alternativos (Caiafa, 2001: 03).

Tais descontinuidades atravessam a década de 80. Esse período é marcado por fortes pressões sociais no redimensionamento do papel do Estado. Crianças e jovens passam a ser vistos como sujeitos de direitos. Na década de 90, ganham força, na cena política, as ONGs, com projetos e programas dirigidos a essa população específica (Passeti, 1999).

Hoje, essas organizações fazem parte do que vem sendo denominado “terceiro setor”, cujos trabalhos encontram-se articulados com as ações governamentais. Porém, a redução da presença do Estado na esfera de atendimento à área social facilitou o aparecimento em larga escala, das ONGs. Diferentes daquelas que surgiram nas décadas de 70 e 80 nascidas de sua interlocução política com os movimentos sociais, portam atualmente, um perfil mais empresarial, compondo um cenário de intervenções diversificadas em termos de atuação, nos trabalhos realizados junto a crianças e jovens.

Apesar da heterogeneidade desse campo, os trabalhos realizados pelas ONGs, sobretudo aquelas que primam em centrar suas intervenções com instrumentos advindos do campo da arte e da cultura, ganham legitimidade, em função de suas ações produzirem experimentações singulares, ao se conectarem com a vida e os problemas demandados por jovens que se encontram em situação de pobreza.

Traçar experimentações singulares, a partir da composição saúde e trabalho, requer eleger, nas experiências realizadas junto aos jovens, práticas em que a

saúde possa ser produzida dentro de um quadro menos normativo e mais dinâmico, criando rupturas com uma suposta busca de normalidade. Produzir saúde significa, então, um exercício constante na criação de novas normas que produzam alterações, quando nos deparamos com as “infidelidades do meio” (Canguilhem, 1990).

Se analisarmos a trajetória de jovens em situação de pobreza, nos deparamos com um meio que, historicamente, vem se apresentando extremamente adverso às suas vidas. Essas adversidades aparecem, geralmente, associadas às profundas rupturas dos vínculos primários, e possuem uma relação de estreiteza com vulnerabilidades, nas famílias, de ordem econômico-ocupacional e de rendimentos.

Os programas e projetos que objetivam atender a tamanha ordem de vulnerabilidades têm como desafio escapar a uma visão patologizante, que tende a individualizar e responsabilizar a própria população pelos seus tropeços e descaminhos.

Contrariamente a essa visão, o que significaria fundar uma perspectiva de saúde, cujas linhas possam ser delineadas a partir de projetos orientados e valorados em função de “quantas forças sociais ativam, quantos intercâmbios úteis dinamizam” - questionando se, no âmbito de suas práticas - “ensinam o possível, reviram de ponta a ponta a cultura do nada suportada, fornecem meios, mediações, pedagogia concreta para se viver aqui e agora de maneira diferente?” (Rotelli, 1992: 70).

Atualmente, muitas das iniciativas voltadas ao trabalho com jovens têm se apossado de meios e ferramentas próprios ao campo da arte e da cultura. Essas experimentações parecem favorecer à deflagração e criação de práticas sociais inovadoras, muito em função da força crítica e desestabilizadora da arte em romper com os valores dominantes, tornando-se uma espécie de laboratório social de caminhos alternativos.

As alternativas nascidas, experimentadas e produzidas nisso que intitulamos “laboratório social”, ou seja, um campo de experimentação apto a criar uma práxis, com referenciais próprios, devem servir como fontes de inspiração capazes de provocar uma nova dinâmica nas políticas públicas dirigidas a esse segmento populacional.

## Notas

<sup>1</sup> Sobre a compreensão da noção de subjetividade e sua relação com as forças do fora, Pelbart, analisando a forma como os gregos criaram esse exercício de ocupar-se de si e inspirado nos estudos de Deleuze, afirma tratar-se “de um modelo de subjetividade intimamente relacionado com sua exterioridade inumana, com uma multiplicidade de singularidades pré-pessoais, coextensivo “à suas diferenciações, à suas metamorfoses multifacéticas, bem como às estranhezas daí advindas” (Pelbart, 2000).

<sup>2</sup> Essa forma-homem atual foi moldada, historicamente, através de processos violentos e cruéis, com o propósito de “incrustar neste animal um mínimo de civilidade, de memória, de culpa, de senso de promessa e dívida, em suma de moral! Eis o breve recenseamento dos métodos utilizados pelos alemães quando descobriram na dor o mais poderoso auxiliar da mnemônica: o apedrejamento, o empalamento, o dilaceramento ou pisoteamento por cavalos, a fervura do criminoso em óleo ou vinho, o popular esfolamento, a excisão da carne do peito, e ainda a prática de cobrir o malfeitor de mel e deixá-lo às moscas”. (Pelbart, 2000). Essa citação advém, segundo o autor, dos estudos de Nietzsche no livro *Genealogia da Moral* (1987).

<sup>3</sup> Eram clubes ou agremiações que “representavam, talvez, a única união de cunho social existente na Grécia, mas sempre tiveram caráter privado, não havendo da parte do Estado nenhuma pressão para que existissem” (Simões de Paula, 1965.)

<sup>4</sup> Donzelot explicita uma acepção de polícia, própria do século XVIII, não restrita ao caráter repressivo que lhe atribuímos atualmente. Ele resgata uma citação de 1768 feita por Von Justi, em *Eléments généraux de police*, que afirma: “A polícia tem como objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la, e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública” (Donzelot, 1980: 12-13).

<sup>5</sup> A expressão *Terra Brasilis* é usada pelas primeiras expedições que atracaram suas caravelas nas terras do Brasil. Ela servia para descrever e reconhecer a disposição geográfica, os povos e seus costumes, o clima, a região, a extensão territorial das terras recém descobertas. Optamos por usá-la no texto dada à extensão que esta expressão encerra.

<sup>6</sup> Toda a descoberta da América foi marcada por duas ações, ou seja, a busca da expansão espiritual aliada à conquista material. Deste modo, “Colombo age como se entre as duas ações se estabelecesse um certo equilíbrio: os espanhóis dão a religião e tomam o ouro. Porém, além da troca ser bastante assimétrica, e não necessariamente interessante para a outra parte, a implicação desses dois atos se opõe. Propagar a religião significa que os índios são considerados como iguais (diante de Deus). Mas se eles não quiserem entregar suas riquezas? Então será preciso subjugá-los, militar e politicamente, para poder tomá-las à força; em outras palavras, colocá-los, agora, do ponto de vista humano, numa posição de desigualdade.” (Todorov, 1988).

<sup>7</sup> O médico era uma figura quase inexistente no período colonial, aparecendo “fundamentalmente como um assessor, um consultor da Câmara; como aquele que vai curar os doentes, que atesta a doença, que é consultado em determinadas ocasiões e que recebe ordens. Sua ação se concentra, principalmente, em uma terapêutica do tipo individual e curativa, sem nenhuma incidência direta sobre a vida da cidade como um todo”. Durante o período colonial, outras formas de cura paralelas ao exercício terapêutico médico se faziam presentes através das práticas curativas dos índios, africanos, jesuítas e fazendeiros que eram, constantemente, fiscalizadas pela Coroa portuguesa (Machado, 1978: 52).

<sup>8</sup> A expressão “enjeitado” referia-se aos filhos de pessoas sem recursos materiais para criá-los, filhos ilegítimos ou adulterinos, filhos de escravas que os senhores abandonavam em função do uso dessas mulheres como amas-de-leite (Lima & Venâncio, 1992).

<sup>9</sup> A Casa dos Expostos recebe o nome de Roda dos Expostos por dispor, na sua entrada, de um “dispositivo cilíndrico”, dividido em duas partes, dando, respectivamente, uma para a rua e outra para o interior da Santa Casa. Era assistida por uma ama-rodeira que, dia e noite, vigiava a entrega dos expostos (Lima & Venâncio, 1992).

<sup>10</sup> Dos que não se encaixavam na ordem senhorial-escravocrata, ou seja, negros libertos, brancos e índios, e miscigenados, “boa parte vivia de rudimentar atividade de subsistência, não tendo, praticamente, qualquer contato com a produção agroexportadora. Outro segmento da população livre era composto de agregados ou moradores que, dentro das fazendas, desempenhavam serviços intermitentes combinados a uma prática de subsistência. Inteiramente dependentes da grande propriedade, pois lá o acesso a uma gleba de terra decorria do arbítrio senhorial, sua sobrevivência era marcada por intensa instabilidade”. (Kowarick, 1987: 29).

<sup>11</sup> Os temas da criminalidade infantil, do trabalho dos aprendizes, no início do século, nas atividades fabris e do encaminhamento dos vadios e vagabundos aos patronatos agrícolas encontram-se bem desenvolvidos nos textos: “Criança e criminalidade no início do século”, de Marco Antonio Cabral dos Santos, “Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo”, de Esmeraldo Blanco Balsonauro de Moura. Ambos os textos estão no livro *História das crianças no Brasil*, organizado por Mary de Priore (1999).

<sup>12</sup> De acordo com os estudos do historiador Ariès, a infância, enquanto etapa específica da vida é uma invenção recente que se esboça a partir do século XVII. Na Antiguidade e na Idade Média, este sentimento não existia, já que a criança não ocupava um lugar especial na sociedade. Assim que adquiria uma certa independência com relação aos cuidados maternos, a criança passava ao convívio social com os adultos.

<sup>13</sup> A denominação “classes perigosas” aparece num estudo desenvolvido, em 1840, pela escritora inglesa Mary Carpenter, e referia-se aos “indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”. No Brasil, a expressão será apropriada por parlamentares para embasar questões referentes ao trabalho, à ociosidade e à criminalidade, dando-lhe uma “abrangência inaudita” com o seguinte raciocínio: “(...) os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade: juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (Chalhoub, 1986: 22).

<sup>14</sup> A construção de uma nova nação e do homem nacional ganhará força, no governo Vargas, a partir da ênfase na valorização do trabalho. Com relação à assistência social à infância, esta se tornou uma questão crucial não apenas do governo brasileiro, mas de um movimento mais amplo que vinha ocorrendo em vários países, culminando na regulamentação do trabalho infantil, com a garantia de repouso à operária gestante e medidas para estimular a amamentação.

<sup>15</sup> Os outros órgãos do governo federal são o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (1940) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942). Sobre as ações desenvolvidas por esses órgãos, ver: “Infância e processo político no Brasil” de Vicente de Paula Faleiros, do livro *A arte de governar crianças* (1995) e a tese de doutorado, *Crianças e adolescentes pobres (de direitos) - A Trajetória da política social dirigida à infância e à adolescência no Brasil republicano*, de Maria Helena Magalhães de Mendonça, do Instituto de Medicina Social Uerj (2000).

<sup>16</sup> O título “filhos do governo” designa “um universo muito grande de meninos e meninas, hoje todos adultos, que, entre 1964 e 1990, receberam uma sentença judicial de abandono, com a destituição dos pais ou não, e uma sentença definitiva de internação até os 18 anos de idade, que viveram em internatos estatais ou conveniados e que tiveram suas identidades, seu caráter e sua personalidade formados enquanto estavam sob a tutela do Estado”. Esse título foi retirado do livro de Roberto Silva (1997), resultado de sua dissertação de mestrado, sendo, inclusive, o próprio autor um dos egressos desse sistema.

<sup>17</sup> Esses programas, em termos de propostas pedagógicas e metodológicas, eram baseados na educação não-formal inspirada nos princípios da educação popular. No que se refere às questões sobre o mundo do trabalho, desenvolviam atividades de geração de renda de caráter alternativo, tendo como modelo as cooperativas de produção, em muitas das quais os jovens participavam de todas as etapas do processo produtivo (planejamento, execução, venda e lucros compartilhados). A maioria dos programas ditos alternativos se distinguia basicamente em duas vertentes, do ponto de vista conceitual: a educação para o trabalho, o que significava treinamento para o mundo laboral, e a educação pelo trabalho, em que se privilegiava uma abordagem crítica da relação capital/trabalho. Estes criticavam os projetos de educação para o trabalho, apontando-os como adestradores de mão-de-obra que contribuíam para a reprodução do ciclo da pobreza (Santos, 1997).

<sup>18</sup>A discussão sobre o trabalho e seu caráter educativo vem ao encontro da necessidade de ultrapassar os paradigmas concernentes à educação *para* o trabalho e a educação *pelo* trabalho. É nessa direção que são resgatadas as proposições que “tomam o trabalho como princípio educativo, no sentido de que ele é o organizador das atividades educacionais que visam fins mais amplos do que a formação técnica, mas que também não a descartam, porque a tomam como elemento importante na constituição do homem capaz de viver numa sociedade industrial, de acompanhar suas transformações históricas e pôr-se como parte fundamental desse processo de transformação. (Ferreti, 1995, 63).

<sup>19</sup> Ambas as dimensões devem ser compreendidas não como antagônicas, mas, ao contrário, como intimamente ligadas, embora apresentem diferentes lógicas. Assim, a microdimensão refere-se ao “processo de constituição das formas da realidade”, estando essa realidade em via de se desfazer, de se instituir, de se desterritorializar. Já a macrodimensão diz respeito “à realidade em suas formas constituídas”, nos níveis: grupal, individual ou coletivo. (Guattari, 1992).

<sup>20</sup> Trata-se de uma categoria construída por Deleuze e Guattari (1996) quando afirmam que, do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por linhas que são moleculares. Elas seriam aquilo que sempre foge ou vaza dos instrumentos de codificação (leis, Estado, instituições). As condições em que essas linhas se constituem são imperceptíveis do ponto de vista da macropolítica. Portanto, linhas de fuga são fluxos. Um fluxo é sempre tecido de crença e desejo. Mas é importante ressaltar que a linha de fuga não é boa ou má, necessariamente, ou por sua natureza, e que, embora impliquem mutação, criação, tais mudanças podem estar comprometidas com a destruição ou com formas e forças reacionárias, retrógradas.



## Capítulo II

### *Os aprendizes e a tríade saúde, trabalho e cidadania*

Na história das iniciativas e, mais tardiamente, das políticas endereçadas à infância e à juventude no Brasil, o par saúde e trabalho, em diferentes conjunturas, adquiriu nuances, marcas, discursos diversos, assumindo formas que se apresentaram ora dicotômicas, ora complementares, em confronto ou mesmo criando novas composições.

Transitou-se de uma acepção de saúde e trabalho como domínios diferenciados para, a partir da consolidação do capitalismo, tomá-los como campos indissociáveis, abarcando, por vezes, componentes heterogêneos, produtores de inúmeras configurações.

Nas sociedades artesanais, a condição de aprendiz correspondia à aquisição de conhecimentos e de experiência prática para iniciar-se na vida. Nessa direção, o trabalho era concebido como uma das formas de sociabilidade dos modos de existência.

A partir de um longo processo de cisão da vida social, o trabalho deixa de se apresentar como uma das dimensões da vida. Tal cisão é marcada, especialmente, por abalos nas formas de organização do trabalho, provocados, em parte, pelo capitalismo mercantil e pela gestão social da pobreza, transformando a condição de aprendiz num campo de enfrentamento e embate, já que o trabalho passa a trazer um caráter coercitivo, diminuindo seu sentido formativo.

Com o advento da sociedade industrial, a condição de aprendiz retoma, paulatinamente, seu sentido de formação. Entretanto, tal formação já não se estende por toda a vida, como nas sociedades artesanais, mas se restringe a uma espécie de moratória que implica uma sociabilidade capaz de renunciar, temporariamente, à necessidade, no caso do jovem, de garantir o seu sustento. No entanto, tal formação tornou-se um privilégio de jovens burgueses, restando ao aprendiz, pertencente aos segmentos empobrecidos da população, uma cultura de contrapor a escola e seu processo formativo à vida de trabalho.

No Brasil, transitamos nas idéias e concepções de trabalho em contraposição à vadiagem, que, embora anteriores aos anos 30, são especialmente intensificadas nessa década para, em seguida, o trabalho ser problematizado em oposição à educação, até a formação, mais recente, da trilogia educação, trabalho e cidadania. Nessa acepção cidadã, com relação à condição de aprendiz, crescem as iniciativas pautadas na urgência de contrapor-se ao trabalho infantil, assim como incentivam uma política de proteção e profissionalização.

Nessas diferentes composições, fabrica-se um conjunto de práticas que, por um lado, promoveu modos de subjetivar a saúde e o trabalho a serviço, predominantemente, de um corpo aprendiz comedido, obediente e tutelado, e por outro, processos não-lineares que investiram na invenção de um tipo de subjetividade aprendiz avesso aos princípios de ordenação de uma saúde asséptica.

Na década de 90, particularmente, a composição de saúde e trabalho sofrerá a interferência de mais um elemento, a saber, a cidadania. Essa trilogia será tecida juntamente com uma parcela<sup>2</sup> de aprendizes que tomam a rua como espaço de circulação, buscando nesse trânsito formas de convivência e sobrevivência. Centrando-se, basicamente, na compreensão da dinâmica de sociabilidade que esses aprendizes instauram na convivência que estabelecem com as ruas, assistimos ao nascimento de formas singulares de intervenção que tentaremos compreender à luz da tríade saúde, trabalho e cidadania.

### ***Os aprendizes ocupam as ruas.***

A questão da cidadania, até então ausente nas ações e intervenções junto a crianças e jovens pobres que buscam as ruas como território de sobrevivência, parece arejar as práticas dirigidas a esses aprendizes, abrindo portas para novos atores entre os quais se destacam as ONGs, entidades sem fins lucrativos, que prestam serviços à população e que passam a assumir um papel público.

Por meio, prioritariamente, dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, inaugura-se um precioso postulado ético, expresso num pressuposto que implicava em não desistirmos dos meninos aparentemente desgarrados de nossas ruas.



A vitalidade dessas intervenções consistiu no trabalho realizado por cada educador, no que concerne, em particular, a sua “contrapresença” na rua em meio a uma sociedade que se mostrava hostil ao menino:

“Essa contrapresença representa de uma certa maneira a parte sã da sociedade a querer restaurar seus laços com o menino, a arrear caminho em relação à evitação, a contrariar a evitação do diálogo. Nesse movimento, o estar na rua, em seu primeiro momento, só poderia ser um estar desarmado, inclusive de método e teoria, como se esse próprio método, essa eventual teoria só pudesse emergir mesmo da maturação do encontro” (Milito & Silva, 1995: 83).

Mesmo considerando todas as adversidades e dificuldades de sistematização dessas experiências – compreendidas nesse período como, fundamentalmente, precariedade teórica e inadequação das calçadas como locus para o exercício da educação – estar nas ruas junto aos aprendizes significou recusar os modelos de ação vigentes, até então restritos a recolher crianças e jovens das ruas ou retirá-las do convívio com suas famílias, diagnosticadas, de maneira geral, como desestruturadas, restando, como prática social de intervenção, o confinamento em instituições para esse grupo específico.

Buscou-se “cuidar do problema onde ele aparece – na rua” – à vista de todos, dando maior visibilidade ao esfacelamento social que irradiava através da proliferação de crianças e jovens nesses espaços e o que essa presença maçica denunciava na sua ambigüidade:

“Escândalo que se traduz no enternecido sentimento das condições deploráveis e desumanas em que vivem ou na irritada propensão a considerá-los deploráveis e desumanos por condição. Respeito que, sobre o pressuposto das condições deploráveis e desumanas, ainda assim hesita, em nome mesmo desses direitos humanos, em retirá-los da rua abruptamente, confinando-os de modo arbitrário; ou que se deteriora no medo (forma perversa e invertida do respeito), fundamento de um ódio que não hesita, em nome da preservação do espaço social regulado pelo humano direito de ir e vir, em retirá-los da rua a qualquer preço, mesmo que este preço seja a radical arbitrariedade do homicídio e extermínio”(Milito & Silva, 1993: 95).

Nos interstícios dessa ambigüidade é que constatamos o quanto esses trabalhadores sociais, operando em lócus de pouco ou nenhum controle, acolheram, na medida que lhes foi possível, modos de vida que escapavam – ou mesmo resistiam – aos esquemas de modelização em vigor, tomando-os no seu avesso.

Nesse avesso, interessava, enquanto matéria de problematização, o que nesses aprendizes se esgarçava, ao tecerem suas errâncias nas ruas da cidade, em termos do que lhes é de direito viver, entendido esse direito para além de uma “matriz cidadã”, já que não se tratava apenas de:

“(...) denunciar aqueles que não possuem ‘A Cidadania’, muito menos apelar para um princípio cidadão que viesse, finalmente, alinhavar as variedades de cidadania encontradas no tecido social brasileiro. Mas antes (...) o de como forjar dispositivos capazes de neutralizar as forças que dão sustentação à ‘Vontade-de-Cidadania’ que tem prevalecido no Brasil, prisioneira de ideais de significação dominantes, materializados, historicamente, sob a forma de procedimentos de submissão, tutela ou obstrução da capacidade de reação do corpo social” (Fonseca, 1997:94).

Tendo como dispositivo uma pedagogia das calçadas, a partir de uma contrapresença dos educadores de rua, ultrapassou-se, nessas intervenções, a dicotomia cidadania consentida x cidadania conquistada para um caminho às avessas de uma cidadania produzida.

A noção de cidadania produzida refere-se, de acordo com Fonseca, a um exercício analítico que visa pôr em análise sentidos e valores construídos por um ideário europeu, no qual ser cidadão implica, necessariamente, um direito inquestionável, “restando-nos somente ou os esforços para sua aquisição ou o ressarcimento por não tê-la adquirido”. Isso porque a noção de cidadania correspondente a tal ideário é sustentada pela idéia:

“(...) de renúncia em favor da segurança que atravessa a produção do princípio de Estado, a idéia de consentimento em favor da preservação da propriedade que engendra a produção do princípio de mercado e a idéia de vontade geral que sustenta o princípio de comunidade. Tais princípios heterogêneos e complementares puderam consolidar a

distinção Estado-Sociedade reatando ao mesmo tempo suas ligações através da idéia liberal de contrato - social” (Fonseca, 1997: 03).

No caso do aprendiz que se encontra nas ruas, qual a natureza da idéia de renúncia quando sua segurança encontra-se abalada nos espaços liminares em que transita? Consentir a favor de que espécie de propriedade, se sua existência denuncia um processo de desapropriação histórica, restando-lhe conviver e suportar um mercado que o coloca na condição de miserável e despossuído? Por fim, o que significa submeter-se à vontade geral de uma “comunidade” que, predominantemente, comunga de um regime de evitação, repressão e extermínio?

Trata-se de princípios embaralhados e geridos por uma condição e um corpo aprendiz que em seu nomadismo, a partir de rumos e apropriações diferenciadas, acusa, diverge, recusa, desconecta, torna-se alheio aquilo que passa a constituir uma idéia geral de “o cidadão”, suas crenças e respectivos valores, ou seja: “identidade, privacidade, liberdade, autonomia para gerir seus bens, igualdade e felicidade” (Fonseca, 1997).

Na produção de uma cidadania às avessas, mais do que acolher e educar esses aprendizes, tais experiências passam a privilegiar a vida enquanto processo, tendo como instrumento privilegiado o próprio corpo do aprendiz e o que dele deriva na sua ligação com as dimensões do tempo, com o plano das fantasias, de modo a favorecer o exercício lúdico, o senso de pertença e desejo, fazendo derivar linhas singulares, que neste estudo entendemos como produtoras de saúde.

O que nos parece fundamental extrair desses trabalhos junto aos aprendizes que circulam nas ruas é a capacidade de gestar intervenções que conseguiram distrair, para elas mesmas, a forma como essas crianças e jovens são comumente tratados, ou seja, os portadores da expressão emblemática da miséria, da vulnerabilidade e da violência. Para tanto, a pedagogia das calçadas distanciou-se de referenciais que os concebem, unicamente, sob o ponto de vista da carência e da falta.

Ao contrário, vistos por aquilo que eles podem ser, mais do que sobre sua história pregressa ou ainda pelas possíveis causas que os levam a abandonar o convívio com seus familiares, não desqualificando a importância de questões nesse âmbito, os procedimentos e artificios instaurados por uma pedagogia das calçadas,

puderam acessar ao que estava se processando naqueles modos circulantes de vida, ampliando, inclusive o sentido de estar nas ruas:

“(…) A rua é um termo genérico demais: a vivência dos meninos me ensinou que esse espaço – hoje mais que antigamente – é composto por um conjunto de ações apoiadoras de natureza das mais diversas (individuais, institucionais governamentais e não-governamentais) e que permitem a conquista de bens não só materiais – como se servissem, apenas, à sobrevivência puramente física – mas também simbólicos e identitários. E, porque existe essa “acolhida”, percebi como os diferentes agrupamentos de meninos de rua têm apreço por uma determinada territorialidade, fixando-se com maior ou menor intensidade, dependendo de como se inscrevem no interior de uma dinâmica local (Gregori, 2000: 56-57).

Nessa “viração”, o aprendiz vai sendo nomeado, tratado e objetivado como menino de rua, tomado a partir de inúmeras posições e imagens que, por vez, instituem lugares sociais que serão apropriados por esses aprendizes. Vemos, desse modo, que os aprendizes vão construindo uma idéia de si mesmos, no encontro com o conjunto das ações que os apóiam, extraindo desse jogo mútuo “um lugar e um benefício” (Gregori, 2000: 58).

Nesse aspecto, o lugar do trabalho, para os projetos que tinham como campo de intervenção crianças e jovens que transitavam nas ruas, passa a ser conceituado sobre novas bases, trazendo como força estratégica a necessidade de composição entre ação educacional e produção da cidadania em que a profissionalização ganha forte expressão.

No entanto, a questão da profissionalização passa a ser abordada sobre outros termos, já que o trabalho será compreendido como aquele que deve intermediar a ação pedagógica, em que a formação, por meio do processo de escolarização, assume papel fundamental.

Apesar de a profissionalização rondar o horizonte dessas iniciativas, um traço importante, que marca uma diferenciação na forma em que, historicamente, costumava ser tratada a relação entre juventude pobre e trabalho, é que este último perde a sua proeminência, dando lugar para a entrada de intervenções mais centradas em outros aspectos e níveis da vida de crianças e jovens. Essas intervenções dirigem-se à construção da identidade pessoal, social e cultural do

grupo em questão, já que o fato de estar nas ruas impõe interrogar “(...) sobre o tempo de ocupação desses espaços, a lógica dessas ocupações, os significados dos espaços, intermitências, ciclos e fluxos, roteiros e personagens desses roteiros” (Milito & Silva, 1995:18).

Sob um determinado ângulo, transitar com os aprendizes nas ruas a partir da confecção coletiva de uma pedagogia das calçadas promoveu práticas que os retiraram do anonimato, exibindo e acirrando os percalços de uma sociedade que gesta, cotidianamente, a inutilidade, a decadência e a miséria de crianças e jovens tratados como “filhos de ninguém”.

No entanto, paralelamente, a adoção desses filhos teve que sobreviver e coexistir com uma espécie de subcultura de evitação cuja visão de mundo traz como seus ingredientes:

“(...) a repressão, a pulsão ao extermínio, o acordo tácito ante a chacina, ou o assentimento explícito perante o linchamento, a mórbida passividade ante a tortura policial praticada nas calçadas, a diária fruição estética dos ‘presuntos’ expostos nos jornais populares, consumidos nos silenciosos escrutínios ante a banca farta de violência, nos trens apertados da Central ou da Leopoldina, ração diária e tradicional temperada pelo medo e o sadismo, alguns deles (como o jornal que, ‘se espremer sai sangue’) elementos tradicionais da cultura carioca” (Milito & Silva, 1995: 33).

Nesse solo íngreme e na tentativa de promover uma pedagogia das calçadas, emergem, como campo de forças, sentidos e valores obedientes aos princípios dessa cultura de evitação, colocando educadores e aprendizes vulneráveis quanto aos destinos e desatinos desse encontro.

Esses desatinos passam a ser avaliados considerando em que medida os trabalhos realizados nos espaços das ruas permitem produzir novos agenciamentos, posto que nelas o amparo do conhecido é muito imperceptível, forjando aos aprendizes o desempenho de personagens para os quais nunca ninguém escreveu nenhum texto.

No rascunho de pequenos textos, entre fragmentos incompletos de inumeráveis começos atravessados por intolerâncias e desafetos, cumplicidades e alianças, alguns deslocamentos foram operados, já que se por um lado estar nas ruas

travestiu crianças e jovens como seres livres e responsáveis pelos seus destinos, por outro essas mesmas vestes e a suposta autonomia que portavam os tornavam extremamente vulneráveis.

Os aprendizes, investidos desse novo estatuto – ser autônomo – lograram a responsabilidade por suas errâncias no mundo, ficando subtraídos os processos que engendraram o estilhaçamento de uma infância e juventude e sua natureza incompleta, disruptiva e imprevisível.

Como devolver aos aprendizes das ruas e nas ruas o caráter de incompletude e provisoriedade que habita qualquer forma de existência?

Desdobradas em outras interrogações, novas perguntas foram sendo construídas nesse trajeto, principalmente na década de 90 e nos trágicos acontecimentos sucedidos durante o período, em particular a chacina da Candelária em agosto de 1993, fazendo com que os projetos dirigidos a esses aprendizes apressassem “(...) o processo pelo qual e ao longo do qual deve-se tornar obsoleta a indagação perplexa – “o que ele quer” – pela instauração da madura e responsável pergunta-projeto – “o que queremos dele” (Milito & Silva, 1995:166).

Essa pergunta-projeto portou uma função estratégica, porque sustentada e articulada com as lutas sociais mais amplas, especialmente aquelas referidas a transformar os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente e sua doutrina de proteção integral em práticas efetivas junto a essa população específica. Em seu texto legal estão contemplados novos conteúdos, métodos e formas de gerir as políticas públicas para a infância e juventude no país, norteados por três avanços importantes, ou seja, considerar crianças e adolescentes: sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta.

Tendo o texto legal como pano de fundo e sofrendo a intercessão desestabilizadora de uma cidadania que foi sendo produzida no engajamento com crianças e jovens circundantes das ruas da cidade, novas verdades foram criadas nos domínios da saúde e do trabalho. Em ambos os domínios, de certo modo, foram alteradas as fronteiras entre uma sociedade sã e os meninos “errantes” das ruas, fronteiras estas caotizadas por um conjunto de intervenções dirigidas ao aprendiz, por meio de componentes múltiplos (gestos, afetos, presença,

instituições, pedagogias, entre outros), perturbando a utopia de uma saúde asséptica.

Com relação às formas de trabalho, elas passam a ser veiculadas na sua composição com ações que primaram em problematizar seu histórico caráter coercitivo, segregador e precarizado, quando se trata de infância e juventude pobres. O trabalho perde, parcialmente, para as ações voltadas aos aprendizes das ruas o caráter de centralidade, tomando a cena outras referências que passam a privilegiar a formação, o lazer, os estudos.

Porém, acena, paralelamente, de forma cada vez mais consistente, no horizonte dos projetos dirigidos, sobretudo, à juventude das camadas populares, a questão da profissionalização. Multiplicam-se iniciativas, na área de capacitação para o trabalho, com objetivos os mais variados, muitos dos quais encerram “um fim em si mesmo, isto é, a própria oferta da atividade profissional”, outros dizem respeito “à conquista da cidadania por meio da inserção no mercado de trabalho, aprendizado de uma profissão ou atividade profissional”, ou como complementação da educação escolar e, ainda, aqueles “ligados à utilização do trabalho como controle social ou disciplinador no processo de socialização” (Minayo et alii, 1999: 27-28).

Sob a senha expressa na necessidade de profissionalização, assistimos às mais diferenciadas práticas inscritas em uma gama de projetos endereçados a esses aprendizes. A demanda crescente pela idéia de profissionalização merece ser problematizada para que possamos, ao mesmo tempo, compreender seus limites e estender seu alcance.

### *O aprendiz e a busca por profissionalização*

Os desafios são inúmeros, sobretudo para os empreendimentos sociais que têm como laboratório social privilegiado projetos voltados para a formação de jovens. A começar pelas transformações ocorridas nos últimos 30 anos, em escala mundial, em que o trabalho perde o caráter de centralidade. O efeito mais visível é a precarização nas relações de trabalho, experiência tão naturalizada para esses jovens e que vem sendo intensificada a partir de alguns aspectos: desestabilização dos instáveis, instalação na precariedade, déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Quanto ao primeiro aspecto, afirma Castel (1998: 527):

“Enquanto a consolidação da sociedade salarial havia ampliado continuamente a base das posições asseguradas e preparado as vias de promoção social, o que prevalece é o movimento inverso. É sem dúvida a partir do devir desses estratos intermediários – nem a base nem o cume da pirâmide social – que, atualmente, não tem muito a esperar, mas sobretudo a perder, do fato do bloqueio da mobilidade ascendente, que se decide o equilíbrio de nossa estrutura social”.

Por isso, analisa o autor, a questão social não pode ser tratada apenas “a partir de suas margens”, assim como não basta restringir-se a denunciar o processo de exclusão, já que tal desestabilização é um dos pontos de cristalização que deriva e é orientado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Quanto ao segundo aspecto, instalar-se na precariedade atinge, sobremaneira, amplas frações dos jovens:

“A precariedade como destino. Quando se fala do descrédito do trabalho que afetaria as novas gerações e em que alguns vêem o sinal feliz de uma saída da alienação da civilização do trabalho, é necessário ter presente ao espírito essa realidade objetiva do mercado de emprego (...) O que se recusa é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante, que não pode servir de base à projeção de um futuro controlável”. (Castel, 1998: 529).

Mas esses aspectos, se compreendidos à luz da sociedade brasileira e nossa histórica precarização nas relações de trabalho, mantêm-se atuais. Os jovens, em situação de vulnerabilidade social, continuam filiados a setores informais e não



modernizados da economia, produtores de trabalhos subalternos em condições de aviltamento da mão-de-obra juvenil. Somos herdeiros de um regime escravocrata, de uma institucionalização tardia, com um sistema econômico injusto na distribuição de riqueza. Entre nós, as intervenções de caráter social, dirigidas a crianças e jovens, no que concerne ao trabalho, repousaram na eficácia e rentabilidade que o uso dessa mão-de-obra significou em termos de contenção dos custos da produção, como ocorreu nas primeiras décadas da República ou na sua utilidade no trabalho das lavouras.

Em que consistiria, então, a demanda crescente por profissionalização em meio a um quadro histórico de suscetibilidade econômico-ocupacional, que produz um cenário sombrio de desemprego estrutural?

Essa demanda, efeito de embates teóricos e políticos, possui raízes profundas, e não pode ser analisada sem que nos detenhamos no significado do processo de escolarização em grande parte dos jovens das camadas populares.

Tentando situar a relação entre educação e trabalho no Brasil, Ferretti (1995) propõe discuti-la a partir de uma trílice perspectiva: do empresariado, dos trabalhadores e dos educadores, respaldando-se na análise de documentos produzidos em seminários realizados por esses três diferentes segmentos.

Os empresários manifestam suas preocupações com a educação reconhecendo que as mudanças na gestão do trabalho requerem qualificação de recursos humanos. Diagnosticam a baixa qualidade do ensino público e defendem a universalização do ensino básico de 1º e 2º graus. Porém, o que orienta o pensamento empresarial brasileiro é a subordinação de uma educação (meio) para o trabalho (fim), em que a primeira fica reduzida à promoção das condições necessárias para formar um trabalhador capaz de responder à materialização de um objetivo principal – o aumento da produtividade em uma conjuntura de exacerbada disputa econômica internacional na qual o conhecimento é fator capital.

Os trabalhadores vêm demonstrando um envolvimento maior sobre as políticas de formação profissional, embora tal preocupação não represente o pensamento hegemônico. Defendem a participação na formulação dessas políticas, estando afinados com as demandas sobre o novo perfil do trabalhador e da relação desse perfil com um ensino público de qualidade. A Central Única dos Trabalhadores

(CUT), em particular, explicita uma concepção de formação profissional como um projeto que deve estar integrado ao sistema regular de ensino público e sob o controle do Estado, incluindo a participação dos trabalhadores.

Os educadores se dividem entre uma concepção, denominada “neoliberal”, e outra representada pelos críticos de tal modelo. Os primeiros defendem como pressuposto a “cooperação entre Estado (mínimo) e o empresariado, na promoção do ensino de qualidade e, ainda, sobre a concepção de que a autonomia conferida às escolas estabelecerá, entre elas, uma saudável competição que estimulará a eficiência de cada uma” (Ferretti, 1995: 75).

As principais críticas à concepção neoliberal, inspirada em experiências internacionais, dizem respeito ao papel atribuído ao Estado, posto que a autonomização das escolas implica a privatização de uma área (das políticas sociais) em que o mesmo “não pode abrir mão de suas prerrogativas”. Uma outra crítica aponta a falta de clareza de uma proposta educacional, do significado da qualidade de ensino e diferenças quanto às proposições curriculares.

Ao considerar os pontos de convergência e divergência entre empresários, trabalhadores e educadores, Ferretti (1995) afirma que, no caso do empresariado, o discurso da valorização da educação já se fazia presente nas décadas de 60 e 70, a partir da necessidade de investir em capital humano treinando trabalhadores para posto de serviço adequado. Na década de 90, a formação de recursos humanos já não se limita ao desenvolvimento de habilidades para ocupações específicas, dado o perfil de trabalhador exigido (flexível, polivalente etc.), exigindo mudanças quanto ao papel da educação para atender às novas demandas da economia.

No entanto, esses embates não colocam na pauta do dia que a valorização da educação, elevando os níveis de escolaridade de modo a garantir para os aprendizes uma inserção no mercado de trabalho, deve estar articulada a um projeto educacional cujos fins não se apresentem redutíveis à possibilidade de conseguirem um emprego, colocando, inclusive, em análise em que consiste estar incluso hoje no mercado de trabalho.

É aspecto próprio das novas formas de produção a destituição, diluição e eliminação daqueles que não são capazes de se inserir na dinâmica atual da

modernização dos processos de trabalho baseados em ajustar de modo polivalente e flexível o trabalhador moderno:

“Não caricaturemos. A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna)” (Castel, 1995:517).

De acordo com o autor, nessa dinâmica as empresas acabam funcionando como máquinas de vulnerabilizar e de excluir, tendo como efeitos a desqualificação dos menos aptos, invalidação dos trabalhadores que estão envelhecendo e, em relação aos jovens, a elevação do patamar das qualificações exigidas para a admissão, que acabam por “desmonetarizar uma força de trabalho antes mesmo que tenha começado a servir”.

Mas, é fato, vivemos uma época marcada por um processo de vulnerabilização e exclusão de outra ordem, próprio das mutações do capitalismo, já que atualmente:

“(...) o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobreprodução. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa. A família, a escola, o exército, a fábrica não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis de uma mesma empresa que só tem gerentes” (Deleuze, 2000:224).

Essa figura da empresa incrustou-se em todos os níveis da existência, instalando uma crise no modelo de sociedade disciplinar, tal qual situou Foucault, que operava por confinamento. O que Deleuze aponta é que estaríamos, gradualmente,

vivendo um processo substitutivo de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle portadora de um novo regime de dominação “que não precisa mais trancafiar para vigiar”, posto que vivemos sob um “controle ao ar livre”, contínuo e de “rotação rápida”.

Parece-nos que a questão da profissionalização e a permanente qualificação, que instituem uma determinada condição de aprendiz na atualidade, tornaram-se, em certa medida, uma nova forma de controle, entre outras, portando “novos tipos de sanções, de educação, de tratamento”.

Subserviente e definida pelo mercado de trabalho, a profissionalização transforma-se nessa “formação permanente de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário”. Nessa forma de controle, instalam-se no campo do trabalho sintomas expressos nas formas de gerir a vida desses diferentes aprendizes.

Isso é claro, por exemplo, quando se vê anunciado que a qualificação, elevando o nível de formação, é uma das iniciativas prioritárias para superar o desemprego. Tratando-se de aprendizes pouco ou não-qualificados, essas iniciativas têm servido, muito mais, para criar um fosso ainda maior com relação aos superqualificados, dadas as condições extremamente desiguais em que é promovida tal formação.

Para aliviar os sintomas de uma sociedade pautada por extremas desigualdades, a profissionalização utilizada como um remédio genérico produz seus perigos, especialmente, quando reduzida ao mercado de emprego. Tal mercado, marcado por fatores como alternância e provisoriedade, dadas as exigências de flexibilidade que lhe é inerente, acaba por gerar, sobretudo nos jovens, um estado híbrido entre “o desejo de tornar-se permanente, associado à dúvida lancinante quanto à possibilidade de chegar a essa condição”, obrigando-os a fundar estratégias de sobrevivência pautadas no presente (Deleuze, 2000).

Claro que podemos pensar sobre as diferentes maneiras de acatar modos de existência orientados pelo presente, modos de vida que exacerbam uma espécie de consciência aguda do tempo intrínseca à atualidade.

Talvez, reverenciando essa consciência aguda do tempo de uma maneira nostálgica, nos ressentimos do modo como, recentemente, estamos imersos nessa

lógica do descartável e buscamos uma certa familiaridade com um passado remoto. Ou, mesmo, considerando essa presentificação da existência, próximos a uma visão pós-moderna, em que tudo se torna sem sentido e parece não haver mais diferença entre aquilo que torna a vida obsoleta e, seu avesso, o que a torna consistente. Poderíamos, por fim, argumentar e indagar se essa consciência aguda de um tempo presente não seria uma oportunidade ímpar de inaugurar “outras temporalizações inéditas” (Pelbart, 1994).

Acreditamos que sim, desde que façamos uma análise crítica sobre as condições que esse tempo, próprio às mutações do capitalismo, vem criando e como está determinando novos modos de subjetivação:

“Muitos jovens pedem estranhamente para serem ‘motivados’, e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas”(Deleuze, 2000: 226).

A busca por profissionalização torna-se, assim, um entrave quanto à possibilidade do aprendiz, no seu encontro com o trabalho, experimentar a qualidade do novo, própria de todo começo. Dotada de critérios pragmáticos, a formação contínua e permanente passa a considerar apenas as relações entre meios e fins, conduzindo o aprendiz a um controle do tempo e a um futuro da previsão. Nessa operação perde-se justamente o caráter imprevisível e processual da experiência.

Interceptar ao aprendiz o processual, o imprevisto e o que advém parece comungar da forma como o capitalismo vem expandindo seus limites, em um processo que traz como projeto a diluição e dissociação da experiência humana, conforme nos inspira Benjamin (1993).

Sua análise aponta essa capacidade, imanente ao capitalismo, de transformar todas as coisas em sucata, fazendo com que tudo corra em direção à morte. A morte aparece inscrita não só na produção de mercadorias, mas na própria mercadoria. Essa provisoriedade intrínseca nas coisas e a rapidez que as tornam obsoletas, dentro desse modo de produção, fazem do tempo presente um tempo sem densidade, já que a ordem seria libertar-se da experiência.

Porém, libertar-se da experiência implica libertar-se de um tempo que já não pode ser mais experimentado como acontecimento, como uma abertura, principalmente quando o existir passa a ser norteado por finalidades cuja medida arbitrária é o mercado e suas variações.

Embora para o aprendiz das periferias sua sobrevivência, desde sempre, tenha sido traçada a partir das estratégias “do viver o dia-a-dia”, é necessário avaliar as circunstâncias que os atuais regimes de trabalho têm lhe reservado, especialmente quando o que está em jogo é a degradação e, até mesmo, a abolição de sua própria vida, como no caso dos aprendizes que vêm sendo lançados no mercado da guerra. De que guerra se trata? Que condições, atuais, os dispõem a um mercado de trabalho, essencialmente, bélico?

### ***“Os aprendizes de guerra”***

Assistimos alarmados, junto às camadas empobrecidas da população, ao crescimento assustador de um mercado de trabalho paralelo e ilícito que encontra, nos jovens, mão-de-obra privilegiada para comercializar suas mercadorias, acirrando o fenômeno da segregação e violência para esse grupo específico. Trata-se do tráfico de drogas, empresa lucrativa e criminosa, cuja atividade depende de:

“(…) uma larga rede de articulações e de atores localizados interna e externamente em relação ao país. Esta rede é departamentalizada e hierarquizada, destacando-se as atividades de produção e de comércio da droga, sendo que, em relação ao comércio, parte da produção cabe ao mercado interno e a maior parte dirige-se ao mercado externo. O Brasil não cultiva a folha da coca, mas já se detectam no país laboratórios para o refinamento. O país, por outro lado, é um dos maiores plantadores de maconha do mundo. O impacto do tráfico de cocaína é maior em grandes cidades como o Rio de Janeiro e o do plantio da maconha nas áreas rurais (...) Ou seja, há uma diferenciação dos produtos e o que cada cidade e estado representa na rede” (Fraga, 2000: 101).

A empresa do tráfico, de acordo com Fraga, não é uma atividade criminosa comum, dada a sua articulação com outras formas ilícitas do crime organizado, da excepcional margem de lucro, derivada de sua mercadoria, cuja situação de

ilegalidade faz aumentar seus lucros, e da enorme quantidade de pessoas que passa a compor seus quadros, destacando-se os jovens.

Quanto ao jovem que deriva para esses “microterritórios da delinqüência”, produz-se uma situação de vulnerabilidade com proporções drásticas. Sob o ponto de vista físico, resta-lhe a morte que se instaura pelo confronto com a polícia e entre grupos rivais. Juridicamente, em contraposição aos pressupostos do ECA, da condição de infratores passam a ser considerados delinqüentes, e submetidos à política do encarceramento. Do ponto de vista do convívio social, além de constituírem mão-de-obra desqualificada e descartável, são premido pelo isolamento social, inerente a esse tipo de atividade ilícita, com o conseqüente rompimento dos laços de amizade, familiares, escolares, assim como da possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

Configura-se, desse modo, uma socialização na delinqüência, atualizando processos de segregação, de exclusão e de extermínio para esse grupo específico, quando se inserem no mercado de trabalho ilícito oferecido pela empresa do tráfico.

Encontrar mecanismos que se esquivem e resistam às formas de trabalho constituídas na rede do crime organizado se apresenta como um enorme desafio. Se tomarmos, por exemplo, as atividades inerentes aos negócios do tráfico, vêem-se instituindo, num território que conjuga de modo híbrido e pelo avesso, contornos de uma organização que toma de empréstimo uma diversidade de métodos e práticas.

Assistimos, na organização do tráfico, a práticas similares àquelas exercidas pelas antigas sociedades de soberania, convivendo com métodos de confinamento competentes às sociedades disciplinares ou, ainda, atravessadas por circuitos abertos, que passam, do mesmo modo, a funcionar com mecanismos de controle adequados às sociedades de controle.

Como se conjugariam esses diferentes métodos, de que modo são atualizados e a que práticas corresponderiam?

Na indústria de controle do tráfico notamos o exercício de uma soberania adaptada ao campo do ilícito com a construção de regras próprias que moldam e

marcam o corpo, com requintes de violência e crueldade decidindo, inclusive, sobre a morte e a vida de seus componentes:

“A maneira como se efetua a reparação é por intermédio de uma ação espetacular, teatral. Aqui existe toda uma ritualização do poder, que salta aos olhos do observador e se lhe apresenta como terror, ferocidade, negação do ‘humano’. A tortura e o assassinato dos que são tomados como prisioneiros, dos que são levados para a ‘cachanga’ (esconderijo), para um lugar longe das vistas de todos, ou para o centro da comunidade – no caso dos castigos exemplares. Uma dimensão dramática, uma ordem ritual, toma o lugar dos aspectos eficazes do poder. Através dela, o poder ali constituído afirma sua força (e também sua eficácia), sancionando as interdições decretadas como invioláveis: o prejuízo na boca, o roubo ou o estupro no morro” (Rafael, 1998: 99).

São os rituais de poder, próprios das sociedades de soberania, tal qual explicita Foucault (1997), em que a pena, centralizada no suplício como técnica de sofrimento, transforma-se em um “ato político de afirmação do poder” do soberano. No caso dos aprendizes de guerra e da organização do crime de que participam, o poder do traficante transforma a morte desses jovens num episódio familiar e vulgar. Rituais, como assinala um aprendiz, que os impedem de ter uma alma limpa:

“ A rapaziada que tá no tráfico não pode curtir a vida, não pode sair daqui. Eles não têm alma limpa, entendeu? Eles não têm! Às vezes são obrigados a fazer certas atitudes que eles não querem, que é matar uma pessoa, que é bater numa pessoa, que é cobrar uma pessoa que esteja errada no tráfico. Ter que matar, ter que punir, ter que morrer! Não são seres humanos que estão ali?”

Além dos rituais de punição que recaem sobre o corpo marcado desses aprendizes, assiste-se a práticas de confinamento, as mais visíveis, infligindo a crianças e jovens dimensões de subalternidade ancoradas no espectro do cativo e que portam, igualmente, regras de disciplina e hierarquia peculiares, como afirma um jovem, quando entrevistado no decorrer desta pesquisa, sobre sua história de participação na estrutura de organização do tráfico:



“(...) daí eu voltava de novo pra boca-de-fumo. Teve um dia que eu vi amigos morrer do meu lado, quase tomei tiro, já passei por muitas coisas ruins, já escapei da morte várias vezes e assim, teve um certo dia que eu parei pra pensar, botei a mão na cabeça e pensei assim: pó, bicho, dá mais não, pó, não posso sair, não posso ir ao cinema, não posso sair com a minha namorada, tenho dinheiro, tenho carro, tenho mulher, mas não posso sair, pó, que vida é essa?”.

Concomitantemente ao confinamento, a empresa do tráfico, embora se autodenomine “movimento”, possui uma feição organizacional, com cargos e funções diversificados que resulta sua eficácia comercial, revertendo-se em uma empresa lucrativa, sustentada a partir de uma enorme concentração de renda e direcionada para uso e fruto de seus mentores.

O aprendiz a serviço das inúmeras atividades que lhe são reservadas no movimento é, igualmente, um temporário, submetido aos mais variados sistemas de prêmios, que o tornam tanto passível de galgar cargos mais importantes dentro da estrutura quanto sujeito às formas mais aviltadas de uma outra ordem de premiação (castigos, punições).

Exposto a uma “tarefa que nunca termina” vira, por excelência, refém de uma moratória ilimitada, um modo de trabalho cujo “controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado”, produtor de um corpo aprendiz confinado e endividado.

Um outro mecanismo a ser enfrentado, e que tem lançado jovens em uma rede de microterritórios de delinqüência, é a recente política de criminalização de crianças e jovens das camadas populares.

Nesse aspecto, Batista (1999), em sua pesquisa sobre drogas e criminalização da juventude pobre do Rio de Janeiro, constata, no ano de 1988, a curva sempre ascendente da incidência de criminalização por cocaína e do tráfico, comparando-a, mais recentemente, com o ano de 1995, por meio de dados extraídos dos processos do arquivo do Juizado de Menores. A autora verifica que, em 1995, as infrações envolvendo adolescentes e drogas adquirem a proporção de cerca de 50% do universo de entradas no Juizado de Menores do Rio de Janeiro.

Estudando e problematizando esses dados, a autora nos alerta para o fato de que, se na década de 60 instaurou-se toda uma política de criminalização, em função

da situação de pobreza de crianças e jovens, atualmente esse processo parece ganhar consistência por meio de um outro dispositivo: a posse de drogas e armas conjugada com as formas diferenciadas de controle do sistema penal e o tratamento dado aos jovens pobres e ricos.

Não estamos, com isso, negando o expressivo envolvimento dos jovens com as atividades ilícitas do tráfico, que desde o início da década de 80 organiza-se como uma atividade estruturada, ofertando as funções de gerentes, olheiros, seguranças e aviões (Batista, 1999).

No entanto, não podemos deixar de perceber que a forma de atuação do aparato jurídico-policial e a incorporação, no sistema penal, das equipes técnicas (psicólogos, psiquiatras, pedagogos, médicos e assistentes sociais) acabam funcionando como verdadeiras fábricas de contenção social.

Reduzida a questão, resta-nos aceitar esse perfil de juventude perigosa que contribui apenas para intensificar o *apartheid* e o confinamento, traduzindo-se, mais uma vez, em uma política de extermínio de jovens empobrecidos, tornados, de antemão, traficantes.

Nessa fabricação propiciam-se os “argumentos para uma política permanente de genocídio e violação dos direitos humanos contra classes sociais vulneráveis”. Tal realidade com que os programas defrontam-se cotidianamente, requer alianças, presença pública e muita capacidade inventiva.

Contudo, esses processos que normatizam a vida do jovem aprendiz, fundamentalmente dos que vivem em situação de pobreza, além de heterogêneos, não são lineares e podem entrar em contato com outras maneiras de pensar e de recompor as relações entre juventude, saúde e trabalho. Nessa acepção, entendemos que os programas endereçados a esses aprendizes podem servir como uma espécie de laboratório social, cujo campo de experimentação se esboça a partir da construção de territórios existenciais aptos a produzir diferentes formas de engajamento à vida.

A idéia de laboratório social vincula-se à necessidade premente de que os embates laborais, afetivos, existenciais, sociofamiliares desses jovens, possam se engajar e se transformar em agenciamentos concretos, multiplicados pela criação de espaços-tempos de convivência que dêem vazão a novas formas de inclusão.

Tal necessidade se exacerba quando, atualmente, estamos imersos em um modo dominante de subjetivar, cuja principal característica – além de originar-se da má distribuição de renda, do desemprego e/ou subemprego, do processo de degradação de grande parcela das políticas sociais – reside numa espécie de crença na fatalidade. Ou seja, a sociedade tornando-se cada vez mais inerte, conservadora e consumista de muitas ilusões – veiculadas principalmente pela mídia, que fabrica condutas, gestos e afetos.

Retomando a questão do aprendiz e seu encontro com o campo do trabalho, aguça-se a necessidade de avaliar quais os componentes e que tipos de acontecimentos permitem acessar linhas descontínuas cujas forças possam combater, enfrentar e inventar configurações originais que resistam às formas padronizadas de subjetivação vigentes, especialmente em se tratando de uma juventude que vive um processo histórico de opressão e guetificação. Sobre esse aspecto, especula-se que haja:

“(…) uma experimentação subjetiva que acontece nos grupos marginalizados ou oprimidos que, por manterem uma distância, ao mesmo tempo desejada e forçada em relação aos focos de poder, se deslocam mais facilmente da subjetividade normalizada” (Caiafa, 2000: 68).

Tomando como lente a composição saúde e trabalho, essa experimentação subjetiva esteve implícita, em suas linhas flexíveis ou duras, contínuas ou descontínuas, no trânsito do aprendiz das calçadas e sua convivência com a dor e a delícia dessa circulação; na sua ânsia por profissionalização em meio a uma conjuntura desigual, dada a natureza excludente que ela comporta; no experienciar o “gesto brusco” de ser lançado como combatente em um mercado de guerra – foram esses, entre outros tantos, os territórios, as práticas e as instituições que continuam a tomar crianças e jovens como seus eternos aprendizes.

Esses aprendizes, por sua vez, no encontro com as forças do fora, tentam, alguns insistentemente, traçar contornos singulares buscando, questionando, rebelando, na duração de suas existências, algo que mereça, de fato, ser vivido na sua eternidade, ou, como diria o poeta: “que seja infinito enquanto dure”.

Entretanto, essa duração deve se transfigurar em pequenos ensaios que possam suprir o gesto brusco e sua pressa de abreviar, já que “é preciso um lapso de tempo para que a experiência se dê”, de modo que a vida não tome um sentido limitado (Caiafa, 2000: 19).

Se existem práticas abreviando e destituindo os solos que devolvem ao aprendiz o sentido de ser um experimentador de si, cabe-nos identificar aquelas que tentam sempre escapar a esses mesmos solos minados, que imprimem à existência um sentido restrito, de modo a dar-lhes um plano de consistência, aproveitando todas as ocasiões de ativação dessas práticas e/ou acontecimentos.

De acordo com Guattari, um dos dispositivos privilegiados de ativação de práticas revolucionárias encontra-se na arte que, dada a sua natureza dissidente, estaria numa “posição favorável para deflagrar uma experimentação subjetiva em larga escala”. Essa arte é entendida como um campo criador que, ao resistir aos focos de subjetivação dominantes, desencadeia “processos de singularização”, já que:

São, de fato, as máquinas estéticas que, em nossa época, nos propõem os modelos relativamente mais bem realizados desses “blocos de sensação suscetíveis de extrair um sentido pleno a partir das sinaléticas vazias que nos investem por todos os lados. É nas trincheiras da arte que se encontram os núcleos de resistência dos mais conseqüentes ao rolo compressor da subjetividade capitalística, a da unidimensionalidade, do equívoco generalizado, da segregação, da surdez para a verdadeira alteridade” (Guattari, 1992: 115).

No caso do nosso foco temático, a arte enquanto força transformadora dos modos de vida, ao engajar-se com o corpo aprendiz, provocaria mutações subjetivas que, por sua vez, deflagraria interferências políticas no par saúde e trabalho.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao corpo, tais mutações se encontram intimamente ligadas a uma estética – estética compreendida como *aestesis*, ou seja, como sensibilidade. Em segundo lugar, por se tratar de um corpo aprendiz subordinado, historicamente, à tirania do enclausuramento, da assepsia, do extermínio, da guerra, do mercado, entre outras, a questão ética teria como campo de enfrentamento aproximar, reconciliar e, especialmente, recriar uma condição de aprendiz em que arte e trabalho não sejam planos distantes ou mesmo inconciliáveis.

A ética em questão é a ética da afirmação, tal qual expressa na idéia do aprendiz como um experimentador de si, ou seja, um aprendiz que irá se insurgir contra os valores eternos, posto que os mesmos são “históricos, advindos ou em devir” (Nietzsche, 1987).

“(...) segundo a ética, apontada por Nietzsche, o que é fundamental, seja qual for o encontro, é a maneira como se encara esse embate. No modo afirmativo, o ser fará síntese com o próprio acontecer, o que significa ‘honrá-lo com seu próprio querer’, estando inteiro em cada ato. Aqui o ser não é distinto do evento, mas pura afirmação, só que esta afirmação é sinônimo de criação (...) se o ser e o acontecer são a mesma coisa, o ser passa a ser sinônimo de devir. É um acontecendo, posto que o real se tornou o próprio porvir” (Lima, 1996).

Não obstante, nessa perspectiva ética e por isso estética, o corpo torna-se, por excelência, matéria de problematização. Dentro dessa ótica, o corpo é concebido como uma reunião de forças, a qual comanda e obedece, conforme Spinoza, potência de afetar e ser afetado. O corpo é sempre um campo de forças, por isso é entendido como algo que se produz. Enquanto produção, não podemos separar, no caso do nosso tema, o corpo aprendiz do seu meio, nem mesmo compreendê-lo fora das relações e de suas afecções, ou, dito de outro modo, de seus encontros.

Assim sendo, segundo o âmbito da ética e da estética, a questão crucial torna-se: como produzir um corpo forte? O limite do corpo, nessa acepção, diz respeito a tudo aquilo que ele pode, daí seu caráter de embate e ultrapassamento. Entretanto, o que pode um corpo alude, por conseguinte, a uma série de experimentações que possam produzir um corpo intenso disposto a honrar o acontecer com o seu próprio querer. Esse corpo intenso é nomeado por Artaud, conforme apontado nos estudos de Deleuze & Guattari (1996), como corpo sem órgãos (CsO):

“Um CsO é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades. Somente as intensidades passam e circulam. Mas o CsO não é uma cena, um lugar, nem mesmo um suporte onde aconteceria algo. Nada a ver com um fantasma, nada a interpretar. O CsO faz passar intensidades, ele as produz e as distribui num *spatium* ele mesmo intensivo, não extenso. Ele não é espaço e nem está no espaço, é matéria que ocupará o espaço em tal ou qual grau – grau que

corresponde às intensidades produzidas” (Deleuze & Guattari, 1996: 13).

Partindo do pressuposto de que a produção desse corpo intenso é concomitante ao processo desejante, podemos afirmar que desejar implica em produzir um corpo sem órgãos (CsO). É importante compreender que um CsO, apesar da expressão, não é oposto aos órgãos, mas refere-se a um corpo não subordinado à tirania do organismo.

Mas em que consistiria um órgão liberto do organismo? Nada mais do que uma força intensiva liberta das organizações e suas forças funcionais, que significa afirmar, em outros termos, que a produção de um corpo intenso ou de um CsO pressupõe uma desorganização do organismo, podendo pensá-la como uma descodificação e/ou desterritorialização.

Segundo Artaud, sem essa desorganização não é possível atingir a matriz intensa da própria vida. Em se tratando do aprendiz, visto sob a ótica da composição de saúde e trabalho, o desejo, tomado enquanto processo foi, de modo dominante, subordinado a tiranias das mais diferentes ordens. Porém, paralelamente a esse processo, um CsO rebelava-se no aprendiz arregimentado por forças que resistiram à produção de subjetividades padronizadas.

Arregimentar forças que criem rupturas com a subjetividade capitalística não dispensa a ética, já que a questão não se reduz, apenas, a produzir um CsO, mas consiste, especialmente, em dar-lhe consistência, fazendo com que possa ser preenchido por intensidades alegres que favoreçam a expansão e a criação do próprio processo desejante.

Retomando a aposta tecida por Guattari, as máquinas estéticas que trabalham com a produção de subjetividade, e neste estudo propomos conectá-las com o corpo aprendiz, trazem o vigor de reunir forças de modo a investi-las na composição de territórios existenciais consistentes:

“(…) a arte tem a ver com as experimentações subjetivas na clínica, no espaço das cidades, nas relações quotidianas, nas escolas etc. Embora de alguma forma todos estejam envolvidos com a produção de subjetividade, alguns lugares especiais de experimentação tornam-se focos importantes” (Caiafa, 2000: 69).

Portanto, se o vínculo e o exercício com a arte trazem a potência de colocar em análise a destituição de territórios existenciais infligidos aos jovens, não os aceitando como estados de fato, mas encarando-os como processos que demandam o seu avesso, ou seja, criar um plano de consistência para o corpo aprendiz. Vale, por conseguinte, avaliarmos quais seriam, atualmente, os desafios a serem enfrentados.

Pretendemos, através de uma experiência de natureza profissionalizante com jovens, realizada no campo das ONGs, expor tais desafios trazendo o conjunto de relações que sustentou - e ainda sustenta – os sentidos e valores relativos às noções de trabalho e de saúde.

Ao trazermos as linhas que tecem o que podemos chamar de um “modo trabalho” e de um “modo saúde” que predominaram no Brasil, colocamos em análise algumas das interferências presentes na combinação desses dois modos e seus efeitos na conformação do corpo do jovem aprendiz, especialmente, daqueles cujas condições de existência foram pautadas pela miséria material e subjetiva.

Eleger como espaço de experimentação as ONGs deve-se ao fato de que a partir, sobretudo, da década de 90 uma grande parcela dessas entidades toma para si a tarefa de trabalhar com crianças e jovens. O exercício cotidiano com esse grupo específico traz, como efeito, uma visão particularizada das questões atuais demandadas pelos diferentes aprendizes que participam desses programas.

Outro aspecto a ser ressaltado é o investimento, de muitas dessas organizações, na formação artística e cultural dos aprendizes, e a aposta de que tal formação, ao abranger a arte e a cultura como ferramentas privilegiadas, possa promover outros meios de viver, ser e sentir a vida e o trabalho, que, por nosso lado, consideramos ser fundamental analisarmos.

Entretanto, antes de nos determos na experiência propriamente dita, pretendemos abordar como as ONGs vão se constituindo historicamente, ganhando legitimidade no espaço público. Apontamos, também, as mudanças operadas na sua interlocução com o Estado e com a sociedade civil organizada e as redefinições a que estarão sujeitas quanto ao seu papel social na esfera pública.

### *O corpo aprendiz sob os cuidados de uma nova filantropia*

A pretensão de compreender os modos de subjetivação presentes na produção do corpo e da condição de aprendiz, por meio da inserção de jovens nos programas voltados a uma orientação profissionalizante artística e cultural, implica uma tarefa complexa, porém de extrema relevância, se considerarmos que nesse campo de atendimento, nos anos 90, o lócus de execução traz uma forte atuação das ONGs.

A trajetória das ONGs no Brasil sofreu mudanças substanciais em termos de inserção, participação e gestão na esfera pública, tendo como efeito a adoção de “novas práticas e relações com interlocutores históricos, nomeadamente o Estado e os movimentos sociais”, que devem ser compreendidas de acordo com as conjunturas políticas específicas, assim:

“No Brasil, com o início do regime militar, na década de 60, as atividades das ONGs não eram bem vistas pelas instâncias governamentais, devido aos trabalhos de assessoria a trabalhadores urbanos e rurais, em que se questionava a ordem vigente, e a prática buscava uma reflexão dos grupos sobre a sua própria situação social (...) As ações eram semiclandestinas e investiam na continuidade de trabalhos inseridos na linha da educação popular, desenvolvida desde a década de 50 pelos chamados Centros de Educação (...) Por desenvolverem atividades de cunho social sem conotações lucrativas, as ONGs não geravam recursos financeiros próprios. A continuidade e execução dos trabalhos necessitavam de financiamento para a viabilidade material de sua efetivação. O acesso aos fundos públicos no país não estava disponível para estas instituições devido ao caráter de suas ações num regime marcadamente ditatorial” (Fraga, 2002).

Pautadas por um ideário desenvolvimentista que primava pela autonomia dos movimentos sociais envoltos com as causas populares e a luta pela democratização da sociedade brasileira, essas entidades assumiram, nas décadas de 60 e 70, a importante função de mediadoras de atores sociais emergentes, prioritariamente aqueles referidos à questão sindical e aos movimentos populares de bairro.

Desse modo, a relação estabelecida com o Estado preservava uma distância acentuada, apesar de o contexto político se mostrar mais aderente às



reivindicações dos movimentos sociais e de bairro e da expansão, nesse período, de ONGs e outras entidades dedicadas a temáticas acerca do meio ambiente, das minorias étnicas e sexuais. Os principais motivos alegados ao não-acionamento de parcerias entre tais agentes seriam:

“(…) a) nesta conjuntura, era marcadamente significativo nas ONGs um ideário pautado na auto-organização popular e na autogestão social, referências de modelos de sociedade; b) o Estado era a organização política antagônica de tais princípios norteadores” (Fraga, 2002).

Contudo, na década de 90 percebe-se, no campo de atuação e do papel desempenhado pelas ONGs, até então, significativas mudanças em função de alguns fatores, a saber:

“(…) um alargamento de sua especificação; novas relações com o Estado; crise nas fontes tradicionais de financiamento oriundos da cooperação internacional; novos parâmetros de relação com os movimentos sociais. De outra forma, cada vez mais, vão se apresentar como espaço de trabalho para muitas pessoas, algumas migrando dos movimentos sociais. No caso de algumas temáticas, este movimento foi relevante para o seu fortalecimento estimulador, como contrapartida, de uma certa desmobilização dos movimentos sociais.” (Fraga, 2002).

O alargamento na especificação das ONGs se faz perceber na pluralidade de temas, na renovação de agentes e nas alianças estabelecidas no trabalho promovido por essas entidades, tendo como efeito uma diversificação quanto a suas atividades, origens e objetivos, e fundando uma variedade de situações:

“São diversas as instituições das quais saem pessoas ou grupos para fundar uma nova entidade, geralmente continuando atividades e projetos já empreendidos: além das igrejas, também são significativos os vindos de universidades, assim como de órgãos não-governamentais; encontram-se exemplos de gente vinda de entidades beneficentes, assessorias parlamentares, blocos de carnaval, partidos etc. Muitas entidades nascem da fragmentação de outras ONGs, através por exemplo, de processos de especialização em alguma atividade. A militância anterior em movimentos sociais é também uma constante, estando nas raízes para criar uma entidade” (Landim, 1996).

Nota-se, nesse período, uma fragmentação e conseqüente especialização no que concerne à forma de lidar com problemas de natureza social. Proliferam-se agentes, entidades, ativistas, muitos dos quais extraídos dos movimentos ambientalistas, sindicais, feministas, étnicos e de gênero. Por meio desses agentes, motivados, em parte, pelas “idéias de autonomia, flexibilidade organizativa e profissionalização que a fórmula ONG evoca” , assiste-se, paulatinamente, a um processo de institucionalização crescente dessas organizações quando absorvidas por organismos formais de representação.

Com uma autonomia cada vez mais relativa, na medida em que seus interesses dependem das articulações tecidas junto às burocracias e empresas estatais, sofrem o risco de ver sua flexibilidade organizativa ser orientada por fins, muitas vezes, alheios aos objetivos e interesses que as constituíram. Finalidades que as distanciam de seu surgimento histórico fundadas, de modo geral, na direção de um espaço particular e diferenciado de atuação no que diz respeito às intervenções de natureza social, de caráter alternativo e experimental. No mais, o crescente interesse por investimentos na profissionalização de seus quadros pode tornar-se o meio mais garantido de transformar essas organizações segundo o modelo empresarial, atualmente dominante.

Essa tendência difere, substancialmente, da necessidade de imprimir um processo contínuo de formação que atenda à demandas cotidianamente geridas no processo de trabalho junto a esses setores específicos.

O alargamento na participação das ONGs em esferas representativas encontra-se, inclusive, justificado no texto da Constituição brasileira de 1988, quando cria “mecanismos de participação de instituições não-governamentais em conselhos, execução de atividades e fiscalização da coisa pública” (Fraga, 2002).

No entanto, a questão da representatividade social das ONGs gera conflitos, especialmente com os movimentos sociais de base. Embora essas entidades façam movimentos de denúncia e de luta pela melhoria das condições de vida da população, coloca-se em questão a ausência efetiva de participação popular e as “dificuldades de abrir discussões com a população sobre aquilo que elas definem

como tarefas delas, de representação e de defesa dos interesses populares” (Camurça 1994: 62).

Ainda que o esvaziamento dos movimentos sociais de base não esteja vinculado, exclusivamente, ao papel que passam a assumir as ONGs nas instâncias representativas, não podemos desconsiderar sua importância quando essas entidades abandonam as noções de mediação e articulação no trabalho com esses agentes sociais, reivindicando a condição de atores sociais.

Na condição de atores sociais, as ONGs, além de buscar uma identidade própria, autônoma em relação ao Estado, às Igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais, trabalham no sentido de assumir o papel de defensoras, formuladoras e propositoras de políticas públicas específicas nas diferentes áreas temáticas em que atuam.

Paradoxalmente, o papel de articuladoras de interesses de ordem pública aproxima essas entidades do Estado, dando novas feições às relações estabelecidas até então. Sucede-se ao fato a discussão, já em andamento, acerca do acesso aos fundos públicos, precipitado e acirrado pela crise financeira que abala as ONGs em função dos cortes e redução de recursos internacionais. O debate sobre o posicionamento das ONGs frente ao Estado gera dilemas expressos na questão:

“Como reforçar a emergência de novos atores sociais, a luta pela cidadania, a descentralização da gestão pública, sem substituir o Estado e cair na armadilha de reforçar o esvaziamento de suas funções?” (Fraga, 1995: 123).

Para fugir a essa e outras armadilhas arquitetadas pelo processo de reestruturação da sociedade brasileira em curso, bem como da crise do Estado que se encontra na sua origem, as ONGs se vêm diante de um grande desafio “à medida que interiorizam o processo da globalização como um dado objetivo e tentam influir na disputa de seus rumos” (Durão, 1995: 10).

Esses rumos passam a ser orientados pela noção de atores sociais emergentes defendida pelas ONGs e oscilam, de um modo geral, entre dois posicionamentos não-consensuais que pautariam a relação com o Estado.

Nota-se, por um lado, uma perspectiva que defende a necessidade de dialogar com o Estado, dado o papel das ONGs como defensoras do interesse público. Por outro lado, as que divergem, assinalando a inviabilidade de estabelecer parcerias com um Estado privatista, pautado em políticas assistencialistas, e que se ausenta do seu papel de executor de políticas públicas.

Entre os dois posicionamentos ensaiam-se, paulatinamente, uma infinidade de projetos, programas e propostas, promotores de experiências que englobam trabalhos portadores de naturezas e valores distintos: comunitárias e de solidariedade; voluntaristas e filantrópicas; elitistas e assistencialistas; de justiça social e de participação cidadã; empresarial e mercadológica.

Embora com princípios e valores totalmente diferenciados, torna-se cada vez mais dominante a idéia de eficácia nas práticas desenvolvidas pelas ONGs, com maior predominância em outras entidades e empresas que compõem o terceiro setor, em relação às ações desenvolvidas pelo Estado na execução complementar de políticas sociais.

Atualmente, essa parceria entre o terceiro setor e o Estado vem sendo redimensionada, muito em função das exigências próprias ao neoliberalismo que, em nome de uma maior liberdade do mercado, diminui a participação do Estado nos investimentos sociais trazendo subjacente a ampliação do que vem sendo designado como uma nova filantropia:

“É tempo de uma nova administração restrita a um patamar mínimo de atendimento estatal, norteada por uma nova política de tributações, facilitadora do investimento de impostos de empresas em organizações não-governamentais que se responsabilizam pelo atendimento a carentes, abandonados e vítimas de violências em geral.” (Passetti, 1999: 366-367).

Analisando as ações empreendidas pelo terceiro setor a partir de uma gestão empresarial, essa nova filantropia teria uma função estratégica. É o que vem sendo nomeado como filantropia estratégica, compreendida como a alternativa e a

possibilidade das empresas de dispensar recursos em uma causa ideal, capaz de acarretar o máximo de impacto com um mínimo de recursos. Nessa modalidade de investimentos na esfera social, especialistas do setor assinalam um capitalismo que “não desqualifica as recentes motivações empresariais voltadas para responsabilidade social e ambiental”. Essas motivações encontram-se representadas por uma nova geração de empresários que buscam “transformar um capitalismo de resultados em um capitalismo de benefícios”. (Zioni, 2000).

Não obstante, cabe avaliarmos nessa racionalidade, que busca conjugar o máximo de impacto com um mínimo de recursos, qual a extensão de seus benefícios, em função da forma como essa nova filantropia funciona no campo do atendimento:

“(…) como meio para contenção de custos do Estado, e simultaneamente como geradora de empregos no âmbito privado. Ela responde socialmente pela superação do desemprego de funcionários na esfera governamental, ao mesmo tempo que libera os empresários para fazer filantropia, reduzindo o pagamento de seus impostos. Não se faz mais filantropia como antigamente, ao custo do próprio bolso, da caridade religiosa, nem como, até recentemente, à custa do Estado. É o terceiro ciclo da filantropia que se inaugura na república brasileira, seguindo o da filantropia privada e depois o da filantropia estatal” (Passetti, 1999: 368).

Nesse terceiro ciclo, inaugurado por uma nova filantropia, nota-se um esvaziamento da esfera pública e de sua função como um campo de explicitação de conflitos e dissenso, que dariam visibilidade às questões de natureza social, trazendo, do mesmo modo, um desmonte do campo político democrático que vinha se constituindo nos últimos anos.

Um dos efeitos perceptíveis desse desmonte é o processo por meio do qual a idéia de cidadania e direitos se metamorfoseia em participação comunitária, e no lugar de sujeitos de direitos, pleno de significações de caráter político, entra em cena a figura do usuário de serviços (Telles, 1998).

Isso culmina no “reordenamento comunitário das políticas sociais”, e os direitos, quando focados, por exemplo, nos processos em curso na esfera do trabalho, se transformam em “benefícios concedidos como recompensa às competências

individuais e individualizadas nas novas práticas de gestão da força de trabalho”. Para os desempregados ou os que se inserem via trabalho precário, “a privação de direitos significa uma experiência na qual o mercado parece operar com a aleatoriedade própria dos fenômenos da natureza, e as adversidades do emprego e do desemprego tendem a se confundir com os azares de cada um” (Telles, 1998: 115).

Um outro aspecto, levantado por Telles, diz respeito à gestão técnica da miséria, por meio do estabelecimento de parcerias com programas sociais que reduzem o combate à pobreza com intervenções que garantem apenas “os mínimos vitais de sobrevivência” para a população atendida, através de práticas filantrópicas pautadas em uma solidariedade de ordem meramente moral.

A redução drástica de investimentos governamentais na área social e a constatação de que as iniciativas imprimidas por uma filantropia de caráter eminentemente empresarial atingem “apenas uma parte ínfima dos necessitados” colocam em risco a qualidade de intervenções nesse âmbito e seu alcance. Acrescem-se, ainda, à problemática juvenil os aspectos conjunturais como ausência de empregos, acirramento da precarização nas relações de trabalho, as raras e frágeis políticas de geração de emprego e renda, assim como as poucas iniciativas em termos de políticas sociais de inclusão que herdamos nossos jovens.

A questão é que entre concepções tradicionais, consensuais, ou mesmo às avessas das práticas ditas filantrópicas, assistenciais e de participação cidadã, multiplicam-se os investimentos e interesses, sejam eles empresariais, estatais ou não-governamentais em torno de crianças e jovens em situação de pobreza.

De acordo com um levantamento realizado em pesquisa elaborada por Leilah Landim no ano de 1996, aparece um predomínio de ações, por parte das ONGs, direcionadas a crianças e adolescentes, isso sem abordar outras associações, fundações e empresas do terceiro setor.

Foram enviados questionários a um universo de 164 entidades filiadas à Abong, das quais 145 enviaram respostas. No que se refere à principais categorias de público atingido, 79 (ou 63, 7% do universo pesquisado) responderam ser o

trabalho realizado com crianças e adolescentes uma das cinco principais categorias de beneficiários, conforme aponta a tabela a seguir:

**ONGs, SEGUNDO PRINCIPAIS CATEGORIAS DE PÚBLICO ATINGIDO\***

Público-alvo	Nº entidades	%
Crianças e/ou adolescentes	79	63,7%
Movimentos urbanos	65	52,4%
Ass. moradores/mov. bairro	58	46,6%
Mulheres	52	41,9%
Outras ONGs	32	25,8%
Público em geral	28	22,5%
Sindicatos rurais	28	22,5%
Pequenos produtores	26	20,9%

\* Admitidas respostas múltiplas

Fonte: Revista Problemas Brasileiros <<http://www.kanitz.com.br/artigos.htm>>

Ao revisitarmos quem se ocupa, atualmente, de modo preponderante do aprendiz, acessamos a condições, os impasses e os embates produzidos em meio a projetos, idéias, instituições e práticas que prescrevem, nomeiam e designam lugares sociais, circunscrevendo-o entre uma direção mais privatista, ligada à esfera da produção, e outra, dentro de um caráter público, atrelada à esfera do Estado.

Não obstante, a limitação de um campo de experimentação junto ao aprendiz à esfera do mercado e/ou à esfera do Estado corre o risco de aprisioná-lo num processo circular, formando, desse modo:

“(…) uma verdadeira trama, complexa a ser deslindada e fundamental para entender o problema. Essa trama acaba por alimentar a própria circulação. São tantas as mudanças de curso que sofrem as políticas de atendimento, tamanha a injunção de fatores que vão desde a competição por recursos, passando pela rivalidade política, até o desconhecimento das novas regras do jogo que toda nova configuração implica, que o estímulo a circular e a se virar se intensifica, na experiência diária de adotar uma posição que traga benefícios segundo cada tipo de prática adotada” (Gregori, 2000: 58).

Nessa circulação e viração, práticas efetivas vão sendo conduzidas e dirigidas ao aprendiz e das quais ele tenta se apropriar, estabelecendo vínculos de natureza diversa. Daí a vital importância de compreender a natureza desses vínculos, de modo que possam ser recompostos e abalizados tendo como eixo norteador um conjunto de valores ético-políticos e estéticos, os quais articulem a problemática social à existencial, de modo que haja um enriquecimento mútuo entre seus componentes.

Para tanto, é preciso considerar os níveis macropolíticos que as práticas sociais engendram quando buscam recompor as lutas democráticas, as forças políticas e sociais em jogo, mas, igualmente, os de ordem da micropolítica que se dirigem a uma reapropriação da vida social e subjetiva. Isso porque é sob o domínio dos processos de produção de subjetividade que o capitalismo expande, de modo cada vez mais impetuoso, suas fronteiras.

Como assevera Guattari, há um tipo de democracia da vida cotidiana que convém, continuamente, inventar e que reverbera no sentido do dissenso, ou seja, no sentido de produzir processos de singularização que inventam um novo tipo de subjetividade.

Essa invenção, apreciada por uma perspectiva de saúde que toma o aprendiz como um experimentador de si, somente será gestada na produção de sentidos que não se rendam às significações dominantes, e que buscam, ininterruptamente, submetê-lo a valores estabelecidos.

### ***O aprendiz e a interferência da arte***

Entre a fragmentação e a pluralidade de trabalhos realizados, predominantemente, por ONGs, junto a crianças e jovens pobres, crescem as experiências que tomam a arte e a cultura como instrumentos privilegiados de oposição e recusa a essa grande máquina de produção de subjetividade capitalista na tentativa de criar modos de subjetivação singulares, que se referem a:



“(...) modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são nossos” (Guattari, 1986:17).

Mas não basta que enunciemos as palavras “arte” e “cultura” para que estejam dadas as condições propícias à criação de processos de singularização. Isso porque ambas, no decorrer dos processos históricos, aparecem articuladas a valores e sentidos diversos.

Em seu sentido mais antigo, o campo da arte e da cultura surge como atividades desinteressadas, promotoras do espetáculo do belo em si, ou ainda como catarse, sublimação, purificação em direção àquilo que nasce no horizonte como um modelo a ser seguido. Arte e cultura corresponderiam, nessa acepção, a uma categoria geral de valores que designariam os diferentes níveis artísticos e culturais, divididos entre os que pertencem aos meios cultos e aqueles que pertencem aos meios incultos (Guattari, 1986).

Um outro sentido advém da renúncia a uma referência geral de arte e cultura, tal qual esboçada anteriormente, reivindicando uma espécie de policentrismo artístico e cultural, sendo que a cada etnia, povo, grupo social será atribuída uma identidade que lhe é própria, tentando isolar a esfera da cultura e da arte da maneira como cada etnia, povo ou grupo social produz bens e relações sociais. Esse sentido deve-se, em particular ao desenvolvimento da antropologia cultural e das correntes estruturalistas e culturalistas que, ao tentarem escapar aos “sistemas de apreciação etnocêntricos”, acabaram, em certa medida, multiplicando os etnocentrismos:

“Da mesma maneira que o burguês fidalgo de Molière descobre que ele ‘faz prosa’, as sociedades primitivas descobrem que ‘fazem cultura’ (...) E descobrem isso sobretudo no momento em que as pessoas vêm lhes tomar a produção para expô-la em museus ou vendê-la no mercado da arte ou para inseri-las nas teorias antropológicas científicas em circulação. Mas elas não fazem nem cultura, nem dança, nem música. Todas essas dimensões são inteiramente articuladas umas às outras num processo de expressão (...) Ou seja, elas não assumem,

absolutamente, essas diferentes categorizações que são as da antropologia” (Guattari, 1986:18-19).

Por último, arte e cultura comungam do sentido que as tomam como mercadorias (equipamentos, pessoas, filmes, livros, entre outros), a serem produzidas e difundidas no mercado de capitais e que se modificam incessantemente.

Atualmente, esses diferentes sentidos, historicamente enunciados e, sucessivamente, designados por Guattari (1986) de cultura-valor, cultura alma-coletiva e cultura-mercadoria, não são excludentes, mas simultâneos e mantêm relação de complementaridade:

“A produção dos meios de comunicação de massa, a produção da subjetividade capitalística gera uma cultura com vocação universal. Esta é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho, e na confecção daquilo que eu chamo de força coletiva de controle social. Mas, independentemente desses dois grandes objetivos, ela está totalmente disposta a tolerar territórios subjetivos, que escapem relativamente a essa cultura geral. É preciso, para isso, tolerar margens, setores da cultura minoritária – subjetividades em que possamos nos reconhecer, nos recuperar entre nós numa orientação alheia ao Capitalismo Mundial Integrado” (Guattari, 1986:19)

Mais do que tolerar essas margens, os processos capitalistas têm se esforçado em ampliá-las, instaurando e propagando, por meio de um falso democratismo, arte e cultura segundo a lei de liberdade de trocas. Porém, omite-se que o campo social que recebe a cultura difundida não participa, igualmente, da cultura capitalista dominante.

Contudo, para além de buscar uma legitimidade dessa cultura, engendrada pelas leis do mercado e de capitais, impregnada nos mais diversos níveis sociais e produtivos, o que significaria agenciar “outros modos de produção semiótica” que escapem aos sentidos de arte e cultura produzidos no percurso da história?

Trata-se, por conseguinte, de trabalhar os campos da arte e da cultura a partir de uma sensibilidade estética, na sua “dimensão de criação em estado nascente”. Uma criação em estado nascente corresponde, igualmente, a uma atitude que aposta no devir, no tempo e na mudança dos modos de vida.

Essa é a aposta travada, incessantemente, nas linhas descontínuas delineadas pelo aprendiz enquanto um problematizador de si mesmo, ávido na produção de sentidos que coloquem em análise as significações dominantes tornadas verdades eternas quando no seu encontro com o trabalho. E ao produzir sentidos, que é, do mesmo modo, colocar-se na disposição de criar, o aprendiz estará fazendo consistir mundos por vir.

Entretanto, tal disposição, intrínseca ao campo da criação, somente se realiza por agenciamentos concretos operados por experimentações sociais que tenham a capacidade de travar uma “briga encarniçada contra a pobreza de opções disponíveis no mercado da vida” (Pelbart, 1993).

No trânsito estabelecido até aqui, neste trajeto-escrita com os diferentes aprendizes, salta aos olhos a pobreza de modelos que lhes são ofertados. Destarte, um combate urge ser travado e acirrado, continuamente, pelo sentido aprendiz que traz consigo a esfera da criação como companheira de viagem. Nessa viagem, toma-se como lente o par, saúde e trabalho, forjando nessa composição as forças cultivadas às avessas do equilíbrio, contrárias ao senso adaptativo e às idéias verdadeiras, próprias de uma saúde asséptica. Para tanto, algumas indagações problematizadoras se fazem, sempre, necessárias para as experimentações sociais que utilizam ferramentas no campo da arte e da cultura.

A que perspectiva os modelos eleitos no campo da criação, mesmo na sua provisoriedade, correspondem? Que forças são ativadas no aprendiz e seu encontro com experimentações no campo do trabalho em seu aspecto criador? Que forças reativas são, do mesmo modo, instauradas no corpo aprendiz e que tramam restringi-lo e submetê-lo a valores estabelecidos de modo alheio a suas inquietações mundanas? Com que interesses essas forças se apresentam, ou seja, no interesse de qual tipo de vida? Que tipo de saúde produzem essas diferentes forças, ativas e reativas, que se instrumentalizam na tríade saúde, trabalho e arte? (Pelbart, 1993).

Com essas indagações decorrentes de um percurso orientado por valores de natureza ética e estética junto aos aprendizes, faremos uma espécie de ritual de passagem, nos aproximando de uma importante experiência realizada com jovens

da periferia da cidade do Rio de Janeiro, com uma formação profissionalizante voltada para a área artística e cultural.

Nessa forma de vinculação, com aquilo que nomeamos de laboratório social, oportunizamos o contato com o dia-a-dia institucional, firmando o desejo de que os frutos do trabalho de pesquisa pudessem servir para a vida dos jovens por meio dos programas e projetos que executam.

Todo o trabalho dessa organização é baseado no desenvolvimento de atividades e habilidades socioculturais, trabalhando no acompanhamento escolar, social, familiar e, mais efetivamente, na idéia de que os jovens fazem parte da instituição. Atualmente, as diversas frentes de trabalhos desenvolvidos na ONG contam com a presença maciça de jovens, seja nas oficinas, na coordenação de projetos, administração e gerência executiva da instituição.

Ao investigarmos os componentes éticos e estéticos, presentes em suas propostas, colocamos em análise, a partir do embate entre as linhas contínuas e descontínuas que condicionaram e ainda condicionam a relação entre saúde e trabalho, aqueles que funcionam como processos criadores e de transformação que, neste estudo, entendemos como produtores de saúde.

### ***Notas:***

<sup>1</sup> Mais recentemente essas iniciativas vêm sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro, organizações de cooperação internacional, como a Unicef e as ONGs (sindicatos, fundações privadas). A partir de 1997, o programa Brasil Criança Cidadã, do Ministério da Previdência e Assistência Social, passou a conceder uma bolsa de R\$ 50,00 por criança retirada do trabalho e encaminhada para a escola. O programa foi implantado em vários municípios e beneficiou inúmeras crianças. No entanto, apesar de o modelo inovar em termos de ações integradas entre os governos federal, estadual e municipal, ele peca quando institucionaliza ações de natureza emergencial, tornando-as soluções definitivas de problemas que demandam políticas de longo prazo. Hoje, muitos dos adolescentes que participaram do programa tiveram que retornar ao convívio com a exploração do trabalho, dada a situação de desemprego no país. Sobre essas iniciativas e uma análise crítica, ver Rizzini (1999).

<sup>2</sup> Referimo-nos a apenas uma parcela de crianças e jovens nas ruas. Isso porque desde a década de 70 os sistemas oficiais de estatísticas, referendados em parâmetros generalizantes, contabilizavam o que se convencionou chamar “meninos de rua”. Tais crianças e jovens eram vistos, por esses sistemas e pelo senso comum, dentro de uma tendência que associava a carência material à ausência de proteção familiar e, não raras vezes, à adoção de condutas delinquentes. Por conseguinte, considerando tal tendência, o número de crianças nas ruas situava-se ora nos milhares, ora nos milhões. De acordo com Gregori (2000), “ a primeira contagem foi feita pelo Ibase na cidade do Rio de Janeiro, utilizando dados relativos a crianças de rua e respectivas mães

atendidas por entidades, e apurou a existência de 1.255 crianças e adolescentes nos logradouros públicos até as 23 horas e 695 às 4 horas da manhã”.

<sup>3</sup> No livro *Vozes do meio-fio*, esse novo personagem urbano é definido como “o sócio do menino, em sua plena expressão, tradutor de seus silêncios, instaurador de sua voz, articulador de seus itinerários tumultuosos, não tanto os da superfície da cidade, mas, sobretudo, os das profundezas de suas subjetividades errantes, presente claro e falante”. (Milito & Silva, 1995: 62).

<sup>4</sup> Trata-se de uma denominação, utilizada por Ribeiro (1995), que se refere ao processo de formação dos primeiros brasileiros a partir de uma diversidade composta por povos estranhos uns aos outros: o branco europeu, o negro e o índio. Este último tornou-se um estranho em sua própria terra, visto que se viu transfigurado em uma nova etnia. Esta nova etnia formada de brasilíndios ou mamelucos se sentia estranha com relação à suas matrizes étnicas e sofriam de duas rejeições terríveis: a dos pais, que os viam como filhos impuros, e a do gentio materno, já que na visão do índio a mulher é apenas um depósito da semente do homem. Portanto, quem nasce é filho do pai. Assim, tornamo-nos brasileiros a partir dessa orfandade generalizada.

<sup>5</sup> Além do acontecimento Candelária, assistimos no mesmo mês, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, à Chacina de Vigário Geral.

<sup>6</sup> A Doutrina de Proteção Integral defendida pela ONU com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma “o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadoras da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e os adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para a promoção e defesa dos seus direitos.” (Costa, 1992).

<sup>7</sup> Em pesquisa realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves), um levantamento sobre instituições estatais e privadas com finalidades públicas, voltadas ao universo de jovens de 14 a 20 anos no município do Rio de Janeiro, entre os anos de 1997 e 1998, identificou-se a área da capacitação para o trabalho como aquela em que mais se concentram projetos. Das 105 instituições investigadas, “contabilizou-se um total de 80 projetos oferecidos por 50 instituições (16 instituições ofereciam mais de um projeto). Nesse conjunto de 50 instituições, 41 eram privadas sem fins lucrativos, oito eram governamentais (duas municipais, duas estaduais e quatro federais) e uma era privada com fins lucrativos. As instituições que desenvolvem os projetos têm como parceiros entidades religiosas (em 13 deles), empresas (cinco projetos), associações de moradores (cinco projetos) e outras organizações (22 projetos), especialmente não-governamentais, nacionais e estrangeiras. Nove delas não informam a existência de parceria e 23 são completamente autônomas”. (Minayo, et alii, 1999).

<sup>8</sup> Aqui o conceito “novo” está referindo a seguinte definição: “Não pensem o novo como novo provisório que amanhã se tornará velho. Esforcem-se para pensar o novo como sendo o inatual, e não uma novidade atual”. Essa citação encontra-se no texto “Pensamento nômade”, apresentado por Gilles Deleuze no Colóquio organizado em julho de 72 pelo Centro Cultural Internacional – Paris.

<sup>9</sup> Este título foi extraído de um artigo publicado no livro *Histórias das crianças no Brasil* e refere-se ao estudo e aprofundamento de uma instituição pública, a Cia. de Aprendizes Marinheiros, criada em 1840, que acolhia os enjeitados da Casa dos Expostos, os enviados pela polícia e os “voluntários”, matriculados pelos pais e tutores. Até o ano de 1864 a instituição ganhou prestígio, pois, diferentemente de outras experiências daquele período, caracterizava-se como um aprendizado que trazia a possibilidade de ascensão social para a infância pobre. Mas, com a Guerra do Paraguai, a instituição sofre uma inversão, em termos de seu processo de formação, expondo crianças às situações de conflito armado. (Venâncio, 1999).

<sup>10</sup> O processo de juvenilização na estrutura do tráfico, de acordo com Misse, deve-se, em certa medida, ao aumento da repressão policial e à prisões, a partir do início dos anos 80, dos traficantes situados na faixa etária entre 26 e 35 anos. Tais prisões abriram caminho aos mais jovens, situados, especialmente, na faixa dos 18 aos 25 anos, a partir de 1986/87. Esse processo vem acompanhado, também, da mudança dos padrões de dominação local, que os diferencia dos traficantes mais velhos. Atualmente, os tipos de dominação que prevalecem são a tirania centralizada e segmentada. A primeira diz respeito à “dominação não-legítima, sem pretensão de legitimidade local, impõe-se um único dono pelo medo e se isola da comunidade local, mas mantém contatos por meio de subordinados nascidos e criados no local. Nasce, geralmente, de invasão e o dono é estranho à comunidade”. Quanto à segunda, os “vários donos estranhos à comunidade disputam o território pela imposição do medo e pela guerra permanente entre si, sem qualquer interesse pelos moradores” (Misse, 2002: 11).

<sup>11</sup> A esse respeito, Adorno, ao analisar trajetórias de crianças que passaram precocemente pela experiência da punição, observa que não há uma biografia típica que aponte para o caminho da delinquência. O autor aborda a operação de um duplo mecanismo caracterizado, de um lado, pelo “abandono progressivo de espaços institucionais da ordem moral e familiar dominante; de outro, pela inscrição dos sujeitos em microterritórios, solo no qual constroem o essencial de suas existências” (Adorno, 1991: 195).

<sup>12</sup> Sobre os cargos e funções do narconegócio e seu aspecto organizacional, vide o trabalho de Antônio Rafael. “A estrutura do movimento” (1998), em que descreve a estrutura hierárquica (o olheiro, o vapor, o soldado, os gerentes, o braço-direito, o patrão) e suas características.

<sup>13</sup> O referido estudo comporta o período entre 1968 e 1988.

<sup>14</sup> De acordo com Batista (1999), a “visão seletiva do sistema penal para adolescentes infratores e a diferenciação no tratamento dado aos jovens pobres e aos jovens ricos, ao lado da aceitação social que existe quanto ao consumo de drogas, permitem-nos afirmar que o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa”.

<sup>15</sup> O termo ONGs não é uma categoria jurídica e parece não haver consenso quanto à delimitação de um campo ou definição, embora alguns insistam em defini-las como uma categoria, socialmente construída que se refere a organizações civis sem fins lucrativos que portam um caráter público.

<sup>16</sup> De acordo com Leilah Landim, a partir de 1993 a Associação Brasileira de ONGs desenvolveu junto ao Ministério de Bem-Estar Social “um movimento que culminou com o reordenamento jurídico-institucional (sanção da nova Lei Orgânica da Assistência Social – Loas – em dezembro de 1993), ampliando-se o conceito de entidade de Assistência Social, o qual passa a incorporar as ONGs que atuam na defesa e garantia dos direitos”. A autora aponta um documento produzido pela Abong, em que está escrito: “Amplia-se assim a definição de modo a abarcar muitas das atividades desenvolvidas pelas ONGs no sentido do enfrentamento da pobreza, da integração dos excluídos ao mercado de trabalho e da promoção da garantia dos chamados mínimos sociais”. Essa citação encontra-se no texto: “ONGs: um perfil – cadastro das filiadas à Abong”, pesquisa realizada por Leilah Landim e publicada em 1996. Quanto ao documento da Abong, refere-se ao Relatório de Atividades - Associação Brasileira de ONGs (Rio de Janeiro, jan/dez 1983).

<sup>17</sup> Avaliando os trajetos que fazem das ONGs um espaço típico de atuação, Landim encontra em sua pesquisa: “grupos de cristãos que por motivos diversos desejam autonomizar-se com relação à estrutura eclesial; técnicos que trabalham em organizações governamentais e reclamam de suas limitações burocráticas ou políticas para realizar determinado projeto; grupos de ativistas de um dado movimento que buscam um espaço para criar assessorias especializadas em assuntos específicos”.

<sup>18</sup> Além das ONGs, um recente estudo sobre o terceiro setor (incluindo as cooperativas, associações, e fundações), feito por duas instituições abalizadas, a Johns Hopkins University e o Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), analisando o crescimento do setor no país constata que, se fosse um país, “teria mais habitantes do que a Bolívia (9 milhões de pessoas assistidas) e seu orçamento (estimado em US\$ 9 bilhões) seria igual ao dessa nação. Duzentas e vinte mil entidades, institutos, associações, fundações e organizações diversas sem fins lucrativos formam no Brasil este ainda pouco conhecido setor, destinado a prestar serviços à comunidade. Nele estão engajados 12 milhões de voluntários, número suficiente para povoar todo o Equador”.

<sup>19</sup> Trata-se de uma prática cada vez mais recorrente que orienta as empresas a não dispersar suas ações e investimentos em recursos na área social. Para tanto, devem abraçar uma única causa que gere a possibilidade de ficar conhecida por ela. Como o Boticário, que associou sua imagem à proteção ao meio ambiente, e a C & A, que investe R\$ 5 milhões por ano em educação infantil. (Zioni, 2000).

<sup>20</sup> Segundo Luiz Carlos Meregé, coordenador do Curso de Administração para Organizações do Terceiro Setor e do Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV paulista, a dimensão assumida pelo terceiro setor já começa a exigir especialização. “O interesse acadêmico e profissional pelo assunto se intensificou a partir de 1995 e, por isso, já existem cursos nas principais universidades e escolas superiores de São Paulo. Além das iniciativas da FGV, podem ser citados o Núcleo de Estudos de Administração para o Terceiro Setor, da PUC de São Paulo, e, na USP, o Centro de Estudos de Administração da FEA. Registre-se também que a Associação Paulista de Magistrados, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tem procurado formar agentes multiplicadores do terceiro setor, ministrando cursos sobre gestão para organizações da sociedade civil. O próprio setor busca sua especialização, o que tem dado origem a um novo ‘mercado’: o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), formado por 42 empresários, dá apoio técnico e financeiro a pelo menos 25 ONGs, em parceria com outra entidade semelhante, o Instituto Fonte, ministrando cursos, dando treinamento e promovendo seminários. O tema vai desde a captação de recursos até sua administração financeira. E associações diversas se encarregam de dar orientação e sustentação a essas atividades. As mais conhecidas são o Iser, a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), a Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o *site* Filantropia”. *Dias, Simone (1998)*.

<sup>21</sup>Um exemplo que ilustra a fragilidade desses projetos, é o Serviço Civil Voluntário, que se encontra referendado a partir de uma orientação solidária, sendo destinado para ambos os sexos, acima de 18 anos e visa preparar uma camada da juventude para o trabalho social, atuando em organizações, hospitais, nas comunidades, com uma bolsa-auxílio de R\$ 50,00.

### Capítulo III

#### *Os aprendizes e a tríade saúde, trabalho e arte*

“(...) o ser humano precisa de não estar sempre no cotidiano, precisa de sair do cotidiano e entrar noutros níveis, noutra sensação do mundo. Precisa de fazer coisas não produtivas, sair da lógica da produção, ter objectivos diferentes desses, precisa de voltar a saber que não há só um caminho entorpecedor e mecânico, que a vida é mais subtil do que isso, mais ricas de redes e nós de sentidos e sensações, de linhas que se cruzam e que baralham e iluminam. É preciso reconhecer essas coisas, assina-las, sublinha-las, não só através do discurso mas também com o corpo, com acções, associando sentidos e elementos, virando de vez em quando as coisas ao contrário, desorganizando e reorganizando. É preciso olear o espírito, olear o ser. É preciso também pensar com o corpo, deixar o corpo falar, pobre corpo, é preciso sair de dentro do porta-moedas e entrar na associação, no delírio, na sujidade (...)”<sup>1</sup>

A necessidade de tratar a tríade saúde, trabalho e arte torna-se, na contemporaneidade, de uma urgência incontestável, como nos inspira o texto da bailarina Vera Mantero. Por isso, nosso desejo, neste capítulo, em particular, de persistir, de modo mais veemente, nas linhas convergentes, divergentes, paralelas e díspares que, atualmente, vêm configurando as formas de vida vigentes para jovens aprendizes inclusos em trabalhos que sofrem a interferência da arte.

Nos capítulos precedentes tratamos da composição de saúde e trabalho e sua relação com os modos de subjetivação dominantes trazendo as formas de dominação política e subjetiva que lhes eram inerentes. São composições esboçadas enquanto efeito de práticas históricas, que confeccionaram pares e tríades com perspectivas singulares de conceber o corpo e a condição de aprendiz.

Na análise das transformações dos processos históricos engendrados no capitalismo, percorreu-se o sentido da experiência aprendiz, desde a Colônia até a República, rastreando os solos em que estas experimentações germinaram. Nesse exercício experimental, interessaram-nos, especialmente, aqueles que portaram a qualidade do novo, própria de todo começo, e criaram um plano de sustentação para o aprendiz.

Dirigindo-nos, agora, para um solo específico em que são promovidas experimentações a partir de um investimento de formação artístico-cultural, nosso

---



estudo buscou analisar o funcionamento dos diferentes modos de subjetivar que, ao entrelaçarem saúde, trabalho e arte, moldam diversos tipos de corpos, entre os quais destacamos o corpo do jovem aprendiz.

Referindo-nos à composição de trabalho e arte, um primeiro desafio, próprio a empreendimentos de natureza artística e cultural, é que eles sejam capazes de criar ressonâncias entre campos, que predominantemente, foram sendo constituídos de modo cindido e estanque.

Se recorrermos a nossa pesquisa histórica, constatamos que no Brasil, especialmente a partir da década de 90, agregam-se, nas intervenções junto a jovens periféricos, elementos e formas de trabalho advindos do campo da arte e da cultura. Seria, então, possível fundar uma intercessão entre as questões suscitadas no campo da criação com aquelas encontradas no campo de trabalho e sua relação com o aprendiz? Como compreender a noção de trabalho a partir de uma perspectiva artística, sem, necessariamente, reduzir o trabalho à arte ou vice-versa?

Quando falamos da noção intercessão é fundamental compreendê-la opondo-a radicalmente a uma outra noção, a saber, a de interseção. Esta última consiste, apenas, em compatibilizar dois domínios, por exemplo, o do trabalho e o da arte na constituição de um terceiro, “que se espera estável, idêntico a si e para o qual pode se definir um objeto próprio”. Quanto à primeira noção:

“(...) a relação que se estabelece entre os termos que se intercedem é de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sociopolítico etc.) sobre outro” (Passos & Barros, 2000).

É nesse segundo sentido, inspirado na idéia de “intercessor”, que desejamos enfatizar a ressonância entre os campos do trabalho, saúde e arte, formando uma tríade cuja acepção não pode ser apreendida senão no interior de uma certa intervenção ou operação (Deleuze, 1992).

Ao nos dirigirmos a experiências específicas que congregam arte, cultura, formação profissionalizante e saúde, interessava-nos investigar que componentes

no campo da criação contribuem para alterar a perspectiva de trabalho, tornada dominante, e de que modo tal alteração implica para o aprendiz uma nova maneira de existir, agir e sentir no mundo, ou seja, uma nova perspectiva de saúde.

Para tanto, a arte, entendida como um campo de criação, somente estará, nitidamente, implicada na experimentação da vida desses aprendizes quando conseguir interferir e desestabilizar uma determinada concepção de pensar o trabalho, desatrelando-o de seu aspecto coercitivo, indigno e imposto que, historicamente, preponderou para esse grupo específico.

Na pesquisa aqui efetuada, o contato com jovens aprendizes filiados a bandas musicais, trupes de arte/saúde e de circo acessou-nos às variadas formas de confecção da tríade saúde, trabalho e arte, construídas no processo de institucionalização da ONG.

Embora, por vezes, articuladas de forma estanque, são essas as três grandes frentes de trabalho que expressam a prática e as perspectivas da instituição. Por meio, prioritariamente, das trupes e bandas, os jovens aprendizes são provocados a participar das ações empreendidas nesses diferentes grupos, tornando-se instrutores, agentes de projeto, coordenadores de oficinas, monitores, bolsistas e, ainda, assumindo responsabilidades na própria gestão da ONG.

Composta por um número muito reduzido de técnicos, a maioria dos membros inclusos nos grupos de trabalho não provém do meio acadêmico, o que a diferencia, em termos de estrutura organizacional, de outras ONGs. Dentro de tal estrutura, são os próprios jovens os executores e diretores de seus projetos.

Além de atingir como público-alvo setores desassistidos da população que se concentram nas favelas e nas periferias da cidade, seus trabalhos buscam sensibilizar amplos setores da sociedade. Com suas performances artísticas e culturais, atingem jovens e adolescentes da classe média, além de artistas, jornalistas, músicos, envolvendo-os em sua prática socioeducativa.

Por meio dessas alianças, o trabalho ganha visibilidade criando novas formas de inserção, divulgação e obtenção de recursos necessários para a efetuação dos projetos a serem desenvolvidos. Nesse processo de sensibilização, ampliam a

participação de suas atividades em programas de rádio, jornais escritos, falados e televisionados em que o trabalho realizado se torna notícia.

Centrando-nos nas diferentes frentes compostas por suas atividades artísticas e culturais, verificamos, por um lado, modos de compor saúde e trabalho mais afeitos às linhas duras e/ou contínuas, produzindo corpos aprendizes coerentes com as forças institucionais dominantes da organização. Por outro, encontramos linhas flexíveis e/ou descontínuas, fabricando corpos aprendizes abertos às incoerências que o encontro com a arte como “intercessor” faz disparar, as quais são analisadoras dos procedimentos e propósitos institucionais a que possam estar servindo em termos do par saúde e trabalho.

### ***Dilemas e embates do aprendiz experimentador de si.***

Em uma instigante obra do cinema francês, o filme *A mulher e o atirador de facas*, dirigido por Patrice Leconte, assistimos à história de uma jovem que, tomada por um sentimento de que sua existência perdeu o sentido de perseverar, resolve, no parapeito de uma ponte, lançar-se na experiência do suicídio. No instante em que a jovem parece oscilar na decisão do ato suicida, aproxima-se um homem que trava um diálogo denso e tenso tentando persuadi-la a dar uma nova chance à vida.

O homem fracassa nos seus argumentos e a jovem se atira nas águas frias de uma cidade francesa. Ele atira-se, igualmente, e consegue salvá-la. A partir desse acontecimento, o homem, que tinha como ofício ser um atirador de facas, sugere à jovem moça uma proposta de trabalho, a saber, ser o alvo de sua arte circense. Embora receosa, ela aceita o desafio e, a partir de então, desenrola-se toda a trama do filme, que trata da cumplicidade pautada e construída no risco constante entre um atirador de facas e seu alvo, no caso, a jovem e um modo de vida que parecia, até aquele encontro, não ter encontrado um plano de consistência para sua existência.

Esse interesse por aqueles que se encontram à margem, em situações-limite, mostra-se análogo ao apresentado por um jovem, atualmente um dos coordenadores de projeto, quando afirma em entrevista a quem interessa dirigir os trabalhos desenvolvidos na ONG da qual participa:

“(...) a gente quer aquele jovem que todo mundo fala que não tem mais jeito, aquele jovem que está na boca-de-fumo segurando arma, aquele jovem que dá porrada na mãe em casa, aquele jovem que rouba na rua, os trabalhadores sofredores. Aqui a gente quer esse tipo de gente que é pra poder mostrar pra ele o outro lado da moeda”.

Os empreendimentos sociais que trabalham junto às periferias das cidades, às populações marginais, assemelham-se, muitas vezes, a atiradores de faca. Rastreado e aproximando-se de vidas que se encontram em meio a determinados impasses e dificuldades, são induzidos a buscar saídas aptas a transformar esses mesmos impasses e dificuldades em novas maneiras de abraçar a vida. Por isso, a necessidade premente de estarem atentos quanto aos riscos de que seus projetos não os transformem em atiradores mais refinados, tal qual se confrontam, diariamente, os jovens pobres pertencentes aos bairros periféricos.

Trata-se, nesse caso, de outros atiradores que, com sua potência bélica, capturam jovens a fim de torná-los aprendizes de guerras. Voltando à entrevista, aquele jovem aprendiz conta, assim como na história da moça do filme, o combate travado entre encontrar-se, num determinado momento de sua vida, na experiência-limite de ser um aprendiz de guerra e/ou inserir-se nas atividades artísticas e culturais, das quais vinha participando, na entidade de que hoje faz parte:

“(...) veio essa ONG junto com outras e se formou todo um sistema de atendimento, toda uma idealização de atividades para os jovens que ficavam ociosos. No início de 96 eu conhecia o Mauro. Aí ele conversou comigo: vem pra cá, tem uma oficina de capoeira e tal. Naquela época, como os jovens tinham atração por artes marciais, eu comecei a ir só para olhar, não freqüentava, mas gostando, adorando! Aí quando eu voltava pra boca-de-fumo, os caras: qual a parada, rapá?

Você tem que se decidir, tá querendo se desviar? Aquilo me batia assim na mente, eu ficava meio confuso, aí outro dia eu vim na oficina e comecei a praticar, comecei a fazer parte da oficina. Daí eu voltava de novo pra boca-de-fumo, e os caras: pó, qual é (tudo me zoando). Teve um dia que eu vi amigos morrer do meu lado, quase tomei tiro, já passei por muitas coisas ruins, já escapei das mortes várias vezes. Poxa, comecei a sair fora mesmo e acabei que saí de vez, até porque esse meu tio envolvido ele é um dos chefões da parada. E assim eu não tive nenhum problema em ter saído do tráfico, porque eu tinha, no caso, um-costa quente pra mim.”

Vemos que a possibilidade de saída aconteceu pelo fato de tal jovem contar com a sorte de ter um membro da família com função importante na hierarquia do tráfico. Essa fala parece refletir que as relações de favorecimento e, especialmente, de parentesco norteiam a probabilidade ou não de afastamento de alguns jovens das funções desempenhadas nesse tipo de atividade.

A natureza desses impasses e situações-limite, quando se trata de jovens pobres pertencentes aos bairros periféricos, é vivenciada no confronto diário com a institucionalidade do tráfico e do aparato policial, nos territórios onde residem. É o que descreve um aprendiz, quando o convívio com o tráfico local traz para si embaraços em relação às possibilidades de inserção em seus quadros:

“Então eu falava, mas não quero saber, eu quero ser um traficante, eu vou construir minha comunidade. Vou fazer quadra de esporte, vou asfaltar, não vou matar ninguém, só vou vender drogas mesmo e tal. Aí, eu comecei a olhar os caras dentro do tráfico e comecei a perceber que o que eu pensava não ia dar certo, pelo seguinte: eu ia ter que matar pessoas porque iam ficar me devendo, porque eu ia ter que fazer coisas erradas, eu ia ter que ter atitude se eu quisesse ser aquele cara número um, como eu pensava em ser, sabe? Pô, daí nesse momento eu vivi uma grande loucura dentro da minha cabeça, sabe? Eu não sabia o que eu queria e eu tinha amigos meus perto que roubavam, aí eu pensava em assaltar, cheguei a ir, mas a pessoa que a gente ia assaltar não foi, graças a Deus! Aí não aconteceu esse assalto, aí voltou eu e mais outros moleques, sabe? Eu comecei a viver um grande distúrbio essa época dentro da minha cabeça. Isso já dentro da ONG”.

A relação de inquietação expressa por esse aprendiz em relação à realidade do tráfico, enquanto alternativa de engajamento, é saber o que, nessa inserção, pode trazer de modificação quanto à sua condição de vida, de seus familiares e da comunidade. Porém, essa “alternativa” traz suas desventuras, pois o obriga a ações que ele não deseja perpetrar e das quais, em geral, também se torna vítima.

A figura do traficante como referência povoa a vida desses jovens desde a tenra infância, uma espécie de herói, conforme ilustra um outro aprendiz:

“Nossa brincadeira, na verdade a minha brincadeira, na minha época, antes de entrar na ONG, era polícia-e-ladrão(...) Então ninguém queira ser polícia (Ah! Você vai ser polícia... ah! eu não!). Ninguém queria ser. Então, é pra vocês verem como é que as coisas acontecem na cabeça das crianças. As pessoas que são pagas para nos proteger, a gente tem medo. Como é que acontece isso? Isso influenciava cada vez mais e levava gente pro tráfico. Muitos amigos tinham em mente: pô, eu sei que isso é arriscado, mas o pouco que eu vou viver, eu vou viver bem. Eu não vou ver minha mãe chorando porque não tem um prato de comida, eu não vou ver meu irmão jogado no meio da lama, porque eu vou cuidar da minha comunidade. Porque o traficante é referência. Se tá faltando gás dentro de casa, vai pedir ao traficante que ele vai dar, com certeza. Final de ano, Dia das Crianças, você vai ver lá uma festa que eles fazem para dar brinquedos às crianças da comunidade. Aquilo influencia muito dentro da cabeça das crianças. Se você não tiver um trabalho, um investimento, uma alternativa de vida para eles, a gente vai perder cada vez mais”.

Entre ser polícia ou ladrão, ou, ainda, gerar outras opções de vida que se instaurem para além da oferta do tráfico, seus embates são intensificados pelas suscetíveis condições sociais, econômicas, étnicas e de gênero que os coloca mais expostos a serem aliciados, abordados e absorvidos por essas instituições, seja na forma de engajamento ao tráfico, ou, na maioria dos casos, sendo vítimas das abordagens, em geral, violentas da polícia. A experiência, especialmente dos jovens favelados no contato com a polícia, é a de não-proteção, o que causa revolta:

“(...) já fui abordado várias vezes por policiais, já recebi muitas pancadas, porradas. Já perdi até a conta de quantas vezes eu tirei

minha carteira de trabalho, porque eu apresentava meus documentos a eles e eles rasgavam, tacavam fogo. Uma vez, eu fui abordado perto da linha do trem eles pegaram meus documentos, rasgaram tudo e jogaram na linha do trem e ainda me encheram de porrada. Depois desse dia eu fui pra casa chorando de ódio, cheguei em casa, contei pra minha mãe e eu já tinha um tio que era envolvido com o tráfico, já fui entrando no tráfico, me desviando, mais por revolta. Porque que a gente paga esse ônus? Minha família pagava pela própria execução. Pó, somos nós que pagamos a polícia, são as pessoas que trabalham, as pessoas de bem. Então, eu fui me revoltando com tudo isso e acabei entrando para a vida do crime”.

Em boa parte de seus depoimentos e nas canções por eles criadas, observamos que repetem, exaustivamente, o paradoxo, presente na relação com o aparato policial, de cotidianamente terem que pagar pela execução de suas próprias vidas. As abordagens policiais são cercadas de extrema violência e impunidade, deixando seqüelas de diversas ordens, como registra um aprendiz vítima de uma blitz de ônibus:

“O ônibus saiu, e ele (o policial) jogou o nosso documento no chão e começou a agredir a gente. Não viu nada, não viu flagrante, não viu nada. Começou agredir, agredir, agredir, agredir, agredir... Pegava a cabeça da gente dizendo que ia matar. Eu tentava ver o número do carro deles, mas estava tapado com tarja preta. Tentei ver o nome, tapado com tarja. Quando eles perceberam: pó, tá querendo ver meu nome para quando eu entrar na favela me matar? Aí ele chegou assim e: toom! Meu ouvido estourou, assim... Aí eu não ouvia mais nada com esse ouvido. Era bicão na ponta do estômago. Encosta lá, dizia o policial, vocês vão morrer, vocês vão morrer, vocês vão morrer! A gente não tinha motivo nenhum pra tá ali!”.

Além das seqüelas físicas, no caso desse jovem perda parcial da audição, os desdobramentos da ação policial transformam-se em práticas marcadas pela impunidade, como percebemos, dando seqüência ao relato. Após serem resgatados e salvos por um professor da comunidade que os reconheceu, no dia seguinte:

“O diretor da ONG enviou uma carta para o jornal O Dia, outra para o batalhão policial e o delegado queria que a gente fosse lá reconhecer quem bateu. Eu disse: eu não sou maluco! Sabe o que vai acontecer? Se eu for lá, os caras entram na favela no dia seguinte e vão me matar. Eu não quero, deixa isso para lá, não vai acontecer nada mesmo! E não deu outra. Na semana seguinte o policial estava na minha comunidade. Ele me viu, me reconheceu e ficava me olhando assim... Eu olhei para a cara dele e saí andando. Tava a caminho da ONG essa época. Até ele tomou conhecimento da instituição e tal”.

Em contraposição à presença maciça desses aparatos ilícitos e de repressão, que atravessam de forma inexorável a vida desses jovens, constata-se a ausência de equipamentos públicos de cultura, saúde, educação, saneamento e lazer:

“(...) eu nasci e cresci vendo a polícia entrando na comunidade atirando pra tudo quanto é lado sem querer saber quem era quem, se atingia morador ou traficante, cresci vendo isso. Na verdade, eu fui amamentado pela violência, pelos sons dos tiros aqui na comunidade. Vi o traficante defendendo as pessoas, aí eu tinha na minha juventude o traficante como o meu herói, né, porque era ele que quando os moradores estavam precisando de um dinheiro pra comprar remédio que ajudava, era ele que promovia eventos na comunidade e o governo nunca chegou aqui pra promover um evento pra gente, era difícil mesmo o governo colocar algo para divertir a comunidade. Eu, vendo tudo isto, fui me revoltando, como muitos amigos meus (...)”.

A vergonhosa carência de investimentos públicos voltados para a juventude, verificada nas periferias das grandes cidades, ativa no aprendiz um grande desejo de mudar as condições de vida local. Soma-se, ainda, a alta vulnerabilidade ocupacional que habita a história de seus familiares, dada a não-garantia de um trabalho permanente com rendimentos que não servem, de fato, como anteparos consistentes para um modo de vida digno e que são sempre comparados aos rendimentos ofertados pelo tráfico:

“(...) minha mãe no início falou: cara, você vai fazer isto e não vai ganhar nada? Mas é o que eu gosto, a minha paixão pela percussão, eu quero fazer isso. Ela me apoiou, falou que era melhor eu estar aqui dentro [da ONG] do que estar ali fora. As oportunidades ali fora, você



tá passando na esquina, o cara chega e te oferece 500 reais por semana pra você estar lá na frente com uma arma na mão vendendo drogas. Você pensa: é lucro! Por mais que você diga: você vai morrer, mas é lucro. Você pensa, na cabeça de um jovem: pó, meu pai rala o mês todo pra, se tiver ganhando bem, ganhar dois salários mínimos, enquanto eu ganho o triplo dele em uma semana. O cara não tem que fazer nada. Só vai ficar parado, o viciado vai chegar lá e pedir a ele e ele vai vender. É um comércio, o cara tá lucrando com isso. Toda semana ele tem roupa nova, o tênis da marca, tem todas as garotas da comunidade, é respeitado na comunidade, entendeu? Porque o cara que tá passeando na favela com um fuzil nas costas ele é respeitado. Mas, daí, o que adianta? Pra minha mãe, isso foi mais lucro!”

Esse jovem se vê diante de impasses marcados pela oportunidade de se inserir em uma formação artística e cultural dedicando-se ao que mais gosta: sons, ritmos, percussão. Porém, tal inserção não responde, prontamente, às exigências básicas materiais de subsistência de sua família, o que torna, em contrapartida, a possibilidade de engajamento no tráfico uma alternativa.

Essas inquietações mundanas que atiram o aprendiz na busca de um sentido quanto aos inconformismos que povoam sua existência forçam-no a encontrar formas de extravasar que o arrastem para além do que se apresenta como dado.

Quem será o atirador de facas a oferecer, nesse esforço de decifração do aprendiz, alternativas que respondam aos inconformismos que emanam de seu encontro com o mundo?

No desdobramento da trama do filme, a jovem moça consegue criar com o atirador de facas uma cumplicidade tal, que faz do espetáculo o número principal a ser apresentado nos circos e lugares por onde transitam. O espetáculo cresce em força à medida em que incluem na apresentação de seus números artísticos rituais cada vez mais arriscados. Assim, o homem passa a vender seus olhos e os de seu alvo, e a atirar as facas voltando suas costas para a jovem, a colocar o corpo dela em movimento em uma roda giratória, mantendo-se de olhos vendados.

Cada ritual, no seu risco, parece ser vivido por ambos com um misto de extraordinária tensão e prazer. São rituais produzidos por uma arte a criar

cumplicidades entre o atirador de facas e a moça, tornando possível fazer de cada apresentação, sempre, o melhor espetáculo.

Mas, tomando o corpo da jovem do circo e o do jovem transformado em um aprendiz de guerra das periferias da cidade enquanto alvos, os riscos que os entrelaçam resultam num espetáculo de natureza diversa. Em ambos, a morte ronda o horizonte de seus movimentos. Porém, de que morte se trata?

Uma diferença decisiva é que a morte, quando referida a esses aprendizes inclusos na empresa do tráfico, não se apresenta mais como uma estrangeira, mas como algo possível de prever, de contabilizar ou de exercer algum poder. São as mortes a crédito que transformam aprendizes em “estoque de corpos à espera do aceno para o abatedouro, onde serão torturados, mutilados, chacinados e jogados, em ‘noites escuras’, nas valas imundas e montes de lixos”.<sup>2</sup>

As facas lançadas no corpo da jovem portam uma indeterminação, que não se pode prever ou antecipar. Caberia aqui uma distinção entre a morte como fundamento para a vida, ou seja, a idéia de que a morte traria um sentido para a existência, e o morrer, muito mais da ordem do que não se pode decidir, daquilo que nunca cessa de acontecer:

“(…) O morrer é, como nos diz Rister, consentir na passagem. E, a partir daí, abrir-se para a potência de estranhamento desse longínquo. O morrer é o que opera o tempo todo, desapossando-nos de todo fundamento para a vida. Quem disse que a vida precisa de fundamento? Quem disse que a vida precisa de um fundamento extrínseco a ela mesma? O morrer, então, seria essas metamorfoses, em que morremos constantemente. O morrer faz parte de todos os devires em que sempre morremos em alguma coisa e através dos quais sempre nos abrimos a outros devires” (Pelbart, 1994: 05).

Um morrer de outra natureza, eis a diferença entre os riscos a que estão exibidos a jovem e o aprendiz de guerra. Na arte circense, as facas atiradas portam um futuro imprevisível que não se contrapõe à vida, mas no seio dela mesma, ou na sua imanência faz derivar outros possíveis, já que a cumplicidade construída entre

---

ambos traz forças que são correlatas. O atirador de facas sabe do valor da existência de seu alvo, e sua atividade sobrevive em função da potência que porta a vida de quem lança suas facas.

No caso do aprendiz de guerra, há um antecipar-se ao acontecimento, com um fim prescrito. Para o tráfico, torna-se indiferente quem será seu alvo, pois o que efetivamente necessita é de uma variedade de alvos, tornando-se relevante, atualmente, compreender:

“(...) por que os jovens têm-se constituído em um dos principais grupos de risco no Brasil e por que vêm pagando um preço tão alto por sua alegria, pelo seu vigor, pela sua experimentação e rebeldia, até mesmo pelos seus deslizes – que muitas vezes não são nada mais do que uma manifestação de inconformismo e revolta contra uma sociedade que não oferece ao jovem condições de se desenvolver com dignidade” (Arantes, 2000: 09).

Nessa perspectiva, vale interrogar como os programas de natureza artística e cultural, com seus projetos e atividades, vêm, de fato, funcionando como uma abertura de caminhos alternativos, a qual é capaz de tornar a experiência aprendiz e seu encontro com o trabalho cúmplices de uma trajetória que congregue não apenas a dor, mas essencialmente “a delícia de ser o que é”.

### ***O aprendiz experimentador de si: entre linhas contínuas e descontínuas***

Atualmente são inúmeros os empreendimentos interessados em investir, a partir de métodos, pedagogias, projetos e objetivos, os mais diversos, nas populações pertencentes às zonas periféricas de um campo social que produz, incessantemente, os vulneráveis, destituídos e desfilados de toda ordem. Nesse aspecto, visualizamos uma multiplicação de *atiradores de faca*, com práticas que mereceriam ser avaliadas segundo a sua capacidade de compreender o humano para além de uma moral do dever-ser.

Esses diferentes encontros entre o aprendiz e o trabalho muitas vezes consolidam práticas portadoras de uma moral do dever-ser presentificada por uma cultura do assujeitamento, a qual, por sua vez, é fundamentada em valores que normatizaram a vida de milhares de jovens, tendo, nesse caso, o exercício de uma ética subordinada à moral.

Entretanto, esse encontro entre o corpo aprendiz e o trabalho também sofreu a intercessão de componentes que abalaram as fronteiras de um conjunto de regras e prescrições morais. Tais componentes se fazem visíveis em práticas pedagógicas específicas, avivadas por uma cidadania a ser produzida, e, mais recentemente, com ferramentas próprias ao campo da criação sedentas por agenciar uma ética à estética.

Contudo, agenciar ética à estética requer, num primeiro momento, separar ética da moral colocando-a não mais ao lado do dever, mas ao lado da potência de poder ser, sentir, agir e de pensar, da potência capaz de travar um combate perpétuo contra tudo que subordina o corpo aprendiz às leis prescritas em uma prática de trabalho preche de sentidos alegres.

É, de certo modo, o que experienciamos no contato com muitos dos aprendizes, inclusos nas atividades culturais e artísticas empreendidas pela instituição da qual nos aproximamos neste estudo, as quais parecem proporcionar uma expansão de horizontes considerável no que se refere à chamada capacitação ou profissionalização dos jovens, produzindo práticas bastante singulares em relação à tríade saúde, trabalho e arte.

A expressão mais marcante é o prazer, traduzido pela possibilidade de os jovens trabalharem com dança, música, ritmo, expressão corporal, comunicação, mídia. Trata-se de uma espécie de pedagogia do prazer estabelecido no vínculo e exercício com a arte, trazendo mudanças significativas na relação entre aprendiz e trabalho:

“A vida muda totalmente, vira meio que uma loucura, você fica numa correria, uma pilhação que é bom. Minha vida, pelo menos, mudou totalmente, não é aquela rotina, sabe? Porque rotina enjoa, porque você pensa: pó, vou ver a mesma cara, o mesmo serviço, o patrão vai

me chamar atenção pela mesma coisa. Tu pode até tá certo, mas entende? Aquilo é maçante e cansativo. Aqui na ONG é mais cansativo ainda, mas é uma coisa que a gente tá gostando daquilo que a gente tá fazendo (...).”

Essa dimensão do prazer conjugado a trabalho mostrou-se uma constante nos depoimentos dos aprendizes, dimensão tão rara na vida de jovens que trazem como experiência histórica inserções em atividades laborativas marcadas pela coerção e sujeição, como percebemos adiante, e que neste projeto, ao contrário, abarcam o gostar e, mais, o poder optar:

“(...) vamos dizer, assim, um metalúrgico tá trabalhando porque é obrigação dele, tem que sustentar a família e tal, se auto-sustentar, não sei se gosta ou não gosta, a maioria não gosta. No caso, o cara tá trabalhando porque tem que trabalhar, se ele não trabalhar ali, vai trabalhar aonde? Sei lá se ele vir a conhecer uma coisa que ele goste, aí é outra coisa, né. Já a gente aqui é diferente, a gente trabalha aqui porque a gente quer, porque a gente gosta, porque já virou a minha vida (...).”

Nesse vínculo em que arte e cultura traduzem contornos diferenciados em termos de alternativas e modos de conceber o trabalho, ativa-se valores como responsabilidade e liderança, possibilitando ao jovem aprendiz tornar-se, de fato, protagonista de ações que modificam sua vida e a do grupo:

“Aqui nós queremos formar empreendedores sociais, vamos dizer assim. No caso eu sou um educador, um empreendedor, além de eu ter meu lado artístico, eu tenho o meu lado social, uma história social muito forte e eu invisto tanto, como nas coisas que eu gosto e amo na vida. A liderança você conquista através dos exemplos que você dá. Já o lance do empreendedor é estar buscando informação e tá sempre repassando, sempre ajudando, sempre participando de tudo. Então a gente tem que englobar tudo isso numa só pessoa pra poder formar essa pessoa como educador, empreendedor e liderança”.

Esse exercício fortalece o desenvolvimento de um perfil “artístico-empresarial” eficiente e compatível com o mercado artístico-cultural, produzindo uma espécie de testemunho da transformação de um menino “excluído” em um jovem

empreendedor, confirmando aptidões – artísticas, pedagógicas, profissionalizantes e de liderança. Aptidões implicam incentivo para a conquista e adesão de outros jovens.

É interessante notar o quanto a prática do testemunho funda uma pedagogia do espelho quando veicula e mantém o ideal de pertencer a uma instituição produtora de artistas:

“(...) Eu sou coordenador, espelho de uma garotada da comunidade que imita a gente. Já pensou se esses jovens, que imitam a gente, me vêm na esquina fumando maconha, bebendo cachaça? O que eles vão pensar? Pô, brincadeira... Adoro o cara e o cara fazendo coisa errada, coisa que não deve! Vai ser uma decepção total, ou, como ele me adora, vai querer fazer a mesma coisa que eu estou fazendo. E não é isso, não é assim, todos nós temos que dar exemplos”.

A dimensão do testemunho parece se caracterizar como uma espécie de compromisso com a comunidade local, aliado ao fato de que são jovens que, freqüentemente, aparecem na mídia, estabelecendo a necessidade de se ajustar ou, mesmo, perseguir uma imagem que responda a um suposto ideal, próprio àqueles que habitam o mundo artístico. Esses fatores, de pouca gravidade, tomam feições de mera importância entre eles:

“(...) Pó, todo mundo na televisão falando bonito, com aquele discurso maravilhoso, todo mundo saudável! Aí você de repente tá naquele lugar ali bebendo, aí chega aquele repórter rapidinho e te pega com aquele copão de cerveja na mão, fica chato, chatíssimo!”.

O ideal de tornar-se um artista é o de maior predominância, reforçada pelos jovens pertencentes às bandas musicais. Dentro desse modo de funcionamento, ativa-se a crença em uma forma de controle que se pretende sã para reger o trabalho grupal – não fumar, não beber, apresentar-se bem-comportado. Se, por um lado, essa crença pode servir para facilitar uma unidade da proposta dominante, presente na instituição, por outro arrisca tornar os que diferem uma espécie de anormalidade ou, ainda, os transgressores das normas estabelecidas.

Essa forma de controle, própria às bandas musicais, traz a possibilidade de ter que inventar meios não-oficiais de burlar as regras, principalmente quando deixam de

avaliar e refletir o que tais regras vêm instaurando em termos de transformação dos modos de viver a grupalidade. Logo, o ideal de ser artista parece produzir tanto atração e adesão de seus aprendizes quanto ressentimentos e sentimentos de fracasso por parte daqueles que perseguem tal modelo.

### ***O aprendiz e a ótica do consumo sob perspectivas diferenciadas***

Todavia, um dos enfrentamentos inscritos no campo da arte e da cultura é seu atrelamento ao mercado artístico-cultural que no Brasil, especialmente, funciona de forma padronizada e descartável. Funcionamento que privilegia uma parcela adequada a um determinado padrão, arquivando modelos que não atendem ao perfil do “mais recente e o mais encaixado”, procurando outros mais eficazes e lucrativos, já que se pauta na lógica do efêmero, do fugaz. Assim, percebemos que a invenção desse tipo de empreendimento requer sempre sua desinvenção, em função das desilusões próprias desse mundo artístico-empresarial. Esse embate aparece em entrevista com um jovem coordenador:

“(...) mas tem muitos que não sabem dançar. Eu tenho uns amigos, uns cinco: pô, eu queria ser da ONG, mas eu não quero dançar, cantar, não sou desinibido. E aí, o que fazer com esse cara? O cara às vezes quer trabalhar, sabe? Ele acha interessante... Quer estar próximo do grupo. Às vezes eu convido pra assistir um show, aí o cara vai no show dá de cara com um artista legal e fala: pó, cara, que legal, e vê que é outro mundo. Então às vezes o cara quer ficar próximo daqui, mas a gente não tem pra onde ele ir, onde ele ficar. Mas ele perceber que aqui é legal já é uma grande história, uma grande coisa”.

Em certa medida, tomar o aprendiz a partir de uma suposta vocação artística, referendada em um modelo ideal a ser atingido, pode significar reduzir seu campo de possíveis. Isso porque, atualmente, a existência estética tem, igualmente, lugar no mercado. Contudo, fazer da existência estética, unicamente, um expediente para o mercado significa roubar do aprendiz sua meta de aprendizado, a qual implica um esboço, sempre inacabado e aberto, de transformar a si próprio.

No delineamento de um projeto estético, mais do que na lógica de encaixe aos ditames do mercado, cabe incitar no aprendiz as condições plausíveis de uso e fruto de um processo de formação que possa lhe trazer um ponto de vista originário, aberto às novas possibilidades de um mundo a ser construído.

Problematizar essa lógica do mercado, sob o ponto de vista da tríade saúde, trabalho e arte, entendida como processo de transformação de vida, alude a ser capaz de refletir e questionar, com os jovens, as condições ou situações que são produtoras dessa linha tênue entre, de um lado, a arte e a cultura enquanto produtos a serem industrializados e empresariados e, de outro, a arte enquanto potência de interferir nos valores dominantes próprios de nossa sociedade capitalista.

É um questionamento extremamente complexo, ainda mais quando se trabalha com jovens. Primeiro, porque o modo de subjetivar dominante, baseado em perspectivas individualistas e pautado por fórmulas totalizantes, aposta na idéia de que sucesso, competência e capacidade de consumo são formas de estar saudável; segundo, porque veicula a crença de que tal modelo é o único e válido para todos. A busca desse padrão ideal e sua promessa de felicidade podem significar uma diminuição da capacidade de criticá-lo, o que, por conseguinte, serve para enfraquecer os laços de solidariedade e a construção de maneiras de conviver e de repensar coletivamente os sentidos e valores individualistas que tal perspectiva propaga.

Esse duelo se faz presente no convívio com os jovens desse projeto, sobretudo quando o tema é criar condições de consumo. É o que afirmam quando comparam, atualmente, sua condição de existência a partir da inserção no programa, com aquela oferecida pelo tráfico local:

“Hoje é páreo a páreo, porque hoje eu ando bem arrumado como eles, tá entendendo? Uns têm carro, outros têm moto, eu tô com plano de comprar também, ou seja, a gente tá tendo quase que a mesma condição social”.



Além de todos esses bens valorizados pela mídia, que os colocam em patamares sociais diferenciados com relação às condições de consumo, a obtenção das mulheres mais assediadas da favela traz, também, um certo *status*:

“Hoje eu tenho uma camisa que é cara, hoje eu tenho um tênis que nem ele que tem muito dinheiro tem, por quê? Porque eu viajo pro exterior e lá tem um tênis que aqui não tem, eu tenho o respeito que não precisa estar com a arma na mão pra ter, eu tô com uma menina que eu não preciso ser bandido, porque ela não está comigo por interesse, às vezes até tá por interesse, mas eu não preciso estar com uma arma na mão pra ela estar comigo”.

Essa urgência de “salvar o instante de consumo”, própria desse modo de subjetivação dominante, que articula melhoria de condição social com a possibilidade de consumir é uma questão central à qual, jovens de diferentes estratos sociais, encontram-se enredados e que se faz necessário enfrentar.

No caso dos jovens das periferias, o acesso aos bens, valorados e divulgados pela mídia, será enfrentado com as condições e ferramentas de que dispõem. Num contexto agravado por frágeis condições econômicas e de rendimentos de seus familiares, para muitos deles a urgência e antecipação desse presente interfere, substancialmente, nos vínculos estabelecidos junto aos familiares, entre amigos e com o tráfico, via de ingresso mais disponível para a obtenção desses bens:

“(...) eu tinha uma situação financeira em casa legal, minha mãe comprava um *Nike*, na medida do possível (...) O meu primeiro *Nike* eu nunca vou esquecer, porque minha mãe sempre trabalhou como merendeira, meu pai trocador, salário mínimo e no meu primeiro *Nike*, que minha mãe comprou, eu comecei a perceber o que o tênis influenciava dentro de casa. Ela comprou o *Nike* em prestações (três vezes), e eu comecei a perceber que ela tirava metade do salário mínimo dela para pagar esse meu tênis. Eu comecei a perceber que eu não comia o carrê que eu gostava, o bife, assim assado, eu já não saía pra nenhum lugar”.

A atitude de sacrifício da mãe que, mesmo sem condições, busca prover o filho de um tênis de marca aponta para o quanto a obtenção dessas mercadorias norteia as relações familiares, entre os amigos, tornando-se, mesmo, um valor.

Embora não tenhamos, neste estudo, priorizado focar as famílias desses aprendizes, percebe-se, por meio de seus depoimentos que, apesar da inserção do jovem ao projeto não responder a emergência de prover as mazelas materiais de subsistência a que se vêm premidos, o ônus maior seria o engajamento de um filho aos quadros do tráfico.

Quando, nas entrevistas com o jovem aprendiz, questionávamos a visão da família sobre sua participação no projeto, as respostas eram, quase, unânimes: minha família afirma que é melhor participar deste projeto do que estar no tráfico e, no caso das meninas, achavam melhor ocuparem-se de atividades artísticas e culturais posto que estas as distanciavam de outras possibilidades, a saber, ficar grávida ou envolver-se com drogas.

O que transcorria em suas falas, é a pouca ingerência da família sobre a opção de seus filhos participarem ou não do projeto, posto que não são as famílias que encaminham o jovem para a ONG. Ao contrário, elas são visitadas e consultadas, geralmente, após uma breve convivência do aprendiz e sua decisão de inserir-se em uma das inúmeras atividades oferecidas pela organização.

Os aprendizes relatam um dos aspectos que, especialmente, contribuem para a inserção do jovem no tráfico: seu modo de funcionamento, no que se refere à forma rápida de acesso aos rendimentos, viabiliza e responde, entre outras coisas, essa urgência de consumir mercadorias. Por sua vez, possuir esses bens atualiza valores, próprios da sociedade capitalista, como: ter poder, ter mulheres, ter influência na comunidade e ter comando. Nesse sentido, mais do que uma atitude de contraposição ao tráfico, parte desses aprendizes constrói, a partir de um ideal que percorre o projeto, uma relação de concorrência ao mesmo:

“Uma época em que o tráfico mudou aqui, até essa boa condição social que a gente tava tendo, foi muito foda! Porque um moleque que tava vindo aqui, um jovem de 17 anos, que não tinha uma comunicação boa

com a gente, isso [a boa condição social] deixou o cara preocupado. Ele via que a mulher que ele tava pegando, eu tinha a do mesmo estilo dele. O tênis que ele tava usando, eu tinha, mas eu tinha um da Holanda, que ele nunca ia comprar aqui. Então, ele ficava assim, porra o cara é a mesma coisa que eu e eu estou com risco de vida. Aqui (no projeto), o cara pode ir à praia, pode assistir o show de não sei o que lá, aparece na televisão, então tem essa coisa assim (...).”

Entre esses dois aprendizes, há modos de vida que, embora norteados pela mesma ótica de consumo, trazem perspectivas diferenciadas: de um lado, a clausura e o extremo risco; do outro, trânsito livre e a liberdade de ir e vir. Porém, para além dessas possibilidades extremas imprimidas nas formas de viver desses jovens, é importante estabelecer vínculos orientados por outros valores, como descrito no próximo relato:

“(...) a princípio a gente vai atraindo ele: pô, vamos para um show, para ele ver um outro ambiente diferente. Porque o cara, quando é traficante, não pode nem sair da porta pra fora da favela, ele fica com medo, ele não pode dormir direito. Porque é essa a ilusão que o jovem vê quando está de fora, que ele é o dinheiro, que ele é o poder, que ele é o senhor da vida e da morte e que isso tudo é verdade. Mas quando você tá lá dentro, você vê que a realidade é outra, que você não tem amigo, que a garota que tá contigo é por causa do dinheiro, é por causa da sua fama (...).”

Percebe-se uma relação ambígua e paradoxal de atração e repulsão ao tráfico, atração verificada não somente por aquilo que ele pode proporcionar em termos de rendimentos, em curtíssimo prazo, que supram suas necessidades materiais (pessoais, familiares, entre outras), mas, do mesmo modo, pela lógica que o tráfico comporta, próprio do modo de subjetivação capitalista. É uma lógica atrelada a visões, sentidos e práticas tais como: a dominação de poucos sobre muitos, a aquisição de bens materiais como indicador de melhoria das condições de saúde e vida, e o sucesso como promessa de um mundo melhor.

Mas, concomitantemente aos seus atrativos, verificam-se efeitos de repulsa e um grande esforço por parte de muitos jovens de fugir ao campo do ilícito. Afirmam, até mesmo, que a possibilidade de participar, na condição de aprendizes, de um

projeto que comporta, como campo de profissionalização, arte e cultura significa, para muitos deles, escapar ao assédio dos traficantes nos lugares em que residem, à violência policial de que são constantemente alvos, assim como adiam a inserção em formas precarizadas de trabalho:

“(...) então a gente vê a realidade que cerca esses jovens. Pó, o cara vive em uma família de 12 pessoas, num quarto pequeno, que não tem ventilador, uma televisão, não tem um pão de manhã, não tem comida. Aí ele cresce com uma revolta dentro de si e com certeza ele não vai sair dali para trabalhar, pra ralar o mês inteiro pra sustentar aquelas pessoas dali, porque não dá nem pra ele, entendeu? Então se ele não tiver alguém, ou alguma coisa que desperte nele, assim, uma criatividade ou até um interesse de estar participando de alguma alternativa que não seja o tráfico, que está muito próximo dele e é fácil, tudo vai ficar girando em torno do mesmo (...)”.

Outros ganhos são elencados quando comparam suas existências às vidas dos demais jovens que abraçam o narcotráfico. Ganham longevidade, visibilidade (sem capuz, sem tarjas), garantindo livre trânsito em qualquer parte. Para além das comparações com esse modo de vida ilícito, asseguram que a inclusão no programa adquire, por vezes, o caráter de um perpétuo combate às atribuições, aprovadas pela sociedade, que os colocam na condição genérica de vadios, pobres e ociosos:

“Eu não preciso estar no tráfico, eu não preciso perder noite de sono, eu posso até perder noite, mas é assistindo um show, porque eu sei que no outro dia eu vou poder sair para onde eu quiser, tranquilo, que eu vou poder andar na comunidade tranquilo. Quando tiver polícia na comunidade eu vou poder passar tranquilo, eu vou ter uma tranquilidade dentro de mim. Porque depois que o jovem está dentro do tráfico, já era, é difícil sair. Ele sabe de muita coisa, vê muita coisa, é responsável por muitas coisas, é responsável por vidas ali dentro e pessoas são responsáveis por sua vida”.

A possibilidade de uma vida mais longa – se comparada àqueles que se engajam no tráfico – e a saída do anonimato, garantindo, ao aprendiz, trânsito livre em

qualquer meio, são apenas alguns dos efeitos mais palpáveis de uma proposta, conforme argumentam seus jovens coordenadores, bem sucedida.

De fato, observa-se que existe uma linha de profissionalização extraída da formação artístico-cultural de seus jovens aprendizes, com ênfase naqueles que participam das bandas musicais. Nessa linha de formação profissional, viabilizam-se parcerias com outras ONGs, empresas privadas interessadas nesse mercado artístico e cultural, com uma rede de artistas e simpatizantes, com parcela dos investimentos governamentais.

Essas alianças abrem caminhos que dão visibilidade aos problemas vividos pelas comunidades, tornando-se, inclusive, uma alternativa concreta para a sobrevivência dos jovens fora da oferta do narcotráfico.

No entanto, essa bem-sucedida empreitada é fundada na crença de que ter tornado viável um outro modo de vida é uma propriedade das organizações, sejam elas governamentais, não-governamentais, fundações ou qualquer outro tipo de empresa, e não uma potência do jovem aprendiz, que é apenas formada e facilitada por uma estrutura e gestão empresarial que se tornou dominante. Quando esse modelo é transportado para as ONGs, estabelece-se uma identificação quase total do jovem aprendiz com a instituição, fortalecendo um movimento para dentro da própria organização:

“(...) é mais que um trabalho, é a minha vida, eu respiro, eu durmo e acordo a ONG. Eu quase não vejo minha namorada, fico três dias sem dar bênção a minha mãe, porque eu chego e ela está dormindo, eu saio e ela está dormindo... Então, assim, é mais do que um trabalho, é uma condição de vida mesmo de um grupo, é um grande elo, sabe. É alguma coisa que eu não sei o nome, mais que trabalho”.

Nesse sentido, as formas de trabalho tornam-se cada vez mais invasivas, incidindo potencialmente na subjetividade do aprendiz. Viver exclusivamente para e pela empresa acaba justificando um trefismo desmedido:

“(...) a ONG é presente a todo momento da nossa vida, a gente conversando na rua, com os amigos, tem que falar do trabalho, porque é uma coisa da alma já tá no sangue, conseguiu entrar no sangue, é como um vírus”.

Essa adesão a uma forma de trabalho que invade todas as esferas da vida parece se intensificar em função de uma perspectiva de arte e cultura que encontra, nos jovens, uma extraordinária receptividade. Através de suas atividades artísticas, conquistam-se novos espaços e uma maior autonomia de trabalho. Do contrário, a pobreza de opções que lhes ofertam, diariamente, tem-nos lançado em atividades subalternas, ilícitas e de extremo risco.

Assim, mais do que respirar, dormir e acordar a instituição, pensar na possibilidade de, por acaso, um dia ter que romper com os vínculos, desde então estabelecidos, causa o pavor de uma existência sem concretude:

“(...) sair daqui, pra mim, é como perder uma perna, um braço, porque foi o núcleo que me projetou. Não tinha conhecimento nenhum, eu era um alienado, eu chegava a ser um alienado. Só pra você ver, eu ia pra baile *funk* brigar. Só porque um cara que mora na outra área era alemão, eu metia porrada no cara. Ele não me fez nada! Eu não fiz nada a ele! Só pelo fato dele morar em outra comunidade, que os traficantes são inimigos da minha comunidade, eu chegava e saía na porrada. Isso é pensamento? Isso é asneira, burrice, eu era um alienado mesmo”.

Poder, o aprendiz, perceber que, após sua inserção no projeto, instaurou-se uma mudança de atitude, da mente e de postura, como canta O Pensador, implica a efetuação de um processo de transformação que traz, por conseguinte, novos modos de agir e pensar as formas possíveis e inusitadas de existência:

“(...) Depois que eu conheci a ONG, comecei a virar gente. Pô cara, se eu perder isso aqui, a minha vida acaba, acho que eu me acabo, eu penso assim, minha vida descontrola totalmente, eu me descontrolo totalmente, não quero nem pensar... Às vezes eu penso, porque é uma possibilidade ,às vezes passa assim aqueles flashes na mente, bem rápido, graças a Deus”.

Esses depoimentos trazem os desdobramentos possíveis estabelecidos nas relações construídas nos processos de trabalho, em especial àqueles que tomam a arte como ferramenta. Eles trazem, mais uma vez, articulações com cenas daquele mesmo filme quando a cumplicidade estabelecida entre o atirador de facas, a jovem e a atividade que exercitam torna-se quase uma coerção na vida de ambos. Embora o espetáculo tenha atingido seu ápice e se configure como uma experiência, também, bem-sucedida, instalam-se com maior força na jovem movimentos de deriva que entram em desacordo com aquele modo de vida, instaurado até então, de ser alvo de facas. São movimentos que trazem como desfecho a separação entre a jovem e o atirador de facas.

A partir dessa separação, assiste-se às tentativas de ambos reconstituir suas vidas tomando como ponto de partida mecanismos que lhes eram familiares. A jovem, ao sabor dos acasos, envolve-se com um rapaz que, no dia de seu casamento, ao conhecê-la, em um de seus espetáculos e se encontrar totalmente atraído pela jovem artista, faz-lhe uma proposta de fuga, a qual ela aceita prontamente.

Então, entra em cena uma mulher, a recém-noiva, abandonada pelo rapaz que fugiu com a jovem, ex-alvo do atirador de facas. Em desalento, a mulher dirige-se à proa do navio onde aconteceria sua festa de casamento, e inconformada dá sinais de querer romper com sua existência atirando-se ao mar. Nesse instante, aproxima-se o atirador de facas e consegue não apenas fazer com que desista de praticar tal desfecho, como a convence de se tornar, imediatamente, seu mais novo e recente alvo.

Porém, a mulher, mais recente alvo do atirador de facas, na primeira apresentação do espetáculo é atingida por uma das facas, ferindo seu braço esquerdo. Daí em diante, a carreira do atirador de facas entra em decadência. Ele não consegue mais exercer seu ofício, visto que não encontra corpos hábeis a se arriscar e enfrentar o morrer e sua potência de estranhamento. Potência rara e resistente encontrada naquela jovem que, a partir de então, desistira de ser alvo de um atirador de facas, tomando um outro rumo para sua existência.

Vê-se, tanto no percurso dos principais personagens do filme como na formação artística e cultural desses jovens aprendizes, aportada em território periférico de um solo urbano, um risco de restringir, subtrair e totalizar seus investimentos

aprisionando sua direção plural a uma dimensão única e predominante. Vale questionar até que ponto certas práticas ditas alternativas, que portam uma “diversidade potencial”, podem ser reconduzidas a “uma unidade significativa qualquer”. Junto a essa indagação, talvez o que persiste seja a dificuldade de aceitar o paradoxo:

“(…) de que quando um dispositivo está dando certo demais, é que ele já não serve mais; que quando um grupo está demasiadamente bem-sucedido, alguma processualidade foi emperrada; que quando entendemos muito bem, é porque deixamos de entender um bocado; que quando estamos muito sãos, é porque já estamos muito neuróticos” (Pelbart, 1993:23).

Aceitar, quiçá, esse paradoxo pode significar devolver a consistência provisória e precária intrínseca à arte como campo criador, respeitando a imanência de seu caráter alternativo. Do contrário, um trabalho que se pretende alternativo pode até chegar a transformar-se numa camisa-de-força. É um pouco como ilustra o filme e a experiência aprendiz quando o encontro com os afazeres e atividades que desenvolvem invade todas as outras dimensões possíveis de perseverar no mundo, já que a vida parece restringir-se a dois extremos: ser alvo ou atirador de facas.

Desmontar essa “disjuntiva infernal”, eis o desafio de uma luta cotidiana a se deparar com uma conformação socio-histórica que tem reduzido e até mesmo expurgado sua heterogeneidade potencial. Tal redução pode desembocar na multiplicação de atiradores de facas, limitados a processos que buscam na morte do outro o alimento de sua própria vida. Uma das versões radicais, entre outras, que ilustra esse processo vampiresco do qual vêm padecendo, especialmente, os jovens é a empresa do tráfico e sua indiferença quanto à potência de vibração do corpo aprendiz, extirpando de tantos jovens o caráter de bem precioso inerente à vida. Esses processos têm imenso alcance social e político e fez da história a encarnação da violência e dominação (Santos, 1989).

Tais processos foram intensificados, de forma veemente, no campo do trabalho, e, além de não dispensar essa disjuntiva entre atiradores de facas e seus alvos, extraíram, de tal modelo, suas linhas contínuas, ajustadas a uma saúde asséptica e triste.



Porém, mais do que hesitar entre os dois modelos, notou-se, no encontro entre o aprendiz e o trabalho, que essa composição pode sofrer a interferência de elementos advindos das forças do fora, forjando a liberação de “tudo aquilo que um modelo encobre, ou o que lhe escapa, e que em geral é o essencial” (Pelbart, 1993).

Mais do que abrir mão dos modelos – já que tal empreitada contém graves riscos – a questão seria, então: como preservar no atirador o paradoxo, próprio à sua arte, de tomar o alvo como um exercício cuja meta, ao lançar suas facas, implica, essencialmente, o desejo de não acertar o alvo? Não é essa indeterminação que promove o brilho de seu espetáculo? Não é essa potência de estranhamento, intrínseca à criação, que possibilita uma abertura a outros devires? Trata-se de uma indeterminação e de um estranhamento que ultrapassam o próprio espetáculo, já que ambos são inerentes à vida.

Do mesmo modo, como incitar nos corpos almejados o desejo de lançar-se num movimento para além dessa estranha disponibilidade de ser um alvo à espera de facas?

Nessa experiência, da qual nos aproximamos e que se propõe alternativa, vale advertir sobre a infinidade de direções que ela passa a conjugar quando tece a tríade saúde, trabalho e arte. Observa-se, no modo de funcionamento predominante e característico da experiência pesquisada, o risco de ser forçada a ter que alimentar uma perspectiva de saúde que não se apropria da arte como ferramenta de transformação das formas de vida.

Isso é nítido, por exemplo, quando não analisam e questionam, suficientemente, sobre essa constante equivalência que buscam entre o *status* adquirido no tráfico e aquele viabilizado, especialmente, por meio das bandas musicais das quais participam. Neste particular, reforçam a idéia de que influenciar, liderar e dar testemunho de um processo de transformação social serve como meio para combater os efeitos danosos do narcotráfico na comunidade, porém conservam a mesma lógica, baseada em valores inerentes à sociedade de consumo, individualista e excludente.

Como assinala um aprendiz, trata-se, nessa lógica da equivalência, da restrita opção que gira em torno de adotar uma vida dentro da legalidade, ou, de outro

modo, da ilegalidade. A luta que se trava é assumir uma das duas possibilidades, única via capaz de provocar mudanças consideradas substanciais nas formas de vida, seja ela individual ou coletiva:

“(...) porque hoje eu já me considero aquele traficante, mas sendo que dentro da lei, porque hoje de uma forma direta e indireta eu consigo ajudar a minha comunidade, tá entendendo? Mudando toda a mensagem que ela passava, porque ela só era manchete nas páginas policiais e agora ela já está no Caderno de Cultura, no Caderno da Cidade, tá entendendo? Então, já é bem legal essa história. Eu já me considero um cara que conseguiu fazer o que ele pensava anos atrás, mas agora de uma forma certa, tá entendendo?”.

Esse jovem aprendiz que viveu, um dia, o dilema de ver-se diante da possibilidade de inserção no tráfico, como um dos meios de transformar as condições de vida local, sente-se, atualmente, um traficante – mas de outras matérias: música, cultura e arte.

À primeira vista não há dúvidas de que essa “escolha” tenha consistido, para esse aprendiz, em uma ilustre saída, tornando a composição arte, trabalho e cultura, de fato, um obstáculo a um modo de vida ilícito que tem reservado, notadamente à juventude pobre, uma existência esvaziada e sem espessura.

Porém, mais uma vez, o aprendiz se vê diante da mesma disjuntiva e seus extremos: legal x ilegal; bem x mal. Nessa contração de possibilidades, como desconstruir e dilatar esses extremos, assumindo a arte na sua radicalidade?

Não se trataria mais de ter que escolher entre o bem e o mal, dilema moral estranho à arte e sua natureza disruptiva, mas de agenciar a arte a um determinado campo de experimentação ressaltando a positividade das práticas efetuadas em seu sentido produtivo, ou seja, a que servem, o que querem e quais os seus efeitos no mundo.

Tomando a arte como campo de problematização, observou-se que, do ponto de vista do trabalho, a forma de gerir o empreendimento artístico-cultural e empresarial da instituição, embora indique uma feliz composição entre necessidade e vontade, o que permite alçar, como versa uma canção, a difícil conjugação “comida, diversão e arte”, alguns aspectos se aproximam, em alguns

momentos, do que vem sendo instaurado nos domínios clássicos do trabalho e da vida.

Em se tratando dessa experiência particular e sua forma de gestão dominante, não percebemos, no processo formativo pedagógico, uma reflexão a respeito da forma como desempenham suas atividades ou, ainda, das mudanças de atitudes que possam vir a traçar a partir da proposta artística e cultural que orienta o trabalho.

Desse modo, parte dos trabalhos realizados em grupos refere-se muito mais como um expediente organizativo e de atendimento aos compromissos assumidos – fazer ensaios, reuniões, apresentar espetáculos, entre outros.

Essa forma de gestão da vida dos grupos se contrapõe ao que assistimos, por exemplo, nas trupes de arte/saúde e, especialmente, de circo. Aventurando-se na intensificação de uma perspectiva grupal que busca prescindir do modo de subjetivação dominante e sua lógica individualizante, apropriam-se do projeto de formação artístico e cultural, preservando, seu caráter socioeducativo.

Na trupe de circo, participam entre 30 e 40 crianças e jovens, distribuídos e organizados em grupos de acordo com a faixa etária. O trabalho acontece na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e conta com a orientação de dois educadores que, por sua vez, subsidiam os trabalhos realizados por instrutores formados pela Escola Nacional do Circo.

A trupe de arte/saúde comporta um total de 20 a 30 crianças e jovens. Seus trabalhos misturam elementos do circo e da arte teatral, fazendo com que prescindam de uma organização por faixa etária. Assim como na trupe de circo, as atividades são coordenadas por dois educadores e acontece na Zona Norte da cidade.

Tomando como matéria primordial de expressão o circo, assim como o teatro, e tendo como pano de fundo a temática sobre a saúde, há um esforço, por parte dessas trupes, de ultrapassar os pólos, hegemônicos, expressos no par saúde e trabalho, que têm reduzido a existência a um empobrecimento material e subjetivo sem precedentes.

***O aprendiz experimentador de si – a vida pedindo passagem.***

É raro encontrar no meio circense algo ou alguém que personalize a fama. O circo, seus artistas e a natureza de suas atividades instauram efeitos que não se esgotam e nem se fartam no momento em que o espetáculo acontece, estabelecendo uma relação que tende a ressoar mais além, por vezes muito tempo depois, e que desliza para o domínio mesmo da criação. É um pouco do que nos assegura o educador que orienta as atividades de circo:

“O tempo do circo, o ritmo guarda suas peculiaridades. Acompanhando a vida dessas crianças e jovens, que participam do projeto, eu observo, por exemplo: um determinado salto ou pirueta para ser bem-sucedido leva às vezes três anos para se efetuar. Esse outro ritmo de acontecer às coisas, por vezes, causa impasses, considerando a estrutura maior do projeto, pois temos que nos adaptar à perspectiva de apresentar resultados”.

A singularidade da arte circense repercute como um obstáculo ao ideal artístico dominante traçado pela instituição. Nesse aspecto, os aprendizes e as práticas que compõem as trupes circenses e de arte/saúde atuam como focos de resistência, os quais acirram diferenças na maneira de pensar, ser e agir, produzindo alterações, substanciais, como observa o educador:

“Mais do que atingir um padrão artístico, penso que o que costura um trabalho com crianças e jovens é a criação de um processo educacional. Quanto ao circo, por exemplo, sentimos a necessidade de construir imagens que tragam personagens e atores circenses, valorizando-os pelo tipo de atividade profissional que desempenham”.

Uma diferença essencial, em relação às bandas musicais, consiste no investimento nos trabalhos realizados em grupo. A grupalidade, para as trupes circenses e de arte/saúde, funciona como um recurso de aglutinação e reflexão a respeito do modo como desempenham suas atividades. Estar em grupo torna-se, dessa maneira, uma fonte produtora de energia e confiança, e os conflitos e divergências, advindos do convívio diário, provocam a busca de saídas coletivas para os impasses:

“Aqui, para fazer alguma coisa, a gente conta com o grupo. Às vezes, o instrutor de circo está muito ocupado, ensinando para um outro colega e aí a gente pede ajuda para alguém que está há mais tempo no grupo ou quem está desocupado, e eles sempre ajudam, até a gente ficar mais independente”.

Nessa perspectiva, a grupalidade é um espaço não apenas de acolhimento das dificuldades, mas, principalmente, de arregimentar esforços que os tornem mais independentes. A crítica, do mesmo modo, ocupa lugar de destaque nos seus afazeres:

“(…) quando alguma coisa sai errada, a gente se junta e discute. Um critica o outro, a gente briga, mas no final é legal, porque a gente se entende melhor. É um momento pra todo mundo entender o que se passa no grupo”.

Apropriando-se do grupo como parte de um processo educativo, verifica-se a construção de relações de solidariedade, de cuidado e de convivência com as adversidades – dividindo dúvidas e incertezas, compartilhando e comemorando acertos – por meio de elementos que não fazem parte, necessariamente, dos ideais de sucesso e de consumo que atravessam de forma significativa o ideal artístico empresarial presente nas bandas musicais. Nesse aspecto a grupalidade torna-se, para essas trupes, um dispositivo de mudança:

“Se tomarmos o grupo como dispositivo, acionamos nele sua capacidade de se transformar, se desterritorializar, irromper em devires que nos descolocuem do lugar intimista e privatista em que fomos colocados como indivíduos. O contato com a multiplicidade pode então fazer emergir um território existencial não mais da ordem do individual (seja aqui de um indivíduo ou de um grupo), mas da ordem do coletivo” (Barros, 1993:152).

Assim, o grupo deixa de ser a maneira como seus componentes se organizam para se transformar em um espaço-tempo produtor de novos acontecimentos, tornando-se, de fato, um foco de resistência aos processos privatistas de subjetivação em curso nas práticas sociais. A noção de tempo não é experimentada na sua versão

especializada, cronológica, mas de acolhimento às tensões e flutuações que dão passagem a possíveis rupturas operadas na produção grupal (Barros, 1993).

É notório, além disso, como os aprendizes, inclusos nessas trupes, prescindem, em sua grande maioria, da necessidade de contrapor-se à lógica do narcotráfico para garantir seu funcionamento. Isso faz com que eles, embora conectados às questões sociais, não tenham a necessidade de ser um líder, um testemunho, um espelho para os outros jovens da comunidade.

Essa atitude parece resultar em uma outra distinção na forma de experimentar a grupalidade. Para as trupes, o grupo não é concebido como estrutura que tenderia ao equilíbrio, tal qual aparece nas bandas musicais, cuja meta é alcançar um comportamento- padrão. Ao contrário, trata-se da possibilidade de entrar em contato “com a multiplicidade e não com a unidade, com a heterogeneidade e não com a homogeneidade, com a fragmentação e não com a totalização” (Barros, 1993: 152)

Percebe-se na proposta aqui estudada o favorecimento de atitudes, que encontram no júbilo, na descontração e no diálogo os principais ingredientes na construção de projetos de vida que lançam seus aprendizes para além das fronteiras da ONG. Nesse caso, a instituição torna-se mais um lugar de passagem, um espaço de convivência encontrando, nas atividades artísticas e culturais desenvolvidas pelas diferentes trupes, os elementos aglutinadores que favorecem uma prática educativa:

“A gente percebe que eles [referindo-se à ONG] investem naqueles que se interessam, que estão fazendo a aula melhor, estão dias sem faltar, que procuram se dedicar e fazer as coisas direito. Quando alguém começa a se desinteressar, a gente, que participa do grupo, conversa, procura saber o que está acontecendo, por que estão assim”.

Essa relação de cuidado com o outro encontramos em ambas as trupes e, também, nas bandas. Percebe-se, por parte dos jovens, um grande desejo e esforço de que os vínculos, depois de estabelecidos, não se dissolvam, gerando relações de amizade e solidariedade singulares:

“Me sinto feliz aqui, sei ajudar as pessoas e aceito que as pessoas me ajudem. Estar aqui pra mim é um jeito de trabalhar o meu futuro. Aqui eu tenho amigos pra me ajudar. Me sinto feliz fazendo as atividades, apesar de sentir medo algumas vezes com as atividades do circo. Fico feliz de estar aqui”.

Além dessa constante ajuda mútua, há um esforço para que todos se mantenham, de alguma forma, na estrutura geral da instituição:

“Quando o cara quer sair de uma frente de trabalho ou de um grupo, a gente pensa e fala pro cara assim: pô, você pode sair do nosso grupo, mas vê se você não sai da ONG. A gente sempre tenta resgatar aqueles que estão querendo sair”.

Preservar e promover espaços de convivência, lugares de passagem com seus ritos de iniciação, é de um valor político inestimável para o aprendiz experimentador de si. Sobretudo para o jovem das periferias, incluso, quase exclusivamente, num processo de iniciação que visa adaptá-lo e transformá-lo, o mais cedo possível, em um corpo apto para o trabalho em condições indignas e precárias. É a possibilidade de transpor a instituição do trabalho que persegue a vida desses aprendizes como se fosse “aquela cerca viva” que condiciona seus passos. Abre-se, nessa experiência grupal e ritualística, um tempo de outra ordem que:

“(…) introduz, ou faz intervir, uma certa aberração temporal, um jorrar do tempo que desequilibra um sistema de trocas, desestabiliza um circuito de equivalências, que mostra um pouco um corte quando diferimos de nós mesmos, quando embarcamos numa diferenciação a partir de uma virtualidade” (Pelbart, 1993: 60).

Um tempo da ordem das intensidades, avivado pela arte em suas versões circense, teatral e musical que trazem na natureza de suas atividades um combate à direção linear e cumulativa dos regimes temporais dominantes, os quais acabam por banir o processual, o intempestivo, o que advém, interceptando, desse modo, a imersão no aprendiz no tempo.

Nas bandas musicais, em particular, percebe-se o risco de retirar do aprendiz a possibilidade de viver o tempo em sua processualidade, quando tendem a eleger o produto artístico como fator de relação essencial, transformando o tempo livre em “tempo escravizado, tempo investido em ganhar tempo” (Pelbart, 2000).

Um dos efeitos dessa relação temporal, que pode se tornar dominante para esses jovens, é que, ao colocarem suas atividades entre os objetivos e os meios necessários para atingir um fim prescrito, tornem a condição de aprendiz encerrada em práticas que extirpam do campo da criação a densidade de um tempo a ser preenchido pela experiência própria a um aprendiz experimentador de si, um aprendiz que se apropria do tempo como o de uma flecha, aberto a um futuro imprevisível e indeterminado.

É apenas exercitando a dimensão da arte como campo criador que se torna possível constituir um espaço-tempo que resista a essa cultura de um tempo previsível. Como especula uma pesquisadora da arte circense, talvez tenha sido esse aspecto de resistência, inerente ao circo, o fator primordial para que essa forma de arte fosse adotada por milhares de projetos sociais. No entanto, a proliferação do circo social, como vem sendo nomeado nos programas que adotam atividades circenses como instrumentos de intervenção, corre o risco de perder de vista seu verdadeiro sentido:

“Apresentar um número bem ensaiado pode ser uma forma de marketing e é aí que há um risco de se perder a essência do trabalho. Será que não se vem perdendo um pouco desta essência? Tenho visto com frequência projetos que ganham grande visibilidade com apresentação de espetáculos de meninos e, na luta da auto-sustentação, no afã da sobrevivência, acabam se transformando só nisso e perdendo o sentido de sua existência, perdendo o mais essencial” (Tamaoki, 2001).

Por isso, o compromisso, acima de tudo, com a expressão artística que se distancia de uma ligação com o real em termos de utilidade. Esse caráter pragmático, presente na atualidade de contornar o mundo segundo as necessidades e expectativas de agir sobre ele, tem reduzido e colocado em risco a perspectiva de formação, de espaço de convivência e fortalecimento do corpo



aprendiz e, ainda, de resistência, que a arte, em sua manifestação criadora, comporta.

Trata-se, no campo da criação, de um fenômeno de ordem distinta, no qual o que se encontra em questão é, fundamentalmente, extrair das experimentações artísticas matéria de expressão a dar consistência à vida desses aprendizes. Do contrário, os projetos ficam reduzidos a uma existência funcional que extrai do meio apenas o indispensável para sobreviver e perseverar.

Da passagem de uma existência funcional para uma existência expressiva há uma operação que irá investir no aprendiz e seu meio circundante, de modo a retirar desse meio, meramente funcional, uma matéria de expressão, confeccionando, nesse deslocamento, uma espécie de morada expressiva, construída no árduo exercício de arregimentar todas as forças de que se dispõe e investi-las numa empresa de composição.

Enfrenta-se, no que se refere à composição de saúde e trabalho, uma cisão histórica análoga à célebre fábula “A cigarra e a formiga”. Na formiga e sua perspectiva de trabalho há uma interação com o meio visando, nessa relação, o estritamente necessário para permanecer no mundo, caracterizando uma existência meramente funcional. Na cigarra há uma outra perspectiva de vida, orientada pela atividade de cantar até morrer, motivo mesmo de seu existir.

Essa cisão é presente, também, entre a arte como ferramenta de transformação dos modos de vida e a arte como instrumento de mercado e que, neste estudo, aparecem, igualmente, nas trupes e bandas. *Grosso modo*, poderíamos afirmar que as primeiras representariam as cigarras, já que o tema “trabalho” aparece de forma fluida, pouco discutida, quase inexistente. Quanto às bandas musicais, paradoxalmente encarnariam as formigas, visto que o aspecto profissionalizante e o investimento de transformar seus aprendizes em artistas ganham contornos nítidos e bem articulados com o mercado artístico e cultural.

Observa-se, nessa cisão, que as bandas musicais, ao tomarem como eixo norteador de suas produções desejantes o mercado e a mídia, afastaram-se, em certa medida, de uma perspectiva de arte enquanto agente de mudança dos modos de vida, compreendida, neste estudo, como promotora de saúde. No que se refere

às trupes, observa-se um grande desejo de gerar espaços de convivência diferenciados, em que toda e qualquer ação desenvolvida, seja de auto-sustento, de lazer, pedagógicas, entre outras, são maneiras de viabilizar e fortalecer uma prática educativa.

Nesse aspecto, o encontro com as trupes, em especial, apontou que muitos de seus aprendizes não vêem a profissionalização como finalidade última. Ao contrário, apropriam-se do projeto e de suas atividades enquanto um investimento educativo e de socialização:

“(...) estou no projeto há quatro anos, fui uma das primeiras. Sei que o circo pode ser uma forma de trabalho, mas não penso nisso. Estou aqui porque eu gosto e quero fazer formação de circo. Mas não quero exercer a profissão. Quero fazer circo para a minha formação, uma coisa para o meu currículo. Gostaria, mesmo, de ser modelo”.

Exercer o circo como processo de formação resgata o seu sentido instrumental de busca de conhecimento e relação com o mundo. Nesse aspecto, ultrapassa-se o caráter de aquisição de técnicas artísticas, abrindo-se para outras acepções e possibilidades que o circo abrange:

“(...) na verdade, estar neste projeto fez eu aprender muitas coisas. Me interessei primeiro por perna de pau, depois acrobacia, tecido, trapézio, e além disso arranjei mais amigos, conheci outros lugares, fiz passeios e muitas apresentações. Enquanto o projeto existir, eu permaneço aqui”.

Para alguns desses jovens, mais do que exercer uma atividade ocupacional ou ganhar uma profissão, o valor da experiência, presente na condição de aprendizes, consiste em extrair dessa aprendizagem seu caráter formativo, ou seja, sua capacidade de gerar outros meios de viver a grupalidade, possibilitando a construção, mesmo provisória, do sentimento de pertença a diferentes formas de convivência e sociabilidade.

Mas nota-se, percorrendo as distintas bandas e trupes, uma forma de captura no modo como lidam com as questões concernentes ao campo do trabalho, similar àquela expressa na fábula “A cigarra e a formiga” em sua feição moralizante:

“Depois de haver cantado durante todo o verão, quando se aproximava o inverno a cigarra se encontrou em extrema penúria, por falta de provisões. Como nada lhe restasse, nem um pequeno verme ou algum resto de mosca, e estando faminta, foi à procura da formiga, sua vizinha. Pediu-lhe que lhe emprestasse alguns grãos, a fim de manter-se até que voltasse o estio.

- Eu lhe prometo, minha amiga – disse a cigarra –, sob palavra, a pagar-lhe tudo, com juro, antes do mês de agosto.

- A formiga, que nunca empresta a ninguém e, por isso, consegue amealhar, perguntou à suplicante:

- Que fazias durante o verão?

- Passava cantando os dias e as noites – respondeu a cigarra.

- Pois muito bem – concluiu a formiga – Cantava? Pois dance agora!”.

Assiste-se nas trupes que tomam a arte em seu caráter transformador à visão de que o trabalho é aquele produzido pelas bandas musicais, já que é por meio delas que se produz “o artista”, identificando-as como as verdadeiras formigas: acordam e vivem para trabalhar, como anuncia um dos aprendizes de uma das trupes:

“(…) quando a gente acaba os trabalhos da trupe, fora da ONG a vida continua, mas diferente. Fazemos outras coisas, conversamos sobre outros assuntos. Eles [referindo-se às bandas musicais] parecem que não fazem outra coisa na vida, entram num ritmo que Deus me livre!”.

“(…) é uma exigência muito grande fazer parte da banda. Você não pode pensar noutra coisa, vira meio que um escravo, acho isso estranho”.

As bandas musicais, sendo a referência dominante que melhor define o ideal de trabalho, passam a conceber as outras trupes como reservatórios daqueles que não se alinham, verdadeiramente, ao trabalho. Seus aprendizes tornam-se, desse modo, as cigarras: a quem não se coaduna ao trabalho resta o circo:

“(…) vamos dizer assim: ser artista é mais ou menos se manter nas bandas. Ser artista é uma profissão muito puxada. Colegas meus já entraram e saíram porque não se enquadraram ao esquema da banda.

Esses vão fazer uma outra coisa, vão para uma trupe, dar aulas, vão fazer teatro, um circo, qualquer outra coisa”.

Ultrapassar tal cisão tem constituído um dos desafios relativo ao campo do trabalho. Esse desafio sugere sacar desse campo o que nele pode se tornar invenção de formas mais alegres de vida, ou ainda não pensadas de ser, sentir e viver o trabalho.

Estranho paradoxo quando o cantar torna-se, atualmente, uma questão de mercado, qual aliás, é anacrônica para a cigarra da fábula, posto que seu cantar referia-se, muito mais, a um modo de exercer sua potência de perseverar no mundo.

### ***Modos transversais e a subjetividade aprendiz***

Usando como lente o par saúde e trabalho e tendo como intercessor a arte, pôde-se, de alguma maneira, acompanhar e avaliar o processo pelo qual os jovens, no encontro com as diferentes atividades propostas e desenvolvidas pela instituição, trabalham pela invenção de um aprendiz experimentador de si. Nessa avaliação, de natureza ética, lança-se a questão: a que perspectiva de saúde e trabalho esses aprendizes, sejam eles cigarras ou formigas, correspondem?

A partir dessa questão-problema, observa-se que onde há trabalho e uma orientação profissionalizante, apresenta-se frágil o exercício de uma saúde do ponto de vista ético-estético, posto que a forma de apropriação da arte corre o risco de ser regida, unicamente, por uma estética do mercado, portadora de uma moral do dever-ser. De outro modo, quando se deixa interferir pela criação em seu caráter dissidente, produz uma saúde multiplicadora de formas de sensibilidade, mensageiras de uma ética do poder-ser, criando alternativas que ultrapassam a lógica dominante de um trabalho e de uma saúde asséptica.

Mas, paralelamente às formas de captura moralizantes presentes na comunhão da tríade saúde, trabalho e arte, insiste um desejo, presente na fala de um dos jovens coordenadores, em investir em práticas artísticas e culturais que adotem uma postura diferenciada em relação ao aprendiz:

“Se você pesquisar, se você tiver um olhar diferente para um jovem daquele ali que está segurando uma arma na mão, você vê que aquele cara tem um potencial. Tira a arma da mão dele, vamos ver o que ele pode fazer. Acho que, de alguma maneira, a gente pode contribuir com isso, com a mudança, né, com a mudança dessa cultura. Não que a gente vá resolver todos os problemas, a gente sabe que a gente não é solução pra isso, mas a gente tá querendo contribuir de alguma maneira pra mudança deste cenário”.

Tomando o projeto artístico e cultural como um bom pretexto para estabelecer relações com os aprendizes, esse jovem coordenador entende que a arte, em sua acepção transformadora, baseia-se na complementaridade das forças e dos talentos que permitem a criação de vínculos com diferentes grupos e, por conseguinte, com uma comunidade:

“Não queremos só formar artistas, a gente tá querendo formar cidadãos que de alguma maneira possam trabalhar noutro lugar, em outras comunidades, mas com outra capacidade diferente de trabalho. É isso que a gente quer pra todo mundo da favela”.

Essa aposta naquilo que o aprendiz pode vir a ser e a fazer implica a crença de uma reserva de futuro que lhe permitirá desenvolver virtualidades de uma história particular, já que:

“(…) existem virtualidades presentes num estado de oferecimento, enganches, atualizações, proliferações de onde cada um, indivíduo ou parte de um indivíduo em conexão com parte de um outro, extrai e constrói sua terra natal, por mais imaterial que ela seja, a partir da qual certos processos de subjetivação podem desdobrar-se e ganhar consistência” (Pelbart, 1993:53).

Mas a subjetividade, no processo capitalista, entrou “no reino de um nomadismo generalizado”, e a terra natal encontra-se, portanto, definitivamente perdida. Tal nomadismo tem uma consistência e velocidade nunca antes conhecida, principalmente a partir da instalação da mídia e da informática (Guattari, 1992).

No entanto, assegura o autor, quando se toma a arte do ponto de vista ético-estético, pode-se ousar um nomadismo de outra natureza, o qual investe na

produção de um território expressivo, descodificando as forças funcionais dos processos dominantes de subjetivação.

Para descodificar ou desterritorializar as forças funcionais presentes na conjugação de saúde e trabalho, não basta tomar a arte como matéria de expressão, mas investir, pelos meios de que ela dispõe, na construção de uma morada expressiva, que na filosofia de Deleuze e Guattari recebe o nome de “ritornelo”.

Ritornelo é um neologismo, uma palavra inventada, retirada da música, podendo ser traduzida por rondó ou ladainha. O ritornelo, a rigor, é uma repetição expressiva ou, ainda, uma repetição tornada consistente, uma espécie de variação temática que pode se ampliar:

“Num sentido geral, chamamos de ritornelo todo conjunto de matérias de expressão que traça um território, e que se desenvolve em motivos territoriais, em paisagens territoriais (há ritornelos motores, gestuais, ópticos etc.)” (Deleuze & Guattari, 1997: 132).

O ritornelo seria, então, a possibilidade de criar uma consistência territorial, desafiando as forças caóticas do meio, retirando desse meio uma expressividade, de modo a produzir um corpo intenso e expressivo que alcance a singularidade do estilo.

Constituída essa morada expressiva, é necessário, do mesmo modo, abri-la para outras moradas, criando agenciamentos que lhes sejam extrínsecos. Vimos, nas diferentes bandas e trupes, um exercício de abertura de suas moradas expressivas, especialmente nas que tomam a arte como forma de mudar as maneiras de viver, com valores extramuros da instituição, assim como uma maior disponibilidade de acolher aqueles aprendizes que não se adaptavam ao ideal artístico predominante, tal qual apresentado neste estudo.

Esse exercício de abertura, característico das trupes, favorece a manutenção de um estilo próprio. Vale ressaltar que produção de um estilo, nesse caso, não se confunde com moda ou comportamento. Comportamento, nesse aspecto, é orgânico, é funcional, é hábito. Estilo, para as intervenções que sofrem a

interferência da arte, torna-se a expressividade da potência flagrada na tríade trabalho, saúde e arte.

O estilo, para os aprendizes, encontra-se na forma como essas trupes desafiam as forças institucionais constituídas, desterritorializando valores hegemônicos que atravessam o trabalho, próprios dos modos dominantes de subjetivação, a saber: a arte reduzida a uma estética do mercado, as práticas de segregação e exclusão dos desadaptados e a instauração de formas de trabalho privatistas e privatizantes, orientadas por uma gestão grupal meramente empresarial.

Para escapar a uma moral do dever-ser e sua força de capturar tanto cigarras circenses e teatrais quanto formigas musicais, é preciso testar as forças de composição e de restituição de territórios, extraídas no encontro entre os diferentes aprendizes e a arte, e transmutadas em matérias expressivas. Caberia, nessa composição, a adoção de uma ética cuja potência poderia sustentar, no percurso desenvolvido pelas diferentes trupes e bandas e seus campos de criação, uma crítica permanente daquilo que criam e que instituem.

Nesse sentido, as bandas musicais e as distintas trupes seriam afetadas pela particularidade de suas forças expressivas, as quais estabeleceriam uma relação de ressonância e/ou de troca mútua, deixando-se perturbar tanto por suas diferenças, quanto por uma interferência desestabilizadora, aproveitando a “potência de diferir do outro para expressar sua própria diferença” (Passos & Barros, 2000).

São modos transversais, conjugados e traçados em um espaço de revezamento entre cigarras circenses que se deixam atravessar por devires musicais e formigas musicais que habitam devires circenses, tendo como intercessor o campo criador:

“A intercessão, aqui, se dá por atravessamentos desestabilizadores, produzindo sistemas separados, tornando-se difícil falar em homeostase ou tendência ao equilíbrio. É importante que se faça esta ressalva, pois não se trata do estabelecimento de sistemas interacionais, mas de diferenças que se introduzem em dimensões da subjetivação, complexificando a situação através da pressão promovida pelos movimentos de desterritorialização” (Passos & Barros, 2000).

Importa, na composição de saúde e trabalho, que bandas e trupes sofram a intercessão da arte a ponto de, nesse movimento, caotizar suas margens e limites

transformando-as em sistemas ou obras abertas em prol da criação, enfrentando coletivamente a moral dominante no campo do trabalho que tem estancado, antagonizado e rivalizado, incessantemente, as múltiplas possibilidades de ser, sentir e viver de cigarras e formigas.

Mais uma vez, trata-se de ultrapassar lógicas binárias que insistem em atar a existência a limites extremos entre: atiradores de facas x alvo e cigarras x formigas que atravessaram esta última parte do estudo.

Contudo, entre esses extremos há a intercessão das forças do fora, elegendo aquelas advindas da arte, a qual evoca uma perspectiva ética e estética que enfrenta e combate a composição de saúde e trabalho em sua versão triste e asséptica. Tal evocação é nutrida por ferramentas conceituais que neste percurso-tese trouxeram como campo de visibilidade as linhas de fuga, a invenção de um corpo sem órgãos e a criação de ritornelos de modo a instaurar para o corpo aprendiz, experimentador de si, caminhos desviantes, forças desejantes e uma morada expressiva consistente.

Assim, o desafio é imenso, dada a necessidade de tentar recompor as práticas sociais em todos os níveis (do urbanismo, da vida cotidiana, das relações interindividuais), o que significa um programa de ação estatal, das regiões e da construção de políticas mais incisivas de inserção, desses jovens, a novas formas de trabalho e de sociabilidade que se tornem alternativas a essa lógica de mercado e rentabilidade.

Paralelamente temos que atentar para os níveis microssociais, microinstitucionais, familiares e existenciais, de forma a incitar um desejo de luta, tendo como um dos dispositivos, na tríade saúde, trabalho e arte, a produção de um corpo e de uma condição de aprendiz que possa ativar valores culturais e artísticos, dando visibilidade a grupos, a pessoas, a circuitos até então excluídos dos trabalhos sociais.

Quando pensamos na promoção de saúde junto aos jovens aprendizes, o que interessa nesse encontro é o confronto com trajetórias que são sempre singulares, cujo efeito, quando privilegiamos uma orientação voltada ao trabalho, possa acrescentar valor social, mediações, tendo como desafio outros modos de



apreensão do real. Real, aqui, entendido como produtor, portanto criador de mundos, em que a articulação entre saúde, trabalho e arte representa uma efetiva reapropriação da vida social e subjetiva.

### *Notas*

<sup>1</sup> Este texto, escrito por Vera Mantero, foi extraído por Peter Pál Pelbart de uma revista editada em Portugal, intitulada: *Elipse – Uma Gazeta Improvável* (Lisboa, 1998). Retiramos parte desta citação do livro *A vertigem por um fio – políticas da subjetividade contemporânea*, de Peter Pál Pelbart (2000).

<sup>2</sup> Esse trecho, extraído do “Caderno Mais” do jornal Folha de São Paulo em maio de 2000, foi escrito pelo psicanalista Jurandir Freire Costa, em artigo nomeado “Mortes a crédito”.

<sup>3</sup> Com o título “Salvar o instante de consumo” Caiafa (2000) explicita de uma temporalidade, característica do capitalismo tardio, orientada pela experiência do consumo, criando uma “recentidade cega e surda”. Nesse aspecto “vale o último – ao mesmo tempo o mais recente e o mais encaixado. Cria-se uma precariedade onde a relação de consumo é a única cabível. Consumir implica ingressar nesse tempo sem densidade, espacializado na ordem social”.

<sup>4</sup> A fábula “A cigarra e a formiga” foi produzida por La Fontaine, autor de poéticas fábulas, cujo gênero literário primava por lições de vida, extraíndo dessas experiências seu aspecto moral e social. O autor, oriundo de família burguesa, nasceu na província de Champanha, na cidade de Château-Thierry, França, em 8 de julho de 1621, e viveu até 1695.

## Considerações finais

*“Além de um plano, em uma escavação é igualmente indispensável o golpe sensível e experimental da pá na terra escura, e perde o melhor quem só conserva no registro escrito o inventário de seus achados e não a obscura felicidade do local encontrado. Procurar em vão é tão importante quanto ter a sorte de encontrar.”*

*(Walter Benjamin – Crônica berlinense)*

Acompanhar os contornos traçados na composição de saúde e trabalho e seu encontro com o aprendiz consistiu, sob determinado ângulo, em poder lançar mão dessa pá experimental que frequenta os mais diferenciados solos, principalmente aqueles prenhes por fazer germinar novos modos de existência, que em nossa pesquisa significava, igualmente, fazer proliferar o aprendiz experimentador de si, tal qual o sentido grego que lhes tomamos de empréstimo (Deleuze, 2000).

Junto ao golpe sensível da pá na terra escura, uma outra sensação percorreu esse exercício experimental quando acirrou a necessidade de, cada vez mais, qualificar o procurar em vão, já que não se tratava de tomar o processo de se tornar aprendiz pela sua finalidade, que implicaria subordiná-lo a uma meta, a uma forma. Ao contrário, o que se aventava era a obscura felicidade de compreender o que deriva do aprendizado no momento em que tal processo se deflagra, isso porque é nesse instante de deflagração que pode instaurar-se um espaço-tempo inédito, que é preciso fazer persistir.

Para fazer persistir o inédito na condição de aprendiz é que insistimos na idéia de laboratório social, idéia referida a toda e qualquer tentativa de criação de espaços-tempos aptos a multiplicar experimentações que assumam os riscos de alçar vãos inusitados e, portanto alternativos, configurando novos modos de existência, sejam eles grupais, individuais, comunitários, artísticos, entre outros tantos.

Nesses laboratórios sociais, é preciso fazer proliferar novos territórios existenciais, espaços plurais com referenciais próprios e perspectivas de trabalhos com projetos a serem ensaiados, descartados, inaugurados, revistos, inventados, onde o aprendiz possa experimentar o que se pode ser, diferenciando-se, nesse processo, dele mesmo.

Para tanto, tivemos, também, a sorte de contar, como campo de problematização, com a intercessão da arte que, ao deparar-se com um solo desprovido de

condições dignas de existência, parece fazer operar pequenos, porém potentes, arranjos sociais transformadores.

É um pouco do que compartilhamos com os aprendizes que participaram de nossa pesquisa. Residentes em uma zona de extrema pobreza, herdeiros de uma histórica disparidade de renda que os impele, incessantemente, a sofrer desigualdades de diversas ordens – cultural, escolar, de lazer, de trabalho –, esses jovens, ainda, insistem em buscar perspectivas que funcionem como um antídoto à indiferença a que são, cotidianamente, relegados.

Nesse aspecto, o contato diário com a instituição e seus aprendizes funcionou como uma espécie de laboratório de experimentação social que, ao enfrentar inquietações próprias a jovens inscritos num contexto social periférico, aposta na potência dos processos de criação por eles engendrados no encontro que passam a estabelecer com a arte, em suas diferentes expressões: circense, musical, teatral.

Impressiona a potência criativa de suas performances e a capacidade de extrair, de solo tão precário, matéria-prima na produção de trabalhos que tomam feições singulares. Percebe-se que novos sentidos e maneiras de existir são, de fato, criados, cumprindo-se, desse modo, a constituição de um espaço de experimentação que investe na arte como instrumento/estratégia de transformação. Tais experimentações são operadas a partir de contextos nascidos, de antemão, sob as contingências de um capitalismo que depende e se alimenta, cada vez mais, da produção da exclusão, mas que os jovens fazem questão de referendar e exaltar:

“As comunidades têm muitos potenciais. Na verdade, lá estão os verdadeiros potenciais. Em cima da miséria, da pobreza, das dificuldades, aparecem muitas coisas. Lá encontramos os verdadeiros produtores de cultura de nosso país, estão lá nessas comunidades. Não apenas na nossa comunidade, mas nas favelas do Brasil inteiro”.

No entanto, os dilemas vividos por eles, na atualidade, são graves e necessitam de respostas, mesmo que provisórias, de modo a promover deslocamentos em vidas que vêm sendo lançadas numa corda bamba, na eminência de que – como diz a canção de Aldir Blanc e João Bosco – ao transitarem em cada passo dessa linha possam se machucar.

Como vimos, manter-se na corda bamba, para esses jovens aprendizes, tem constituído um extremo desafio. Para além dessa linha bamba, que enseja um aprendiz, continuamente, em estado de alerta, pouco lhe resta em termos de um plano de sustentação que comporte e traga um alento a suas inquietações e projetos de vida.

Mais uma vez, parafraseando Aldir Blanc e João Bosco, qual seria, então, nossa esperança equilibrista, quando sabemos que o *show* de todo artista tem que continuar?

Talvez, nossa atitude, como aponta Deleuze, possa conjugar um pessimismo e otimismo crítico que consista em furtar-se às falsas fatalidades e, ao mesmo tempo, explorar todas as possibilidades de criação promovidas pelos aprendizes no encontro com suas atividades artísticas. É uma tarefa desafiadora e de extrema riqueza que nos impeliu, nesta pesquisa, a fazer da atividade do pensar uma atividade, também, criadora.

Através de suas trajetórias, buscamos dar visibilidade aos embates em que se vêem lançados para dispor de suas vidas não como sobreviventes, mas, fundamentalmente, como pessoas que buscam maneiras peculiares de viver os vários sentidos que uma existência pode comportar.

Essa cisão entre a vida concebida como sobrevida e a urgente produção incessante das formas de vida exercidas desde baixo, no regime contemporâneo, constitui tema central, principalmente num período de “economia imaterial em que mais e mais a produção se estende a serviços que requerem e formatam a subjetividade”. (Pelbart, 2000: 27).

No caso do nosso estudo, vimos o quanto desempenhar e desenvolver atividades marcadas pela interferência da arte e da cultura comporta de trabalho imaterial, já que, neste campo, não se trata apenas de executar tarefas, mas, sobretudo, concebê-las, criá-las. As matérias criadas produzem, por conseguinte, coisas imateriais: sons, ritmos, performances, imagens, serviços, incidindo sobre algo imaterial: a subjetividade humana.

Ao ampliar essa análise, assinala que a condição do trabalho imaterial, assim como seu conteúdo e resultado, consiste, eminentemente, na própria produção de subjetividade que atravessa tanto o processo de trabalho como o seu produto.

Nisso, conclui-se que o trabalho necessita “da vida como nunca, e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes”.

Coube-nos, neste estudo, examinar os impasses e efeitos das formas que tomam essa contínua apropriação da subjetividade aprendiz e o que produz nos diferentes modos postos em funcionamento, considerando as frentes que compõem os trabalhos desenvolvidos por jovens envolvidos em uma formação de natureza artística e cultural.

Nesse embate, ficava estampado o dilema travado entre uma perspectiva artística que porta uma forma de trabalho pautada em valores coletivos e de ajuda mútuos e uma outra que busca subordinar toda a produção criativa a ter que responder, exclusivamente, à finalidade de tornar os processos de criação meras mercadorias, a serviço da reprodução do capital.

Encontrar tal embate, sobretudo em um território constituído por uma população que, predominantemente, vive abaixo da linha da pobreza, alijada dos serviços básicos como saúde e educação e de jovens, na sua grande maioria, excluídos dos bancos escolares, condenados à escassez de bens culturais e de lazer e que, além disso, não logram inserção no mercado de trabalho, nos co-moveu imensamente.

Parte dessa co-moção deve-se à constatação de que, apesar de tantos obstáculos e disparidades, seus embates trazem a força de não sucumbir, de vez, à tentação crescente, aos valores individualistas, competitivos e de consumo apregoados nos modos de vida vigentes, força que resiste, altera e resgata, nas formas de trabalho por eles implementados, sua potência criadora.

Porém, toda potência criadora tornou-se, na contemporaneidade, não apenas alvo, mas requisito básico que alimenta os processos produtivos operados no trabalho, fazendo com que, cada vez mais, o trabalho e a criação se aproximem.

Essa aproximação entre a criação e o trabalho tem constituído o exercício diário dos jovens empreendedores pesquisados. A natureza de suas atividades exige uma capacidade criativa constante e que eles respondem, igualmente, na forma autônoma e ativa com que desenvolvem não apenas suas performances artísticas, mas, principalmente, como coordenam administrativamente a infinidade de ações em que se encontram circunscritos os trabalhos da instituição.

Em suas atividades, pinçamos as variações, peculiares, estabelecidas por eles num trabalho que sofre a interseção da arte. Encontramos, felizmente, uma multiplicidade de vínculos, muitos dos quais ultrapassam aqueles que lhes são comumente destinados, e que se encarregam, cotidianamente, de torná-los servis na esfera do trabalho.

Embora parte dos jovens aprendizes se sinta, por vezes, engolida pelo trabalho, preserva, além disso, a dimensão do aprendiz, exercitada como uma variação de suas formas de vida. Nesse aspecto, a condição de aprendiz torna-se um leque de possibilidades, uma fonte de valorização de suas existências, como afirma uma jovem participante do projeto:

“Estar aqui muda muito nossas vidas. Pensar de onde você vem, onde você está, onde você pode ir, é uma grande mudança. A trupe de arte/saúde é hoje, para mim, uma grande vitória!”

Essa percepção, expressa em poucas palavras, desenha a trajetória de uma aprendiz em processo de mutação constante quando se engaja em uma trupe que conjuga elementos de arte e saúde. Nesse engajamento, cada mudança é, do mesmo modo, uma grande vitória e, ainda, evoca uma abertura para o que advém, trazendo um novo sentido para sua existência.

Tal sentido é apreendido no interior de uma experiência que faz operar diferenças em termos de suas perspectivas de trabalho quando se deixa contagiar e cruzar por um campo criador que incita, nos modos de existência, sua incompletude, sua abertura constituinte.

E, nessa abertura, deve-se experimentar uma cumplicidade de outra ordem que conjugue o paradoxo, já explicitado nesta tese, entre atiradores de facas que não buscam atingir o corpo daquele que se coloca como alvo e, por sua vez, de alvos que torcem para que as facas lançadas não atinjam seus corpos. O que ambos buscam, nesse exercício paradoxal, é o indeterminado, o que lhes é estranho, o inesperado.

Tal investimento invoca esforços na multiplicação de experimentações que, ao sofrerem a interferência da arte, extraíam suas conexões anárquicas, o radicalmente novo, o impensável, a ponto de torná-lo um plano de sustentação de

modelos, mesmo que provisórios, mas consistentes para a vida do aprendiz e das instituições que, de algum modo, o tomam como alvo.

Cabe indagar e avaliar se as instituições e suas práticas desejam forjar modelos provisórios, pautados em experiências que se interessam em fomentar processos criadores, se elas são, de fato, capazes de provocar tais modelos e, mormente, se os suportam (Pelbart, 1993).

No convívio diário com o trânsito estabelecido pelos inúmeros aprendizes que circulavam na instituição, demo-nos conta da importância de um espaço que permita e acolha o que jovens aprendizes trazem de diferenciação. Acolher seus jeitos atípicos, sons estridentes, saltos inusitados, gírias, trajes extravagantes, corpos tatuados, rebeldia, alegria e invenções são possibilidades que, acreditamos, devam ser, ininterruptamente, valorizadas.

Compartilhamos, em nossa pesquisa, a aposta travada por uma experiência que vem conseguindo instrumentalizar jovens que dela participam, ampliando formas de vinculação que ultrapassam o aspecto meramente profissionalizante, aposta que traz consigo a esfera da criação como companheira de viagem e, por isso, dá consistência ao aprendiz de mundo por vir. O que advém, em seus afazeres diários é a invenção de um tempo que abarca sentidos próprios a rituais de passagem de um aprendiz experimentador de si. Tais sentidos são tecidos às avessas daqueles que os sentenciam, diariamente, tornando-os, quase sempre, suspeitos para a polícia, aparecendo na mídia apenas nas estatísticas de violência ou, ainda, como mera força de trabalho precarizada.

São modos de vida estampados nestas páginas: aprendizes das ruas, aprendizes de guerra, aprendizes em busca de inserção no mercado de trabalho, aprendizes de arte, entre outros tantos, desejosos de espaços de conexão, de contraposição, de composição, em que possam destoar, ressoar e perseverar.

No entanto, a composição de espaços que abrigam e, até mesmo, incitam a criação de novas formas de relações sociais, desafia os modos de vida vigentes, por isso demandam um campo de experimentação que deve ser avaliado e analisado à luz do confronto com suas realidades locais e nacionais, principalmente quando se trabalha com matérias no campo da arte e da cultura.

Isso significa dizer que, embora a subjetividade capitalista tenda a produzir uma cultura com vocação universal, é premente atentar que setores da cultura marginal podem confeccionar outros modos de produção semiótica, não apenas se contrapondo às significações dominantes, mas fazendo consistir sentidos que abarquem suas diferenças e modos de existência.

Os movimentos culturais periféricos na década de 90 trazem, em suas inúmeras manifestações artísticas, uma forma de crítica social que retrata o dia-a-dia de uma juventude guetificada. Vemos, por exemplo, um novo gênero musical presente no *rap*, com letras que dão visibilidade aos seus problemas e denunciam as injustiças sociais perpetradas a uma camada socialmente à margem e da qual eles provêm. De, modo outro, o *funk*, atualmente capitalizado pela indústria fonográfica, desde a década de 80 reúne jovens dos subúrbios cariocas que reverenciam, em seus ritmos, gestos e letras, visões particulares de viver, sentir e estar no mundo.

Nesse aspecto, notamos a fragilidade como se inscrevem as políticas públicas voltadas para a juventude no país e sua indiferença quanto às expressões culturais locais. Aliadas a essa fragilidade, as parcerias, em geral, estabelecidas atualmente entre as ONGs e as políticas de atendimento a esse grupo específico exigiriam uma reavaliação dos critérios que norteiam os projetos tecidos conjuntamente.

O caráter meramente formal de avaliação cria um fosso ainda maior em termos de afinidade entre o que, de fato, esse grupo demanda e aquilo que lhe é ofertado. Interessa-nos atentar como vêm sendo endereçadas tais propostas e como estas são processadas por aqueles que as recebem.

Mesmo considerando todas as adversidades presentes na produção da condição e do corpo de aprendiz, talvez um dos argumentos convincentes seja o de que os programas e projetos voltados para os jovens possam exercitar, a partir da composição de saúde e trabalho, práticas mais próximas a um paradigma ético-estético.

Trata-se de práticas que portam uma ética, porque referendadas na criação de uma rede de sustentação baseada em alianças (políticas, institucionais, familiares, entre outras) capazes de abrigar os jovens que sofrem um contínuo processo de ruptura com o vínculo social. Também portam uma estética, porque tomam essa



produção, histórica, de suscetibilidades das mais diferentes ordens (econômica, ocupacional, social, familiar e subjetiva) como matéria a ser transformada em atitudes e movimentos que intervenham nesse processo contemporâneo de subjetivação dominante, dando passagem ao novo, ao que advém.

Embora atualmente tenhamos uma diversidade de programas e projetos endereçados aos jovens em situação de vulnerabilidade social, é importante dar visibilidade às experiências que atuam no sentido da formação de novos valores, por meio de uma sensibilidade e responsabilidade coletiva em torno das questões sociais em seus diferentes níveis (local, nacional e planetário). Nos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, é preciso apontar em que medida são experiências relevantes, cujas metodologias mereçam ser replicadas, valorizadas, apropriadas, investigadas, de modo a subsidiar políticas públicas para os jovens empobrecidos deste país.

### *Notas*

<sup>1</sup> Citação presente no texto “A Rosa de Paracelso”, de Olgária Chaim Feres Matos citando Walter Benjamin, incluso no livro Tempo e História (1992. p.254).



### Bibliografia.

ADORNO, S., 1991. A experiência precoce da punição. In: *O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil* (J.S.Martins., org.), pp.181-208, São Paulo: Editora Hicitec.

ARANTES, E.M., 2000. Entre o educativo e o carcerário: análise do sistema sócio-educativo no Rio de Janeiro. In: *Envolvimento de Adolescentes com o uso e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro* (E.Arantes, org.), Rio de Janeiro: Uerj e Cadernos Prodemam pesquisa, número 01: 11-95.

ARANTES, E.M.M., 1995. Rostos de Criança no Brasil. In: *A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (I.Rizzini & F.Pilotti., org.), pp. 171-220, Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora.

ARENDT, H., 1995. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ARIÈS, P., 1981. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

AUED, B.W. 1999. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: *Educação para o (Des)emprego* (B.W.Aued., org.), pp.43-64, Petrópolis: Ed. Vozes.

BAREMBLITT, G., 1996. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos.

BARROS, R.D.B., 1993. Grupos e produção. In: *SaúdeLoucura 4: grupos e coletivos*. (A.Lancetti, org.), pp. 145-154, Rio de Janeiro: Editora Hucitec.

BATISTA, V.M., 1999. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.

BENJAMIN, W., 1993. *Magia e técnica, arte e política*. Volume 01. São Paulo: Editora Brasiliense.

BOCHETTI, P., 1997. Das escolas de ofício no Brasil ao Projeto CEFET. In: *Formação Profissional no Brasil* (W.Market., org.), pp. 65-82, Rio de Janeiro: Edições Paratodos.

CABRAL DOS SANTOS, M.A., 1999. Criança e criminalidade no início do século. In: *História das crianças no Brasil* (M.Del Priore., org.), pp. 210-230, São Paulo: Editora Contexto.

CAIAFA, J., 2000. *Nosso século XXI notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará.

- CAMURÇA, M. 1994. *Estado e ONGs – uma parceria possível?* Rio de Janeiro: Fundação Fé e Alegria.
- CANGUILHEM, G., 1990. *La Santé: concept vulgaire e question philosophique*. Paris: Sables.
- CAPONI, S., 1997. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. In: *História, Ciências, Saúde*, 02:287-307.
- CASTEL, R., 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CHALHOUB, S., 1986. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- CHAMBOULEYRON, R., 1999. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: *Historia das Crianças no Brasil* (Del Priore, M., org.), pp.55-83. São Paulo: Contexto.
- CONRAD, R., 1978. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, A.C.G., 1992. Municipalização: possibilidade ou realidade: *Cadernos CBIA*. 2: 11-14.
- DEL PRIORE, M., 1999. O Cotidiano da Criança Livre no Brasil: entre a Colônia e o Império. In: *História das Crianças no Brasil*, pp.84-106. São Paulo: Editora Contexto.
- DEL PRIORE, M., 1992. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., 1996. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 04. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DELEUZE, G., 2000. *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- DONZELOT, J., 1980. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DURÃO, J.E.S., 1995. Perspectivas de parceria com a cooperação internacional. In: *Cadernos Abong*. 9: 7-36.
- SCOREL, S., 1998. *Vidas ao Léu: Uma Etnografia da Exclusão Social*. Dissertação de Doutorado em Sociologia, Brasília: Universidade de Brasília.

FALEIROS, V.P., 1995. Infância e Processo Político no Brasil. In: In: *A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (I.Rizzini. & F.Pilotti., org.), pp. 47-98, Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora.

FERRETTI, C.J., 1995. Educação para o trabalho. In: *O Trabalho no Brasil* (Fernandes, R., org.), pp. 61-82. São Paulo: Editora LTR.

FONSECA, C.M.O., 1993. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Volume 3:2 Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FONSECA, D.F., 1997. *Avessos da cidadania: um exercício analítico*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC.

FOUCAULT, M., 1997. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FOUCAULT, M., 1999. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FRAGA, P.C.P., 1995. *As ONGs no espaço público*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRAGA, P.C.P., 2000. Juventude narcotráfico e violência. In: *Narcotráfico e violência no campo* (Ribeiro, A.M.M. & Iulianelli, J.A., org.), pp. 81-108. Rio de Janeiro: DP&A.

FRAGA, P.C.P., 2002. As ONGs e o espaço público no Brasil. *Presença*, 02: 26-36.

FUGANTI, L. A., 1991. Saúde, desejo e pensamento. In *Saúde e Loucura 2*, Rio de Janeiro, Ed. Hucitec.

GREGORI, M.F., 2000 *Viração – experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Cia das letras.

GUATTARI, F., 1981. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S., 1986. *Micropolítica cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, F., 1992. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34

IGLESIAS, F., 1965. Artesanato, manufatura e indústria. *Revista de História*. 65: 109-133.

KOWARICK, L., 1987. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

LANCETTI, A. 1993. Prevenção, preservação e progresso em saúde mental. In: *SaúdeLoucura 2* (G.Baremlitt., org.) pp. 95-116, São Paulo: Hucitec.

LANDIM, L., 1996. ONGs: um perfil – cadastro dos filiados à Associação Brasileira das ONGs. *Abong*. 02-72.

LEVI, G. & SCHMITT, J.C., 1996. Introdução. In: *História dos jovens I: da Antiguidade à Era Moderna* (G.Levi & J.C.Schmitt., org), pp. 07-17, São Paulo: Cia.das Letras.

LIMA, L.L.G. & VENÂNCIO, R.P., 1992. Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: *História da criança no Brasil* (M. Del Priore, org.), pp. 61-75. São Paulo: Contexto.

LIMA, S.M., 1996. *Subjetividade infantil e seus movimentos de autonomia*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da PUC.

MACHADO, R., (et.alii)., 1978. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

MATOS, O.C.F., 1992. A Rosa de Paracelso. In: *Tempo da História* (Novaes, A., org.), pp. 239-258, São Paulo: Companhia das Letras.

MATTOSO, K.Q., 1992. O filho da escrava. In: *História da criança no Brasil* (Del Priore, m., org.), pp. 76-97, São Paulo: Ed. Contexto.

MENDONÇA, M.H.M., 2000. *Crianças e adolescentes pobres (de direitos): a trajetória da política social dirigida à infância e à adolescência no Brasil Republicano*. Dissertação de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Uerj.

MILITO C. & SILVA H.R.S. 1995. *Vozes do Meio-Fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MINAYO, C.M. & COSTA, S.M.F.T., 1997. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*. 13: 21-32.

MINAYO, M.C. (et alii)., 1999. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond.

MINAYO, M.C., 1999. *Políticas sociais para jovens no Rio de Janeiro: cadastro e análise de casos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

MISSE, M., 2002. O Movimento: redes do mercado de drogas. *Revista Tempo e Presença*, 323: 07-12.

NIETZSCHE, F., 1987. *A Genealogia da moral*. São Paulo: Ed.Moraes Ltda.

PASSETTI, E., 1999. Crianças carentes e políticas públicas. In: *História das crianças no Brasil* ( M.Del Priore., org.), pp.347-375, São Paulo: Contexto.

PASSOS, E. & BARROS, R.B., 2000. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: *Psicologia; teoria e pesquisa*. Vol.16: 71-79.

PELBART, P.P., 1993. *A nau do tempo rei: 7 Ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

PELBART, P.P., 1994. A morte do tempo não reconciliável. *Conferência Círculo Psicanalítico*. 23-37.

PELBART, P.P., 2000. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Editora Iluminuras.

RAFAEL, A.C., 1998. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.

RAGO, M., 1985. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIBEIRO, D. & MOREIRA, N., 1992. *A Fundação do Brasil – testemunhos (1500-1700)*. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, D., 1995. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, I., 1987. Sociedade e família no Brasil contemporâneo: de que menor falamos? In: *Menor e a sociedade brasileira* (I.Ribeiro & M.L.V.A.Barbosa., org.), pp.27-39, São Paulo: Edições Loyola.

RIZZINI, I., 1995. Crianças e menores - do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (I.Rizzini & F.Pilotti., org.), pp. 99-168, Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora.

RIZZINI, I.,1996. *A Criança e o Adolescente no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: USU Ed.Universitária/Amais Livraria e Editora.

RIZZINI, I., 1999. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: *História das Crianças no Brasil* (M.Del Priore., org.), pp.376-406, São Paulo: Editora Contexto.

ROLNIK,S., 1989. *Cartografia sentimental - transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

ROTELLI, F., 1992. Onde está o senhor? In: *SaúdeLoucura 3* (A.Lancetti., org.), pp.67-76, São Paulo: Hucitec.

SANTOS, B.R., 1997. A Regulamentação do Trabalho Educativo. In: *Por uma agenda de Compromisso*, 18: 10-22.

SANTOS, L.G., 1989. *Tempo de ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, M.A.C., 1999. Criança e criminalidade no início do século. In: *História das Crianças no Brasil* (M.Del Priore., org.), pp.210-230, São Paulo: Editora Contexto.

SILVA, R., 1997. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em criança órfãs e abandonadas*. São Paulo: Editora Ática.

SIMÕES DE PAULA, E., 1965. As origens das corporações de ofício: as corporações em Roma. In: *Revista de História*. 65: 33-103.

TAMAOKI.V., 2001. O circo brasileiro. *Seminário: Circo Educando com Arte*. Pp. 44-54. Rio de Janeiro: Fase.

TELLES, V., 1998. A Nova Questão Social Brasileira. *Estudos Marxistas*, 6: 92-134.

TELLES, V., 1994. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. (H.de S.Martins & J.R.Ramalho., org.) São Paulo: Hucitec-Cedi-Nets.

TODOROV, T., 1988. *A conquista da América*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira.

UZIEL A.P. & MIRANDA, L.L., 1995. O (des)conforto e a fluidez dos descartáveis teóricos. *Cadernos de Metodologia*, vol.2: 9-20.

VENÂNCIO, R.P., 1999. Os aprendizes da guerra. In: *História das Crianças no Brasil* (M.Del Priore., org.), pp.210-230, São Paulo: Editora Contexto.

## **Leis**

BRASIL, Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: CEDCA, 1998.



**Internet**

DIAS, S., 1998. O terceiro setor. *Revista Problemas Brasileiros*. <<http://200.231.245.32/sesc/pb/artigo>

ZIONI, C., 2000. O terceiro setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos <<http://www.kanitz.com.br/artigos.htm>>

---